

© 2019, por Isabelle Chagas
Ilustrações © 2019, por Isabel Castro
© da edição 2019, por Crivo Editorial

EDIÇÃO
Haley Caldas
Lucas Maroca de Castro

PROJETO GRÁFICO
E DIAGRAMAÇÃO
Lila Gaudêncio

REVISÃO
Diogo da Costa Rufatto

CAPA E ILUSTRAÇÕES
Isabel Castro

"Revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Decreto Legislativo nº54, de 1995)"

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C433n	Chagas, Isabelle
“Não tenho pai, mas sou herdeiro histórias e registros de paternidades ausentes” / Isabelle Chagas, Alice Moreira Machado. - Belo Horizonte : Universo & Cidade ; Crivo Editorial, 2020. 228 p. : il. ; 21cm x 20cm.	
ISBN: 978-65-990411-0-5	
1. Jornalismo. 2. Livro-reportagem. 3. Paternidade. 4. Repórteres. 5. Reportagens. I. Chagas, Isabelle. II. Machado, Alice Moreira. III. Título.	
2020-358	CDD 070.43 CDU 070.422

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índice para catálogo sistemático:
1. Jornalismo : Reportagem 070.43
2. Jornalismo : Reportagem 070.422



Crivo Editorial
Rua Fernandes Tourinho, 602, sala 502
30.112-000 - Funcionários - BH - MG
www.crivoeditorial.com.br

crivo-editorial.lojaintegrada.com.br
contato@crivoeditorial.com.br
facebook.com/crivoeditorial
instagram.com/crivoeditorial

Ao meu pai, por apoiar e acreditar sempre.
À minha mãe, por inspirar tanta coragem.
A.M.

À minha mãe, pela beleza da sua existência e do seu amor.
À Talita, que, com sua luz, vem encontrando a minha.
I.C.

	PREFÁCIO
11	<i>Heranças</i> Elton Antunes
	NÃO TENHO PAI, MAS SOU HERDEIRO: <i>histórias e registros de paternidades ausentes</i>
16	Todo mundo herda alguma coisa
21	Recordista
29	Querido Papai
31	Paternidade, ainda que tardia
45	Cavalo solto
49	Os rouba-leite
65	Direito a ter pai
69	Desde sempre Gouthier
83	Nem só com amor a gente vence
89	Super-herói(oína)
95	Quem espera, sempre alcança
118	Nada consta
123	Não tenho pai, mas sou herdeiro
135	Filha de Chibil, chibilzinha é
145	Há bares que vêm para o bem?
158	Choro, raiva e bom dia
163	Marcação acirrada
177	Calculado
185	Sorte é para quem tem

	POSFÁCIO
194	<i>Uma saída pela escuta</i> Alice Machado
196	<i>Centelhas</i> Isabelle Chagas
200	<i>Ética, subjetividade e afetos na pesquisa em Comunicação: paternidades ausentes e refeitas nas teias relacionais femininas</i> Ângela Marques
209	SOBRE AS AUTORAS
211	REFERÊNCIAS

Heranças

Elton Antunes

Nos últimos anos, tenho me perguntado com insistência se o trabalho jornalístico e a miríade de produtos que o lastreiam ampara de fato a reflexão habitual que se faz em torno do Jornalismo. Certo cânone profissional amplamente compartilhado reafirma características definidoras do fazer para integrá-las em um modelo teórico e prático que estabelece um mapeamento conceitual do território do Jornalismo. Em torno de valores tidos como fundamentais (precisão, trabalho com as fontes, objetividade, imparcialidade, relato factual etc.) produz-se um conhecimento do Jornalismo em seu papel social de agendamento, quarto poder, interesse público, pensado a partir de construtos como valores de notícias, enquadramento, gatekeeping... Quem “enfrenta” as tradicionais “teorias do Jornalismo” – docentes e estudantes – sabe bem essa história.

Daí, postula-se principalmente coerência e consenso em torno de saberes “científicos”, normativos, operacionais e do senso comum que apagam sobretudo a força de um agir jornalístico marcado pela diferença e a diversidade.

O agir jornalístico de Alice Machado e Isabelle Chagas resiste a esse gesto conceitual de apagamento. Originalmente, um livro-reportagem apresentado como trabalho de conclusão de curso, *Não tenho pai, mas sou herdeiro: histórias e registros de paternidades ausentes*, impede o pensamento empobrecedor para o Jornalismo.

De início, admitindo um quadro geral de mudança nas possibilidades de compreensão das organizações familiares, elas olharam para o papel que as figuras da paternidade cumprem em diferentes circunstâncias e situações sociais. A ausência do pai foi o marcador inicial desse trabalho jornalístico. Mas origem sem função de gênese. As paternidades ausentes se mostraram em zonas de indeterminação, logo, o movimento jornalístico delas não se incomodou em desarrumar contextos aparentemente estabelecidos.

Nessa reportagem, Alice e Isabelle oscilam em seu agir exatamente para se permitirem uma experiência jornalística de lidar com nacos de um mundo de referência em composição, deslizamento e desfazimento constantes. Fala-se do modelo nuclear do pai que trabalha, da mãe que educa e dos filhos que só obedecem? Ou de modos renovados de parentalidade? Na ausência da figura tradicional do pai, indaga-se a distância emocional? A falta de afeto? O abandono material? As políticas públicas e a legislação que “caçam” o pai e almejam produzir o registro na certidão? Feito um redemoinho, elas vão arrastando mais indagações: como alguns desses homens veem sua “falta”? Como conformam novos fenômenos, como o das “mães-solteiras”? As perguntas não param. Mães, pais, filhos, parentes, os operadores do Direito, as duas jovens jornalistas, nós, os leitores. Vivências e sujeitos vão sendo enredados e a reportagem, à maneira de um relé, vai ligando e desligando e fazendo funcionar um mundo de acontecimentos convocados pelas paternidades ausentes.

Então, não se trata de um agir jornalístico que ofereça uma delimitação precisa de “fatos” relativos às paternidades ausentes. O “canônico” no Jornalismo se faz sim presente, há recorte, destaque, tematização, seleção, pesquisa, caracterização, encadeamento. Mas não para limpar impurezas no real para que possa ser mais bem visto, a reiterar o procedimento correto de contar essas histórias ou produzir visibilidade para tais eventos ou ocorrências específicas. Não se trata de uma trama cujo fio é puxado em busca de um ponto primordial ou nuclear que dê conta de um fato crucial.

Narra-se com movimentos epistemológicos contraditórios, combinam-se aspectos memorialísticos, afetivo-sentimentais e estéticos, que não podem ser visados apenas a partir de dimensões cognitivas. Alice e Isabelle apostaram em um agir heterogêneo para se aproximar das paternidades ausentes que se apresentavam indeterminadas, tocando sujeitos e configurando lugares precários, produzindo coisas provisórias e atravessando experiências cambiantes. No melhor esforço epistêmico que reconhece, como diz o antropólogo Tim Ingold, que “as coisas vazam, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas”.

Ora, qualquer um de nós, acionando as suas próprias figuras de paternidade vividas ao longo de nossas vidas, aprende muito mais delas quando se dá conta de que a ambiguidade e a incerteza fazem parte dessa realidade. O pai que serei ou o pai que queria? Aos olhos de quem? De meu pai, de minha companheira ou de minha filha? Os modos como a reportagem se refere ao falar dos discursos das diferentes pessoas, sutilezas da narrativa com os jogos das narradoras que se alternam, compõem e dispõem suas memórias e sensações, os ritmos alternados das histórias, os arranjos dos personagens, a cotidianidade que se entrevê nas ambientações, um relato sempre repleto de coisas que se sobrepõem, convergem e conflitam de forma a revelar força na imprecisão, na vagueza como fato empírico de um gesto jornalístico potente. O arranjo final corrobora um conjunto carregado de tensão. Penso, por isso, que o agir jornalístico de Alice e Isabelle esteve muito afeito ao que outro também professor e antropólogo, John Dawsey, chamou de *descrição tensa*: “quando os corpos e um espaço de imagens se interpenetram num instante de iluminação profana, acumulam-se as tensões. Os próprios corpos friccionam o real. Ou, melhor, como gosto de pensar, com o R em parêntesis, eles o f(r)iccionam, dando-lhe movência, despertando as suas dimensões de poiesis, como quem faz fogo por atrito, na ação de um graveto pontiagudo nas ranhuras de uma placa de madeira macia”.

Alice e Isabelle agiram jornalisticamente, ecoando inúmeras tradições de reportagem, plurais, múltiplas, diversas, que andam pelo mundo dos Jornanismos e, felizmente, têm encontrado guarida e empenho no trabalho de outras e outros jovens jornalistas em seu esforço de formação na Universidade Federal de Minas Gerais. Tive a oportunidade ímpar de conversar, discutir, ter muitas dúvidas e aprender com o agir dessas duas jornalistas. Rever em diferentes chaves os postulados da distância e não envolvimento jornalísticos, dos esforços feitos para observar e pensar aquilo que é partilhável. De agir eticamente, repensando o ceticismo, a aproximação e a interpretação possíveis e necessários. O que pesquisar, como apurar, o que pôr em discussão. Sinto-me herdeiro de um agir jornalístico de múltiplas perspectivas, de verificação com rigor necessário e de um ofício de contar histórias que importam para a vida das pessoas.

Todo mundo herda alguma coisa

“Pai é pai” e família “não se escolhe”. Mas, curiosamente, paternidade “se assume”. “Instinto”? É materno. “Solteira”? Só a mãe. Amar? É facultativo. Pagar? É dever. Cuidar? É direito. “Faço se der, visito quando quero. Ou quando a mãe deixa, quando tenho tempo, quando não tenho trabalho”.

Aos(às) filhos(as), a herança da cor, do sangue, da saúde, da doença, dos cabelos anelados, dos cílios alongados, do gênio forte, do gosto refinado, do nariz espaçoso e do caminhar despachado. Da raiva, do desaparego, da falta, da superação, da timidez, do desconhecido, do espaço em branco, da mãe que é pai e do pai que não é mãe – e, por vezes, nem pai. Que é laço frouxo, tecido e desatado. Que é visita, que é pensão, que é presente. Aos finais de semana, de mês em mês, de ano em ano.

Resultado do nosso trabalho de conclusão do curso de Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), desenvolvido entre 2016 e 2017, este livro-reportagem apresenta as idas e vindas de pais, mães, filhos(as), avós(ôs), sobrinhos(as), netos(as), enteados(as). Da vizinha, da amiga, da juíza e também das nossas, cujo destino final tece encontros e desencontros, angústias e prazeres em forma de palavras ditas, outras vezes suprimidas em meio a gestos e afetos que a nós foram confiados e narrativamente (re)elaborados. Junto a elas, uma dose da justiça por nós alcançada nas repartições, nos tribunais, nas filas, nos processos, nos métodos, na boca de quem mais precisa e nas promessas que buscam reparar a ausência instaurada não só pelos pais. Em meio a tudo isso, relatos e cartas pessoais de quem, por meio da palavra, materializou o medo de voltar sozinho da escola, a saudade do sorvete aos domingos, a falta do dinheiro para o brinquedo novo e a busca por algo que pudesse preencher certos vazios. Narrativas que trazem a marca do seu tempo de feitura e dos territórios por onde foram sendo construídas, majoritariamente Belo Horizonte e Região Metropolitana.

O receio que pairava na concepção do projeto, como e onde iríamos encontrar tais “personagens”, surpreendentemente se dissipou na cômoda facilidade com que os encontramos. Na fila, na amiga, no ônibus, na faculdade, na família, no conhecido de fulana, no amigo de ciclana, e, no caso de uma de nós, em si mesma – que foi centelha disparadora, mas não limitou, tampouco conduziu as experiências que, mesmo similares, são também bastante diversas. Sem contar aqueles(as) que nos procuravam por viver a contraditória presença de um

“pai ausente”, o que, de antemão, desestabilizou muitos de nossos pressupostos e de nossas certezas. Ainda hoje, quase quatro anos passados das primeiras conversas, a lista de possíveis entrevistados(as) – sintomaticamente – não para de crescer.

A maioria das entrevistas foi realizada por nós conjuntamente; algumas, poucas, de forma separada, em função de tempo e praticidade, por afinidade, proximidade e vontade de uma das duas. As escritas assim transitam entre as primeiras pessoas do singular e do plural, permitindo nossas aparições não como narradoras externas, mas também como agentes e padecentes, com suas ambiguidades e contradições, de modos muito diversos a cada encontro.

Para além da dimensão biográfica, o desejo pelas “paternidades ausentes” se justificava pela falta de narrativas no ambiente profissional *mainstream* do Jornalismo que as explore tendo em vista a experiência dos próprios pais. Nesses espaços, os pais ou são aqueles admiráveis pela exceção, como o universitário que cuida sozinho do filho recém-nascido e é identificado como “pãe” – nomeação dada aos pais que cumprem funções tipicamente atribuídas às mães – ou, o mais comum, são invisibilizados pelo não cumprimento de certas funções, como visitar, cuidar, pagar pensão e registrar os filhos. Destes, sabe-se por meio do relato dos(as) filhos(as) abandonados(as) e das mães que costumam arcar sozinhas com os prejuízos da falta. As complexas relações que engendram essas ausências para além do “abandono” são pouco exploradas, conferindo certo grau de normalidade e pouca problematização ao fenômeno.

Na soma destas páginas, não oferecemos nenhuma conclusão – mas um universo complexo de possibilidades de ser e estar no mundo, de paternidades dissipadas e refeitas, de afetos em busca de nomeação, de injustiças que se repetem, de encontros marcados e fortuitos, do desejo de se transformar no contato com o outro. No emaranhado de gente envolvida, há aqueles(as) que concordaram em se identificar e outros que, diante de uma história ainda difícil de lidar, optaram por nomes fictícios – estes foram sinalizados com um asterisco. Da nossa parte, duas jornalistas Tateando jeitos de elaborar mundos, os próprios e os alheios. E, antes disso, duas filhas. Uma que teve pai com nome e sobrenome, abraço apertado e endereço. Outra que de pai soube pouco ou quase nada, principalmente do seu. E que fez deste trabalho uma das muitas formas de reencontro e reelaboração da própria história.



Recordista

Em um mundo distante do seu, Tiago* deseja encontrar algo que a pouca idade não sabe bem definir o que é. O fascínio pelas terras dos samurais surgiu cedo, logo quando aprendeu sobre a distribuição geográfica de cada continente com seus países, suas línguas e seus costumes. Aos poucos, a “cultura mais diferente que existe”, como ele nos conta, vai se tornando familiar por meio das intermináveis horas gastas na biblioteca da escola e com vídeos na internet, que vão aguçando a curiosidade dos 13 anos recém-completados.

Mas a razão da busca incessante não é tão óbvia, nem única. Ela foi tomando forma ao longo da nossa conversa, em meio aos seus silêncios. Tiago ainda é uma criança, e a importância que colocamos naquele encontro passa despercebida a ele, que tem toda a atenção voltada para o gato da casa, com o qual brinca e também se desvia de nós. Sem ainda ter formado as suas próprias afirmativas, consentia com quase todas as nossas. E a falta de jeito com as palavras, os sentimentos, denunciava a ausência do pai, que foi embora sem explicar o porquê.

César Bicalho* é um homem alto, branco, já mais velho, beirando os 70, advogado e professor; nasceu em Alfenas, morou em Belo Horizonte a maior parte da vida, também na Colômbia e, há mais de uma década, mudou-se para o Ceará. É um sujeito calmo, inteligente e muito educado, fez aniversário dia 17 de abril. O pouco que sabe do pai, que Tiago afirma ser suficiente por enquanto, aprendeu com Daniele*. São nas memórias da mãe que o menino forja a sua. E também com a ajuda de três fotos: uma mais antiga, de 1976, quando César jogava basquete, e duas mais recentes. “Em uma delas, ele tá barbudão, tipo um italiano terrorista”, conta o seu riso meio tímido. Logo vem outra analogia, umas das muitas que o ajudam a dar forma à desconhecida figura. “Parece com o Mario Bros também, do Nintendo. Vocês conhecem?”.

Se é parecido com o pai, primeiro responde que não, mas acaba mudando de ideia. Aparência, apesar da cor da pele diferente, uma certa calma no falar e no agir, todo mundo diz que é igual. “Tem até um idoso que eu conheço que acha que, quando eu ficar velho, vou ser igualzinho ao meu pai”. “Barbudo?”, questionamos. “Talvez sim, mas não pode ser muito grande, senão eu corto”. Na escola, a idade avançada de César o distingue da maioria. “Teve um dia que um

amigo meu disse que o pai dele era velho porque tinha mais de 40 anos. Aí eu falei a idade do meu, todo mundo ficou impressionado. Até o pai da professora era mais novo”, o menino exhibe o recorde querendo impressionar.

APRENDENDO O PRÓPRIO NOME

“Estudioso, bom menino, não dá trabalho nenhum”, Daniele fala do filho do meio, de quem tanto se orgulha. O único dos três que não tem seu sobrenome, já que César registrou o menino sozinho e escolheu colocar só o seu. O motivo? O sobrenome dela não era bonito o suficiente. E assim ficou, Tiago Bicalho. “Quando eu assustei, ele chegou lá com a certidão assim. Eu questionei: ‘cadê meu nome’? Mas, até pra isso, ele era educado, tinha o jeito dele de convencer. Eu tava lá mesmo como mãe, não tinha mais como voltar atrás”.

O tom da voz, os gestos, as palavras que usava e as desculpas do ex-companheiro, 33 anos mais velho, são lembrados por Daniele como se mais de uma década não tivesse passado desde que teve notícias dele pela última vez. Depois de cinco anos de relacionamento e um filho de pouco mais de um, ele se mudou para o Ceará por causa de uma boa oferta de emprego. Para trás, deixou Daniele, Tiago e Pablo*, filho do relacionamento anterior dela, na época com dez anos.

De início, César ligava todos os dias; depois, os contatos passaram para semanais, até ele sumir de vez. Ela tentou uma, duas, várias vezes. Um dia, a ligação foi atendida por uma mulher, então namorada de César, que deixou o recado: não ligar mais. “Eu só pensei: ‘e agora? O que eu vou fazer?’ Comecei a desesperar, porque ele mandava um dinheiro e parou. Eu não fiquei com raiva. Fiquei triste, muito triste, porque eu gostava demais dele. Mas eu não podia me abater, tinha dois filhos pequenos, foi uma luta”, conta Daniele.

Recado aceito, ela nunca mais voltou a tentar contato. A não ser pela Justiça, quando entrou com pedido de pensão alimentícia, cuja ação correu sem qualquer sinal dele. O valor foi esti-

pulado em 50% da aposentadoria depois que Daniele conseguiu provar que César, ainda atuante como advogado, não precisava do benefício para sobreviver. “Como ele foi embora sem dizer que não ia voltar, deixou tudo comigo: fotos, computador, contracheque, passaporte, carteirinha da OAB. Foi com isso que eu descobri onde ele estava e que ainda trabalhava”. Por ironia, muitas das causas que ainda hoje constam em seu nome são de reconhecimento de paternidade, pedido e execução de pensão alimentícia.

Daniele diz que prefere guardar as coisas boas dos anos que passaram juntos e de tudo o que César por ela fez. Os dois se conheceram no prédio em que ele morava e ela trabalhava como faxineira. As coisas não iam bem, ela tinha pouco mais de vinte anos, um casamento recém-terminado e um filho pequeno. Na promessa de uma vida melhor, um homem que a amasse e ajudasse a cuidar de Pablo, aceitou o convite de César para morarem juntos em poucos meses de namoro.

Foi assim que Daniele teve “tudo do bom e do melhor”, como descreve, e também deu a ele o que de melhor poderia oferecer: carinho, amor incondicional e uma família. Mas o sonho tinha lá seus poréns, César já tinha uma esposa, com quem garantia não ter mais nada, e duas filhas. Todas moravam em Alfenas, aonde ele ia mensalmente não se sabe bem fazer o quê. Havia ainda outro filho, nascido na Colômbia quando lá morou a trabalho. Ao retornar ao Brasil, chegou a trazer a namorada, com quem viveu durante alguns meses, mas que acabou indo embora com o bebê pequeno. Nunca mais se viram, e foi em Daniele que dizia ter encontrado consolo.

Com ela, três anos juntos e a surpresa de uma gravidez. De início, César ficou relutante, o que Daniele associa ao trauma do filho anterior, que voltou para a Colômbia com a mãe sem ele mal ter tido tempo de conviver. E também reconhece que o que ele queria mesmo era uma “mulher para sair e curtir, sem ter nada que os prendesse”. A resistência acabou durando pouco, e logo os dois já começaram a planejar cada detalhe. “Tinha até uma escola em frente ao nosso apartamento, nós olhávamos e ficávamos imaginando nosso filho lá”, ela conta.

Mais que um companheiro, César também foi pai, amigo e professor, Daniele gosta de frisar. “Ele me ensinou bons modos, a me portar, falar, entrar e sair dos lugares. Eu sempre fui de origem humilde, um pouco frustrada”. Os ensinamentos nem sempre eram uma opção, já que, como relembra, ele parecia se envergonhar de quem ela era. A diferença de idade, a forma como ela chamava a atenção dos homens mais jovens, o “corpão” que todo mundo olhava, seu jeito de se vestir, sobrenome, tudo entrava no pacote. E a importância da sua “origem humilde” acabava ultrapassando, em muito, os recursos financeiros.

Antes de sumir, César ia dando indícios de que o relacionamento não ia durar muito tempo. Daniele tem vivos na memória os vários momentos em que ele, munido da desculpa da “diferença de idade”, dizia que os dois, que já eram três, não poderiam ficar juntos. Entre uma e outra viagem ao Ceará, ele vendeu alguns pertences e deu um bom dinheiro para ela comprar uma casa, onde vive hoje. “Eu gostava muito dele, jamais pensava que a gente ia se separar. Ele já sabia, só não teve coragem de falar comigo que não queria mais. Isso aí que eu não entendi até hoje, eu ainda vou ter a oportunidade de encontrar com ele e perguntar por que fez isso”.

Mais uma vez, Daniele se viu sozinha, agora com um filho a mais. Quem a ajudou nesse período foi Gilmar*, seu primeiro marido e pai de Pablo, que, na esperança de retomarem o casamento, largou a bebida e se tornou um “outro homem”. “Além da pensão, ele fazia compra pra minha casa e tratava o Tiago também como se fosse filho dele. Até há pouco tempo, ele o chamava de pai”, Daniele fala sobre o ex, que acabou se tornando um dos seus melhores amigos. O passado dos dois é que não foi tão otimista assim. Aos 15 anos, ela se casou com Gilmar, que já tinha 33 e era policial. À bebedeira, somavam-se o ciúme doentio e dominador – usado como motivo para a proibir de trabalhar fora de casa, assim como César também o fez – e o racismo da família do marido.

O gesto da vida adulta parecia repetir o da adolescência, quando o relacionamento amoroso se tornou o único refúgio para quem tinha passado por necessidades de toda natureza. Uma

infância marcada pela falta de comida na mesa que dividia com 16 irmãos, a morte prematura da mãe, um pai mulherengo demais, apesar do bom coração, e uma madrasta com quem não era nada fácil de lidar é o que Daniele enumera como os motivos que a empurraram para um casamento tão jovem. “Na casa em que a gente vivia, minha madrasta não deixava a gente comer os doces e biscoitos que ela comprava para as visitas. Eu era tão inocente, tão boba, que eu não casei pensando em ter uma família, mas sim em ter uma casa cheia de doce, biscoito, refrigerante... tanto que eu casei e engravidei logo em seguida. Com barrigão, ia jogar queimada na rua, tava nem aí. Quem criou meu primeiro menino foi Deus, porque eu não sabia o que tava fazendo”.

Há dez anos, ela vive seu terceiro relacionamento com Luís*, pai do caçula, que tem nove. É a primeira vez que se relaciona com um homem mais jovem, faz questão de frisar. “Apesar de não ter o financeiro de antes, hoje eu vivo melhor. Tô com uma pessoa que eu posso dizer que é meu marido, porque o César não, era uma coisa incerta. Quando a gente tá com uma pessoa que é casada, nunca pode dizer que é da gente. Por isso, eu tenho consciência de que o que ele fez foi bom, porque eu nunca teria coragem de sair daquela relação”, explica.

Meio-primo com quem dividiu parte da infância, Daniele conta que Luís sempre foi “desmioladinho” e um tanto “meninão demais”. A insistência dele acabou conquistando seu coração, e ela acabou cedendo. Aos trancos e barrancos, os dois vêm construindo uma vida juntos, e é com ele que Daniele tem certeza de que pode contar. Se vão casar no papel, já é outra história – para ela, ainda é cedo demais.

Voltamos a perguntar de Tiago, e seu rosto se ilumina novamente. “Graças a Deus, meu filho é um menino muito inteligente, puxou o pai, porque ele era um homem muito estudioso, tudo o que vê, aprende, então, é a cara dele. Eles só não se conhecem até hoje”. Passados quase doze anos da partida de César, Daniele ainda vive no impasse entre o desejo de procurá-lo, para que pudesse dar uma vida melhor para o filho, e o medo do seu retorno. “A minha inconsequência prejudicou muito a vida do meu filho. Era melhor ele ter um pai humilde, que fosse pedreiro,

catador de rua, mas que fosse mesmo pai dele, tivesse com ele. Eu arrumei filho com o César porque eu era apaixonada, mas nunca pensei: ‘e se não der?’”, reflete ela.

Procurar ou não pelo pai será uma escolha de Tiago, Daniele garante. Mas acredita piamente que ele não vai fazê-lo. Diante da possibilidade, enumera as dificuldades que o filho enfrentaria na empreitada. “Ele é muito jovem, não pensa nisso ainda. Porque é muito difícil, né, uma pessoa que ele nunca viu, o que ele vai falar?”.

BOM É LEMBRAR DA FAMÍLIA DA GENTE

Tiago tem tudo mais ou menos planejado: quando completar 20 anos, vai de mala e cuia para o Japão. Se calhar, leva a família toda junto: a mãe, o caçula e o padrasto, mesmo os dois últimos sendo “meio chatos”, explica. Pablo, o irmão mais velho já bastante crescido, acaba ficando de fora da conta, talvez por já não morar com esse núcleo familiar. Antes da mudança, cabe um pequeno desvio de rota para um destino mais próximo, o Ceará. Para quê? Conhecer o pai, saber quais os nomes dos seus próprios pais, com quem vive, se já tem outra mulher e, quem sabe, mais filhos. Se possível, também iria atrás dos irmãos. Sim, de todos eles. Mesmo não levando jeito com o espanhol, ele também acaba incluindo a Colômbia nos planos. Como iria encontrar o irmão cujo nome nem sabe, não precisa pensar agora – adulto deve mesmo saber das coisas.

Entre Japão, Colômbia ou Ceará, ele balbucia o primeiro, pensa, e se refaz. Ceará acaba ganhando, mas para ficar só alguns dias. Se o pai quisesse, poderia ir com ele para o Japão também. “Mas acho que ele não vai querer, com tanto lugar no mundo, por que ele foi logo pra lá?”, responde a si próprio. Sem lembrança alguma do pai, a não ser pelas fotos e pertences que ele deixou para trás, Tiago diz não sentir falta, raiva, nem nada, e insistimos em saber o quealaria ao pai quando se encontrassem. “Por que abandonou nós?” é a pergunta que planeja fazer. Uma lágrima acaba saindo do controle e entregando que nem tudo poderia ser tão fácil como ele, como Daniele e como nós todas pretendíamos.

- Então tá bom, muito obrigada por conversar com a gente, Tiago.
- Já acabou?
- Nós não temos mais perguntas. Você tem?
- Hoje eu tô sem pergunta.
- A Belle também não conhece o pai dela, assim como você.
- Quantos anos ele tem?
- Ih, ele é bem mais velho, mais até que o seu. Bati seu recorde.
- Nossa. Quantos anos você tem?
- Vinte e um, na idade que você quer ir para o Ceará e Japão, né?
- Você vai procurar seu pai?
- Não sei, você acha que eu deveria?
- Você quer ir lá?
- Eu já quis, mas hoje não sei mais se eu quero.
- Acho que você deveria conhecer, pra ter pelo menos alguma lembrança com ele. É bom lembrar das pessoas da família da gente, né.

Querido Papai

É dia dos pais e a professora pediu para cada um fazer um desenho do seu pai. Eu não lembro bem tem muito tempo que você não vem na minha casa. Tem vez que eu esqueço seu nome e eu sempre fico triste porque não pode. Mamãe diz que é assim mesmo porque eu sou pequena. Eu não acho não.

Ano passado teve comemoração na escola de dia dos pais também eu a Rubia os coleguinhas todo mundo tirou foto tipo soldado com uma roupa verde. mamãe disse que é camuflada que fala tinha boné e tudo tava escrito papai você é o melhor do mundo. eu dei para minha mãe se você quiser papai eu posso te dar a mamãe não liga não porque está escrito pai.

Hoje é dia dos pais de novo eu tava falando do desenho. Eu saí correndo da sala sentei no balanço do parquinho perto do escorregador. A tia Eliana perguntou porque você está chorando eu disse que era porque eu não sabia mais como era te desenhar ela disse não fica assim não você pode imaginar seu pai como você quiser. Eu não sabia como eu queria. Lembrei do cartão que a moça da igreja me deu tinha Jesus na capa com cabelo grande e olhos verdes. Ele é bem branco mamãe disse que é bom. Você não tem cabelo grande mas você deixa crescer papai.

Isabelle, 7 anos

Paternidade, ainda que tardia¹

Em alta velocidade, um caminhão verde de plástico percorre a sala desviando dos obstáculos adultos à frente. “Carro sem freio”, o condutor alerta com preocupação. Ali perto, no cantinho forrado com tapete de E.V.A colorido, uma boneca de nome Yasmin é acalentada sem muito sucesso pela barulheira do local, justifica a sua mais nova mamãe, pouco maior do que ela. Uma cozinha rosa-shocking portátil, um quebra-cabeça com menos peças do que parece precisar e soldadinhos desmembrados compõem a eufórica cena. Todos espalhados ao chão pelas mãos dos(as) pequenos(as), que, sem muito entender o que fazem naquele lugar, contagiam o ambiente de espontaneidade em meio a mulheres e homens apreensivos.

É fim de outubro, mas o clima do mês das crianças ainda resiste nos balões murchos pendurados no teto do Centro de Reconhecimento de Paternidade (CRP), em Belo Horizonte. A grande rotatividade de pessoas naqueles dias era reflexo do mutirão *Direito a ter pai*, realizado há poucas semanas numa parceria do Centro com a Defensoria do Estado, explica um dos estagiários. Movimento atípico, concluiríamos depois de passar alguns meses acompanhando a rotina do local.

Criado em 2013, em caráter provisório para atender às demandas do programa *Pai Presente*, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Centro de Reconhecimento de Paternidade logo passou a órgão efetivo. “Devido ao seu grande sucesso”, justifica com orgulho Maria Luiza de Andrade Rangel Pires, Juíza de Direito, Titular da Vara de Registros Públicos de Belo Horizonte e coordenadora do CRP há pouco mais de um ano.

O programa foi instituído a partir dos dados do Censo Escolar 2011. Os altos índices de evasão, aliados ao baixo rendimento dos(as) alunos(as), passaram despercebidos diante dos números daquele ano: mais de cinco milhões de crianças e jovens no Brasil não contavam com o nome do pai no registro. Noticiados em tom alarmante, os números contemplaram um

¹ Todos os nomes, os números dos processos e as informações das pessoas atendidas foram trocados por fictícios, respeitando o pressuposto de segredo de justiça das ações das Varas de Família, conforme disposto no Código Civil de 2002.

universo ainda restrito das pessoas que carregam apenas o nome da mãe na certidão, limitado às crianças em idade escolar.

Com abrangência em todo o território nacional, *Pai Presente* adquiriu contornos próprios em cada região do país. Para atender à demanda do programa, foi criado um conjunto de regras e procedimentos pautados no direito à paternidade garantido pela Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regulamentou a “investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e deu outras providências”. Assim, foram realizados mutirões em escolas públicas e presídios, órgãos especiais foram criados, como os centros de reconhecimento e estruturas similares, e maior agilidade foi garantida na tramitação dos processos. Tudo isso para preencher o espaço em branco deixado por pais nas milhões de certidões de nascimento.

Aos cartórios, passou a ser permitido o reconhecimento espontâneo tardio de paternidade, antes realizado apenas com processo judicial. A eles também foi atribuída a obrigação de comunicar ao juiz competente, no prazo máximo de cinco dias, toda vez que uma criança é registrada sem a filiação paterna. Para isso, a mãe é interrogada sobre o “suposto pai”, nos termos jurídicos, e tem a opção de informar ou não.

Mas a resposta negativa precisa ser resistente, já que, mesmo depois de preencher o “não” no formulário de registro, a mãe ainda pode ser convocada pelo juiz e o Ministério Público para “prestar esclarecimentos”. Nessas ocasiões, ela é novamente submetida a uma série de perguntas com o objetivo de fazê-la mudar de ideia e informar o nome do pai da criança. Realidade ainda pouco comum fora do eixo dos grandes centros urbanos, nos municípios que contam com estruturas ainda precárias e, muitas vezes, um único juiz para dar conta de todas as demandas do município e de seus distritos.

“Um nome, um número de telefone ou o endereço do sujeito já ajuda. A gente aceita até mais de um, mas nem sempre elas querem”, explica um dos funcionários do Cartório de Registro Civil 1º Subdistrito, localizado na região Leste de Belo Horizonte, sobre como é feita a aborda-

gem às mães que registram os(as) filhos(as) sem o nome do pai. Ele garante que, onde trabalha, nenhuma mulher é constrangida, já que “os procedimentos realizados têm a única função de cumprir a lei e garantir o interesse dos menores”. Não demora muito, e acaba soltando: “a juventude de hoje não está mesmo fácil”. E conta, em tom de piada, que as comemorações de fim de ano são as que mais recebem os “presentinhos” de carnaval.

Na capital mineira, o Centro de Reconhecimento de Paternidade é quem recebe esses comunicados dos cartórios. Trata-se de uma das poucas estruturas do Brasil que funciona exclusivamente para as demandas de reconhecimento espontâneo tardio sem a necessidade de processo judicial. Se há concordância entre as partes envolvidas, tudo se resolve ali mesmo, do exame de DNA aos acordos de visitas e alimentos.

“Tudo deve ser consensual” é a premissa do trabalho realizado. Caso contrário, os envolvidos são encaminhados à “justiça comum”, o que despende esforços de tempo, paciência e disponibilidade, seja pela via dos(as) advogados(as) particulares, seja pela dos(as) defensores(as) públicos(as). Esta é uma das pautas mais importantes do Centro, segundo a juíza responsável, Maria Luíza: “Frente à lentidão da máquina judiciária, desafogar os processos e fazer a coisa andar mais depressa”, afirma.

NEM TUDO CABE NO REGISTRO

Ocupando um andar inteiro de um prédio no centro da capital, a grandiosidade da arquitetura e os burocráticos processos de acesso às dependências internas (“primeiro, as senhoras se identificam no balcão, pegam um crachá e passam com ele na biometria, depois se dirigem aos elevadores e então...””) contrastam com o clima do CRP. O espaço é cercado por mensagens motivacionais coladas por todos os lados, seus funcionários estampam sorrisos e um quê de proatividade nos rostos, há água e cafezinho disponíveis, e as crianças podem ganhar pirulitos em forma de coração quando conquistam a simpatia das funcionárias.

Apesar das pilhas de papéis, copos de plásticos e divisórias Eucatex, quem ali trabalha garante que está longe de uma repartição pública comum. Discrição, rapidez e atendimento humanizado são os pontos mais fortes do Centro de Reconhecimento de Paternidade, de acordo com Maria Luiza Pires. Além da amplitude do projeto atualmente, que atende a um número considerável de demandas, tudo ocorre de forma segura e totalmente gratuita. Até mesmo os chamados “processos” são mais simples, já que, como explica a juíza, eles ocorrem na fase chamada “pré-processual”, o que evita as burocráticas etapas que envolvem um processo comum, como a necessidade de advogado.

Ela conta que são atendidos, em média, 900 casos por mês, e que as pensões são estabelecidas em valores em torno de 20 a 30% de um salário mínimo. Quando muito, chegam a 40%. Entre os dois estagiários de Direito, o maior valor que lembram ter registrado foi o de R\$350,00. “Mas o atendimento é pra todo mundo, independente da condição financeira”, a juíza esclarece. Não que o reconhecimento tardio de paternidade seja uma demanda exclusiva dos mais pobres, em sua maioria mulheres e homens negros. Mas são eles(as), certamente, que se veem reféns de políticas públicas que garantam a disponibilidade de serviços de difícil acesso e a mediação de conflitos a nível mais íntimo por parte do Estado. De acordo com dados do Censo 2010 do IBGE, as negras são maioria no número de mulheres responsáveis pelo famoso “chefiar” da família entre as camadas mais pobres da população, chegando a quase 40% do total de residências brasileiras, e também lideram os índices das relações monoparentais com filhos(as), representando 87,5%.

Em seus quase quatro anos de atendimento, o CRP coleciona alguns dos seus tipos mais comuns, contam os estagiários. Como “as juvenzinhas” (meninas adolescentes que chegam obrigadas pelos pais e que, normalmente, se relacionam com homens nem sempre tão jovens quanto elas); os “nada a ver” (mulheres e homens que, além do filho, nada têm em comum, já que este foi gerado por meio de um único encontro); os “enroladinhos” (aqueles que vivem na casa um do outro e, também, na casa de muitos outros, o que gera a dúvida); “as amantes” (que só têm uma categoria própria pelo excesso de machismo); e os “já crescidos” (filhos(as)

maiores de idade que buscam um nome para poder passar para os seus próprios filhos, nascidos ou não).

Ao chegarem ali, cada um deles busca mais que um reconhecimento jurídico. O nome do pai, seja para si mesmo(a), seja para o(a) filho(a), vem acompanhado de uma promessa de afeto, de ter para quem ligar no Natal e, quem sabe, também nos momentos mais difíceis. Assim, as audiências e os atendimentos são realizados entre um sem-número de histórias de vida narradas, vez ou outra, com a excessiva dramaticidade de quem vê no Centro a solução do “disse me disse” da vizinhança, dos amores mal resolvidos, das famílias divididas e da necessidade de comprar sapato novo para as crianças.

O MAIOR DESAFIO É TIRAR OS DOIS DO CENTRO

Do segurança aos(as) estagiários(as), a resposta é unânime: a maior dificuldade de todo o processo é fazer mães e pais perceberem que a criança deve ser o centro, e não eles. Em meio às brigas por traição, o novo (ou antigo) casamento, relações que não deram certo e promessas mal cumpridas, o motivo que os levou até ali passa quase despercebido.

Apesar de contar com apenas uma profissional de Psicologia, estagiária que cuida dos resultados negativos de DNA – “por ter mais sensibilidade, sabe como é” – o CRP tem, além do reconhecimento jurídico, a promessa de “restabelecimento de vínculos afetivos”. “Eu sempre pergunto a eles: ‘você tem contato com seu filho’? Se a resposta é não, eu tento levar pro outro lado, abordando a importância do convívio. E ainda explico que o dinheiro passa a doer muito menos no bolso”. É assim que Maria Luiza Pires conscientiza os pais que passam por sua sala: apresentando as vantagens e os custos-benefícios de embarcar na empreitada paternidade.

Durante as audiências que acompanhamos, contudo, raros foram os esforços para conscientizar os pais sobre a importância e a necessidade de sua presença na vida dos(as) filhos(as). Nem mesmo os rolinhos de papel com mensagens motivacionais envoltos com fita cor-de-

-rosa, carinhosamente apelidados de *Diplomas de Paternidade*, chegam a ser distribuídos. Nas mesas, eles passam alheios e acumulam poeira até que sejam descartados.

Ser pai não é só assumir um filho, ser pai vai muito além de de fazer um filho ou dar a ele um sobrenome. Pai é amor, carinho, cuidado, proteção, segurança, responsabilidade. Pai, acima de tudo, é presença. Porque um pai presente é o sonho de todo filho! Parabéns Papai e Mamãe, Filho é sempre um presente! Felicidades!
(Diploma da Paternidade – CRP/TJMG, 2016)

Na linha de frente dos atendimentos no CRP, estão os estagiários de Direito. Audiências, coleta de documentos, pedidos e entrega de exames de DNA (mas só os positivos), mudança de nome, alimentos e visitas, mediação de conflitos, alertar às mães e aos pais distraídos sobre o consumo de tampas de caneta pelas crianças e repetir exaustivamente que “apenas quando dá negativo pode fazer de novo”.

Vez ou outra, o vocabulário rebuscado e a pompa da profissão não dão conta da complexidade dos casos mais excepcionais, que garantem não serem poucos. Nessas situações, só recorrendo à juíza. “Tem pai que quer mudar o próprio nome antes de passar pro filho, tem mãe que, mesmo com o resultado positivo, não admite que a criança ganhe o sobrenome do pai, e os mais comuns, dos nomes que a gente tem até medo de pronunciar e, pelo bem da criança, intervém”, explica um deles.

Conduzir audiências para estipular o valor da pensão parte do pressuposto de que a mãe se responsabiliza pelo cuidado diário e o pai visita esporadicamente. E só quando quer, já que, muitas vezes, o número de visitas definido faz parte do protocolo: não deixar o espaço “visitas” em branco no termo do acordo ali consensualmente estabelecido. Com paciência, Maria Luiza Pires nos explica que “pagar pensão é obrigação, se o pai não paga, vai preso e pronto. Mas visita é direito, e direito a gente exerce se quiser, não tem como obrigá-lo a ter afeto, carinho e cuidar. É até perigoso colocar uma criança na mão de um pai que não quer ter nenhum

vínculo com ela, vocês não concordam?”.

A mãe tem um papel fundamental na construção da imagem paterna, por isso a sua participação na mediação da relação pai-filho é muito importante. O pai, por sua vez, é a figura masculina mais forte da vida dos filhos pois representa o porto seguro.
(Trecho da Cartilha do Centro de Reconhecimento de Paternidade – CRP/TJMG, 2016)

Nos muitos casos que os estagiários nos contavam entre um e outro atendimento, a responsabilidade dos homens passava batido diante da importância dada ao comportamento sexual das mulheres, pauta de piadas que acabavam escapando conforme nossas visitas ao Centro se tornavam mais frequentes. “Veio uma menina aqui de doze anos, ela engravidou ainda com onze no *revéillon* que passou com a família no Rio e não fazia ideia de quem era o cara. Acredita?”, contou um deles. Passa pela nossa cabeça lembrar que, aos onze anos, toda e qualquer relação sexual é considerada estupro de vulnerável, independentemente do chamado “consentimento”, segundo a Lei 12.015, de 2009. “Nessa idade, já tá assim, imagina quando ficar mais velha? Aqui, sempre aparece desse tipo”. Nem mesmo a nossa posição ali, enquanto jornalistas, sairia ilesa. Também somos mulheres, e nossos corpos são colocados à prova constantemente, seja nos olhares dos mediadores da lei, seja nos dos responsáveis por garantir a segurança do local.

Mesmo sabendo dos limites do impacto social do CRP na vida daqueles que utilizam dos seus serviços, para a juíza, ganhar o nome do pai na certidão já faz uma enorme diferença. “Quando a criança é pequenininha, o prejuízo é menor, porque a paternidade, no papel, para ela, não faz diferença nenhuma. A afetiva, sim, claro que vai fazer toda a diferença sempre. Mas, para um adolescente, até mesmo para uma criança que está na fase escolar, chega o dia do pai na escola, e ela não tem, vai escrever o nome dele na ficha e não sabe, uma série de constrangimentos”.

PROCESSO: 08090.2016.00009.870
DATA: 22 DE SETEMBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA () RESULTADO DE EXAME DE DNA (X)

Sem comoção, Paulo* acaba de receber a confirmação: ele é pai de Laura*, mas está mais preocupado em cumprir com suas obrigações legais e se poupar de outras funções. A aliança larga no dedo denuncia: Paulo é casado. Já tem dois filhos e deixa isso claro para justificar suas limitações financeiras. A mãe não tem vez. Tímida e insegura, questiona quais são os direitos da filha em relação à pensão. Ela reivindica: 30% do salário do pai. Acreditava que tal porcentagem estaria garantida à sua filha por lei. Doce e menosprezado engano. O estagiário que conduz a audiência deixa claro: “a pensão é definida a partir de um equilíbrio entre quanto a mãe precisa e quanto o pai pode ajudar”. Com a deixa, Paulo é categórico: R\$200. Apesar de insatisfeita, a mãe cede oscilante, mas hesita quando considera a menor das possibilidades de o pai ter contato com a filha.

Ela quer limitar o acordo de visitas. Ele contesta, deixando uma esperança: preocupava-se em ter contato com a criança: “então ela quer reduzir as visitas ao máximo possível, mas a pensão tem que receber?”. No final, uma dura e singela incoerência. Paulo é incapaz de atender ao simples pedido da mãe que, com a menina no colo e segurando sua bolsa, pede para ele amarrar o sapatinho da filha. Seu corpo enrijecido recusa com raiva e impaciência, ignorando a presença das duas ao seu lado.

PROCESSO: 08090.2016.00009.891
DATA: 27 DE OUTUBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA () RESULTADO DE EXAME DE DNA (X)

Quem tem a criança no colo é Diego*, pai da menina a quem cobre de beijos diante da notícia do resultado positivo. A cena estranha encanta, de tão atípica naquele lugar. Enquanto o pai comemora, a mãe tem os olhos aguados – mas não de contentamento. Os dois dialogam com harmonia e sem desentendimentos, é difícil assimilar um caso tão incomum. Ao sugerir o valor da pensão, o pai é cuidadoso: “R\$ 350,00 você acha que é pouco?”, pergunta com simplicidade, dizendo que vai ajudar a comprar as coisas que forem necessárias. Ele tem o celular em mãos e mexe no WhatsApp como quem está espalhando a notícia. Com pressa para ser pai, Diego assina o termo de reconhecimento de paternidade sem nem mesmo ler.

FAMÍLIA BRASILEIRA, GENÉTICA E PARECENÇAS

- Não quer fazer o seu reconhecimento também?
- Não, valeu.
- Se mudar de ideia, aqui a gente faz tudo de graça, como foi feito com o Luis Gustavo*.
- Não vai fazer diferença.

David não se sente muito à vontade ao ter que explicar a falta do nome do pai. Ali presente para reconhecer o filho Luis Gustavo, em poucas palavras esconde o motivo: a mãe nunca tocou no assunto. A pergunta é feita pelo estagiário, que tinha sua identidade em mãos para redigir a nova certidão do menino.

Como David, muitos homens que passam pelo CRP não contam com o nome do próprio pai no registro. Quando se depara com uma situação como essa, um dos estagiários garante não tocar no assunto para evitar causar ainda mais constrangimentos. Já o outro justifica a intervenção como uma possibilidade de mudança na vida de “homens que precisam ser pais sem ao menos ter contado com um”. A solução? Um exame de DNA, que garante 99% de certeza.

Pesquisas demonstram que crianças que não convivem com o pai podem apresentar problemas de identificação sexual, dificuldade de reconhecer limites e aprender regras de convivência social. É possível que haja um comprometimento do comportamento moral e o consequente envolvimento com a delinquência. Chega-se ao alarmante índice de que 80% dos jovens infratores e/ou criminosos do nosso país não conhecem e/ou não são reconhecidos pelo pai.
(Trecho da Cartilha do Centro de Reconhecimento de Paternidade – CRP/TJMG, 2016)

A entrega dos resultados pelos dois é feita sem muito rodeio. Se positivos, mães e pais se sentam lado a lado e recebem o papel já aberto. Nem sequer chegam a ler, os estagiários já informam a solução da série de combinações, números e porcentagens impressas. Já os ne-

gativos exigem procedimentos mais delicados, que ficam à cargo da estagiária de Psicologia.

“Primeiro, eu chamo o pai, converso calmamente com ele, pergunto sobre as expectativas, o relacionamento com a mãe e a criança, e vou orientando da importância dos vínculos que foram estabelecidos até o momento. Só depois eu dou o resultado. É preciso preparar a pessoa”, ela explica. Com a mãe ou o(a) filho(a) maior de idade, faz o mesmo ritual, que, dependendo da necessidade, pode envolver apertos de mão, abraços e até um conselho amigo: “a vida continua, nada do que você viveu foi mentira”. Sobre a presença do segurança, que permanece à porta durante todo o tempo e acompanha cada uma das partes até a saída, ela explica que é para o bem do local. “Não queremos confusão aqui dentro, não é *Programa do Ratinho*”.

Apresentado por Carlos Massa, o próprio Ratinho, o programa lançou, no fim dos anos 1990, um dos quadros mais polêmicos da TV brasileira: o *Teste de DNA*. Protagonizado por homens e mulheres em busca de esclarecimento sobre o material genético dos(as) seus(uas) filhos(as), também conhecido como o “disse me disse da vizinhança”, os(as) participantes eram selecionados por meio de cartas, que hoje já evoluíram para um simples formulário digital. Brigas, gritaria e as famigeradas “palavras de baixo calão” inundavam o ambiente. Mais do que uma promessa da certeza ou não da paternidade, as cenas ajudaram a criar um imaginário sobre o tão aclamado exame, na época ainda novidade.

Essa complexa estrutura de ácidos nucleicos no formato de dupla hélice composta por fosfatos, riboses e bases nitrogenadas foi capaz de gerar uma verdadeira revolução nos modos de investigação do vínculo biológico. Criado em 1985 pelo geneticista inglês Alec Jeffreys, a partir das descobertas realizadas pela dupla James Watson e Francis Crick em 1953, os exames de DNA são formas contemporâneas de se verificar a identidade genética de uma pessoa a partir dos seus 23 pares de cromossomos.

Apesar de seus sofisticados métodos prometerem o sistema mais seguro de investigação de paternidade, com garantia de 99,9% de certeza dos resultados, ele não é inédito. Técnicas ante-

DATA: 22 DE SETEMBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA (X) RESULTADO DE EXAME DE DNA ()

A serenidade do pequeno Rafael*, cujo olhar vagueia tranquilamente pela sala cheia de adultos, não foi capaz de ser afetada por tamanho rebuliço criado pelos pais. O motivo, sua recente chegada há pouco mais de três meses a esse mundo, ou, melhor dizendo, os devidos responsáveis por tal acontecimento. “Foi ela quem me impediu de assumir toda a responsabilidade com o menino”, afirma o pai Ricardo*, tentando justificar a necessidade do exame de DNA. Mas o pedido do teste foi realizado por Kênia*, como forma de “lavar a alma” e garantir os direitos do caçula, que completa sua meia dúzia de filhos. Todos devidamente registrados, ela faz questão de frisar, com exceção do mais velho, esquecido pelo pai, que sabe-se lá Deus onde possa estar. Entre desavenças, insultos e ameaças de denúncia, surgem promessas de um futuro que não se concretizou. Ricardo tinha planos, queria que Kênia fosse sua esposa. Para isso, era preciso que ela mudasse de vida, o que incluía aceitar Jesus e não “experimentar” outros homens. Ela, dando de ombros, garante que não precisa de nada disso. “Criei todos os seis sozinha, sou mulher suficiente”. No entremeio da conversa, a estagiária lembra que o foco é o menino, e não o relacionamento dos dois. Exame marcado, resultado entre 20 e 30 dias. “Sendo meu ou não, eu vou tratar do mesmo jeito”, ressalta o pai em tom eufórico enquanto acalanta a criança com desenvoltura nos braços. Agora, Ricardo diz ter o resultado positivo como certo. Em meio à euforia, antes de ir embora faz um pedido em tom de grande importância: “além do Cruz*, meu sobrenome, posso fazer outra mudança no nome dele? Quero Rafael com PH. Fica mais bonito, *né?*”.

DATA: 29 DE SETEMBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA () RESULTADO DE EXAME DE DNA (X)

“É uma coisa horrível, né? A criança nem parece comigo!”, diz Fabrício* depois de questionar a precisão do teste de DNA. Tudo porque o filho nasceu branco e ele é negro. Sua desconfiança era uma afronta direta à Elaine*, mãe da criança. “Tá achando que ele não é seu filho? Que eu transei com outro homem? A gente tava até morando junto. Acabou, pode pegar suas coisas e ir pra onde você quiser. Não sou mulher de vários homens não! Se eu tive coragem de vir aqui, é porque eu tinha certeza!”. A discussão se prolonga enquanto tentam fechar o acordo da pensão. “Se você quiser ficar junto, a gente fica e cuida da criança. Se não, vai pra Defensoria Pública.” As palavras ríspidas de chantagem são resistentes à Elaine, que continua ofendida com os comentários de Fabrício. Só cede após um pedido de desculpas, que ele profere cuspindo o que quer ser ouvido. “Perdoo sim, porque eu sou uma serva de Deus, tenho que perdoar a todos!”, Elaine consente, o que bastou para que o valor da pensão fosse fixado – aquele estipulado pelo pai. É a vez do próximo acordo. “Eu abro mão de toda visita”, diz Fabrício, como se renunciasse a uma regalia. “Mas isso a gente não pode colocar aqui! Tem que ser estipulado o mínimo de visitas”, retruca o estagiário. “Faz o seguinte: coloca aí uma vez por mês!”, Fabrício responde.

riores, utilizadas desde as primeiras décadas do século XX, também tinham o objetivo de regular as relações de parentesco e filiação, como mostra a pesquisadora Sabrina Finamori em sua tese de doutorado *Os sentidos da paternidade: dos “pais desconhecidos” ao exame de DNA*, de 2012.

A mais comum e que perdurou durante longo tempo, definida e validada nos tribunais ao longo do século XX, foi o chamado “confronto fisionômico”, que consistia na comparação entre as semelhanças físicas de pais e filhos. Muitos eram os procedimentos realizados, que envolviam medição do crânio, análise de fotografias (principalmente para os pais já falecidos), relação de idade, cor da pele, dos cabelos e dos olhos, altura, peso, sinais patológicos observáveis, formato do nariz, orelhas e boca. O relato de testemunhas, ainda hoje utilizado, também era considerado uma categoria de prova importante. Juntos, tais aspectos poderiam resultar na confirmação ou não de paternidade nos casos permitidos pela lei vigente.

Com a chegada do exame de sangue no Brasil, em 1927, que consistia na comparação dos grupos sanguíneos dos indivíduos, houve um intenso movimento de combate à comprovação física, considerada obsoleta e pouco científica diante do avanço da Medicina. Mas, para a frustração dos defensores do novo modelo, ele custou a vingar nas perícias de paternidade. Um dos entraves era a falta de certeza em parte considerável dos seus resultados, o que o tornava mais eficaz para a negação do que para a confirmação de paternidade – que, por conseguinte, beneficiava mais o pai do que a mãe e os filhos. Na dúvida, (as)os juízes(as) precisavam recorrer, vez ou outra, às provas testemunhais e à “medição das cabeças”. E a escolha do tipo do método a ser empregado passava longe de ter alguma unanimidade.

Ao final do século, surgem as pesquisas sobre as “moléculas da vida”, da qual derivam os queridinhos testes de paternidade hoje realizados, que consistem em comparar o material genético de (supostos) pais e seus (supostos) filhos. Diante das dificuldades em importar os elementos necessários para a realização do exame, em 1988, após uma série de pesquisas e experimentos, grupos de pesquisadores e laboratórios de Minas Gerais anunciaram a criação de uma versão alternativa, cujos resultados seriam tão efetivos quanto os do exame original.

Assim, na década de 1990, o novo método começou a ser popularizado no Brasil. Rapidamente, serviços gratuitos foram criados, e ele foi incorporado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) nos processos de investigação e reconhecimento de paternidade.

O teste surge no bojo de intensas transformações, como os movimentos feministas e a criação de novos modelos de regulação da reprodução, e dá início a outras transformações, como as novas formas de filiação, que deixam de ser reguladas exclusivamente pelo matrimônio ou pela decisão do pai de se assumir como tal, e importantes mudanças na lei, como o direito à investigação de paternidade de filhos havidos fora do casamento a partir de 1992.

Até mesmo a recusa da realização do DNA passa a surtir efeitos legais. Diante dos excessivos casos de processos que se arrastavam anos na Justiça em decorrência dos pais que se negavam a realizar o teste, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em 2004, publicou a Súmula 301, segundo a qual “a recusa do suposto pai a submeter-se ao exame de DNA induz presunção de paternidade”. Em 2009, a Lei 12.004 estendeu a súmula também à investigação dos filhos havidos fora do casamento.

Mas só a recusa não é suficiente para restar comprovada a paternidade. Para que ela surta efeito, é necessário que outras provas sejam convocadas no intuito de se confirmar que a mãe e o pai da criança tiveram, de fato, um relacionamento íntimo. Daí a necessidade de acionar testemunhas, documentos, fotos e outros recursos, “à moda antiga”.

Os efeitos que as novas tecnologias do DNA geraram foram inegáveis. A pesquisadora Sabrina Finamori (2012) destaca a importância deles na democratização do direito à paternidade, ao conhecimento das origens e à cidadania, antes restrita a uma pequena parcela da população. Mas ela também chama a atenção para a falta de reflexão sobre os impactos que esse modelo pode gerar, já que o exame “é visto como infalível e, em geral, a melhor solução para os impasses”.

Se por um lado o DNA possibilita a formação de laços de parentesco e dá novas possibilida-

PROCESSO: 08090.2016.00009.890
DATA: 27 DE OUTUBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA (X) RESULTADO DE EXAME DE DNA ()

João Vitor*, 13 anos, não tem o sobrenome do pai na certidão. A rejeição, segundo a mãe Luciana*, se deu por coisa boba. “O danado do menino nasceu clarinho, mas hoje você pode ver que ele tá parecendo um macaco de tão preto. A cara do pai”. Falecido há mais de 10 anos, Reginaldo* em nada pode contestar. Mas o reconhecimento só acontece por meio da aprovação e do exame de DNA dos demais filhos e familiares dele. Ao lado de João e Luciana, estão presentes Marcela*, primeira filha do casal e única que carrega o nome do pai no documento, além de uma tia e a avó paternas. Mas o teste para aquela família era mera formalidade. Marcela, João* e Bia*, a caçula e também não registrada, cresceram como filhos legítimos de Reginaldo. “Cara de um, focinho do outro. Todos eles”, afirma a avó. Luciana não hesita em afirmar que nunca teve dúvidas. “O problema é que a gente sempre viveu num chove não molha, cada um na sua casa e, das duas partes, houveram outros namoros”. Já João garante que não gosta, nem se lembra do pai, mas faz questão de colocar o sobrenome dele em seus documentos. “Pode dar uma picadona no meu dedo, moça, que eu nem ligo”, cheio de orgulho, o menino faz a prévia do DNA. Além dos dois filhos mais novos a serem registrados, Luciana enfrenta dificuldades com o pai da neta, filha de Marcela. Grávida aos 14 anos, a jovem, assim como a mãe, se viu diante de um homem que se negou a assumir o filho. “Eles se esquecem que a gente não faz filho sozinha, né?”, retruca Luciana à história que se repete.

PROCESSO: 08090.2016.00009.872
DATA: 27 DE OUTUBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA () RESULTADO DE EXAME DE DNA (X)

“Graças a Deus!”. Com sorriso largo no rosto e uma felicidade sincera, assim reage Jéssica* ao resultado negativo do exame de DNA para a filha recém-nascida. Tudo obra do divino, ela garante, e, sem pestanejar, acrescenta: “porque eu quero que seja do meu outro vizinho, tem a possibilidade de ser ele”. Quem acompanha a jovem é João*, seu pai. Foi ele que, depois de muito insistir, a convenceu a pedir o exame de DNA, para garantir os direitos da criança. Apesar da pouca idade e da maternidade de primeira viagem, Jéssica não se intimida em momento nenhum. Enquanto assina a papelada e preenche o formulário para o próximo “suposto pai”, João, com a neta no colo, observa com certa preocupação. “Você sabe como é, avô é pai duas vezes.”

Não foi com a mesma euforia que Rafael* recebeu o resultado. Manter a ordem e a boa convivência do local é a regra e, por isso, é ele quem recebe a notícia em primeira mão, sem contato com a mãe e o avô da criança de quem acabou de descobrir que não é o pai. Apesar de admitir que não via a menina com muita frequência, Rafael garante que já a considerava como filha, sentimento compartilhado por toda a sua família. “Eu tinha lá as minhas dúvidas, mas acreditava que fosse”, diz ele, acrescentando que em nada vai mudar o carinho que tem pela menina. Mas o susto inicial logo dá lugar a uma expressão de alívio e prazer ao imaginar a reação da ex-namorada, que dava como garantida a paternidade. “Ela não vai gostar nada disso”, afirma o rapaz ao sair da sala. Ele disfarça, mas é impossível não perceber o largo sorriso no rosto.

PROCESSO: 08090.2016.00009.889
DATA: 27 DE OUTUBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA () RESULTADO DE EXAME DE DNA (X)

Um teste de DNA brinda o pequeno Pedro* com uma promessa chamada Wemerson*. A criança presenciou, mas ainda não sabe: o pai não recebeu a notícia com a mesma facilidade com que assinou o documento para a nova certidão do filho. “Esse negócio aqui não tem chance nenhuma de dar errado não?”, ele se refere ao teste combinando tensão, desespero e um pingo de esperança. Na ausência da mãe, que precisa sair por um instante, o pai desafoga que não quer ter nenhum tipo de vínculo com ela. Mas Wemerson não quer ser tão apático e conta que até tem um menino de quem é pai. Pai de verdade, é o que quer enfatizar. Para Pedro, no entanto, não poderia ser tão verdadeiro assim. “A causa desse menino ter vindo aí já destruiu uma família. A mãe do meu menino, que era minha companheira, foi embora, entendeu? Levou meu menino embora por causa disso, desse outro menino aqui agora, entendeu?”, ele explica. Pedro vive há poucos meses, é frágil, franzino e indefeso, mas capaz de tamanha perversidade.

PROCESSO: 08090.2016.00009.873
DATA: 22 DE SETEMBRO DE 2016
NATUREZA DA AUDIÊNCIA:
PEDIDO DE EXAME DE DNA () RESULTADO DE EXAME DE DNA (X)

Paternidade confirmada. “Nem precisava, né!”, comenta Adriana*, a mãe do menino que perambula engatinhando no ambiente e exibindo os dois dentinhos que despontam de seu sorriso faceiro. O pai encara a folha com o resultado positivo do exame. É assim que permanece até o final da audiência. Com o corpo robusto inclinado em direção oposta à mãe e o boné aba reta, é impossível ver seu rosto. A voz desbotada pode ser ouvida com dificuldade quando é preciso responder a alguma pergunta. Adriana, que já tem o nome do pequeno tatuado em seu antebraço, questiona a todo momento: “Olha, pelo que eu sei, aqui não é uma Justiça, é uma conciliação. Aí, vamos supor que ele falou comigo que me paga o valor x, mas e, se caso ele não me pagar aquele valor, o que acontece?”. A resposta que ouve não é o suficiente: “Tem todas as sanções”. Ela tenta mais uma vez: “eu queria saber se é igual, se é como se fosse uma Justiça”. “Olha, aqui é conciliador, mas todas as sentenças, tudo o que finaliza aqui é judicial. A sentença que a gente vai promulgar, tudo o que for decisão judicial, vai ter todo o caráter. A diferença é só o processo”. O estagiário dá prosseguimento, enquanto a mãe permanece confusa. Por fim, Adriana não quer fazer o acordo de pensão no CRP. O problema agora é outro: mudar o sobrenome da criança, mas não para incluir o paterno. O caso pede a intervenção da juíza, que discursa sobre os significados e as consequências da decisão de não colocar o sobrenome do pai para a vida da criança. “Ok, espero que você não se arrependa um dia de estar fazendo isso. Mas não pode pôr o Alcantara*. Ok?”, enfática, a juíza deixa seu último alerta e sai.

des de existência a quem antes não poderia ser reconhecido(a), também pode ser usado para negar laços já existentes por meio da contestação de paternidade. São numerosos os casos negatórios que aparecem no CRP de homens que afirmam ter sido enganados e só descobriram mais tarde. Há ainda aqueles que garantem que o resultado em nada vai mudar a relação com os filhos, apesar da pulguinha atrás da orelha, que persiste incomodando.

Nem sempre o pedido de revogação é atendido pela juíza Maria Luiza Pires, já que “um filho não pode ficar sem pai”. Se não há outro pai para assumir a criança, ou se aquele pai tem uma relação duradoura com o filho, DNA nenhum desfaz o vínculo registrado na certidão. Apesar de ser vendido como solucionador de conflitos, o teste não certifica que uma combinação genética positiva ou negativa seja levada para a vida real.

No dia a dia do Centro, não é difícil perceber que os resultados de DNA muitas vezes interferem pouco no relacionamento entre pais e filhos(as), a não ser pelo quadro pendurado na recepção do local, estampado com fotos reveladas das chamadas “histórias e vidas que aqui se transformaram”: pedido de casamento em sala de audiência, famílias que se uniram, crianças que sorriem por terem ganhado o nome do pai no registro e pais que voltaram depois de comprovado o vínculo biológico.

Para parte significativa dos homens, não ter afinidades com uma mulher pode gerar uma rejeição quase imediata aos(às) filhos(as) concebidos(as) na relação, como afirma a antropóloga e pesquisadora Cláudia Fonseca em seu artigo *A certeza que pariu a dúvida* (2004). Da mesma forma, há outros que, ao se relacionarem com mulheres que já têm filhos, de padrastos assumem o “status paterno”. Registram seus(uas) enteados(as) (filhos(as) de suas parceiras) como se fossem biológicos e, após o fim do relacionamento, pedem a anulação do documento. A paternidade, assim, em muito ainda se estabelece mais na relação de desejo do homem pela mãe do que propriamente pela criança, o que indica que a biologia “nunca foi o *sine qua non* da paternidade – certamente, não da perspectiva dos homens”, esclarece a pesquisadora.

Além disso, a relação entre paternidade e masculinidade é muito diversa daquela existente entre feminilidade e maternidade. Enquanto a maternidade é definidora das expectativas que perpassam a constituição social da feminilidade e do que é ser mulher, no caso dos homens, a paternidade cumpre função diversa, pois ser pai (ou assumir a paternidade) ou não, interfere de forma pouco significativa na constituição da masculinidade e na ratificação do homem enquanto tal.

Cavalo solto

Carnaval era bom, tinha lança-perfume. Nas festas, quase sempre penetra. Jovem Guarda, Beatles, “os milico”, calça boca de sino e gravar as músicas da rádio em fita cassete – e, depois, ouvir no carro. E os rolos? Impossível contar nos dedos, de tão numerosos. O passado de Carlinho* é um livro mais do que aberto. Quem o conhece sabe que foi um boêmio de mão cheia, título que ostenta com orgulho. Cheio de saudade, descreve a juventude em riqueza de detalhes. Os casos mais inusitados chegam a causar descrença nos menos acostumados.

Mas nem tudo pode ser contado com tamanha facilidade. Pergunto sobre o filho, e ele tem muito pouco para falar. Não propriamente por timidez, é porque realmente não sabe. Não era a primeira vez que o assunto rondava nossas conversas, em sua maioria na mesa da cozinha de casa, onde compartilhamos doses homeopáticas de carinho e certos desentendimentos de quem divide a vida há quase uma década. Os nomes mais apropriados, padrasto e enteada, formalidade que geralmente passa batida. Vez ou outra, a dúvida “é sua menina?” encontra uma resposta afirmativa das duas partes, a fim de evitar a necessidade de maiores explicações – e também como pequenos e rotineiros sinais de afeto.

Todo mundo sabe que Carlinho tem um filho: “Wellington dos Santos*. Em 2002, ganhou o Silva*”, ele conta. Porque Joana* entrou na Justiça exigindo o reconhecimento do menino, à época beirando os 17 anos. “Homem feito, quase”, é o que tinha a dizer sobre o rapaz que viu pela primeira vez na audiência. No pacote, também foi estabelecida a pensão de um quarto de um salário mínimo, que pagou por poucos meses.

Como tudo começou? Era fim de 1983 e, apesar do namoro com Joana ir bem, Carlinho diz que precisava de um certo “respiro”. Com a partida dela para São Paulo, onde passaria o *réveillon* com a família, ele foi a um baile com um amigo e lá encontrou a “moça mais bonita que podia existir”. Do encontro, uma gravidez. “Ela queria casar, disse que o pai não aceitaria de outra forma. Mas eu não podia, tava com a Joana. Então, ela disse que nunca mais queria me ver, e assim foi”. Se o filho ou a filha nasceu, nem chegou a saber. Ninguém soube. “Até agora”, ele ri, pontuando minha exclusividade.

Poucos meses depois, um novo filho, dessa vez com Joana. A surpresa não o impediu de fazer planos: alugar um barraco, trabalhar duro e montar o quarto do nenê. Àquela altura, os dois até poderiam passar das formalidades do casamento, evitado por ele a ferro e fogo. Ela aceitaria, com a condição de que fossem para São Paulo, mas ele queria ficar. No impasse, mal a barriga começou a aparecer, ela partiu de vez. “Ela já tinha um filho pequeno e queria esconder dos pais. Por isso, quis ir pra São Paulo, ficar junto a uma tia”, ele conta, já não tão sorridente quanto antes.

Nunca mais a viu, e a criança, mais uma vez, sequer chegou a conhecer. A única notícia que teve, na época, foi a ligação de Joana avisando do nascimento: um menino. “Minha mãe foi quem atendeu o telefone e não me avisou, ela sempre teve muito ciúme de mim. Sabe aquele ditado, ‘segura suas égua que meu cavalo tá solto’? Era isso que ela dizia”.

Se cogitou procurar o filho, a justificativa é a que consta na defesa que apresentou em juízo na forma de contestação. “A genitora e o Autor jamais entraram em contato com o Réu durante 16 anos. Como isso ocorreu, o Réu não sabia endereço, telefone, nada do Autor, não tendo como aquele se comunicar com esse”. E ainda completa: “Durante esses anos até 2000 jamais ao menos telefonou o Autor ou sua genitora para o Réu, para saber se estava vivo ou morto, ou mesmo para pedir algo”.

Filho mais novo dos homens de Lúcia Soares* e Álvaro Silva*, Carlinho sempre foi rodeado de excessivas regalias por parte da mãe, em contraste com a severa presença do pai. Muito trabalhador, fazia de tudo um pouco para dar conta da grande família. Seu “Álvro”, como era conhecido, nunca deixava de pegar a contribuição dos moleques para o sustento da casa, onde, além dos nove filhos, também residiam primos, tias, vizinhos e alguns agregados sem muito grau de parentesco. “Meu pai ajudava mais os outros do que a gente, mãe ficava brava”, Carlinho lembra. Recolhido rigorosamente a cada semana, o dinheiro era arranjado por meio de bicos pelas ruas, favores aos vizinhos e na venda do que era produzido em casa mesmo, como verduras, ovos e animais.

“Ela passava a mão demais na cabeça dele”, é o que dizem ter sido um dos únicos erros de

Dona Lúcia. “De galho em galho” é como Carlinho descreve não só a sua carteira de trabalho, mas também os relacionamentos amorosos. Entre a CLT e os bicos, preferiu os segundos, que lhe garantiam autonomia e ausência de chefe. Já ao casamento, resistiu por bastante tempo, cedendo, por fim, ao primeiro e único, aos 50 anos.

Quinze anos depois, uma segunda ligação. Dar seu nome para o menino era o que Joana pedia. Concordou, chegou até a enviar uma procuração, mas não deu certo. Por fim, uma intimação o levaria a fazer o trajeto até São Paulo, que por tanto tempo evitara. Carlinho relembra do ocorrido com certa revolta, já que, para ele, não precisava daquilo tudo. Sua advogada interveio, ameaçou pedir exame comprobatório de paternidade e, na defesa, alegou que Wellington “já aos 17 anos, é forte, é saudável e trabalha para se manter. Nesses termos, não há o que reclamar”. Mas chegou calminho na audiência. “O juiz perguntou se eu queria DNA, e eu disse que não precisava, já que nós namoramos durante quase um ano, e ela era mulher trabalhadora. Enchi a bola dela, na frente do menino”.

Como o filho era? Muito calado, um jeito até meio parecido. “Reparei que ele tinha esse coquinho dos Silva, essa voltinha na cabeça aqui”, Carlinho me mostra com as mãos. Abraçaram-se, mas falaram pouco. “Ele estava bem, não precisava de mim, a mãe sempre trabalhou. Na época, tava estudando. Já deve ter formado, casado e talvez seja pai”, ele conta rindo. “E você, avô”, complemento.

Carlinho pondera que o que a ex-namorada realmente queria com o processo era voltar com ele. “Quando ela me ligou, disse que estava separando do marido, que a ajudou a criar o menino e gostava muito dele. Eu disse pra ela não separar não, ficar com ele porque comigo não tinha mais chance”. Questiono se nunca pensou em procurar pelos filhos. Ele diz que sim, mais de uma vez até, mas balbucia o porquê de não o ter feito: “Ela que foi embora, pedi pra ficar”. Você gosta de mulher que tem filho, brinco sobre o casamento com minha mãe. Ele ri, e resgatando o jovem que nunca deixou de ser, solta um “são elas que sempre me quiseram”. Sobre o filho ou a filha que não soube se teve, conta que foi a “moça mais bonita que podia existir” que sumiu. Termina de tomar o café e se levanta, diz que tem futebol. Era pouco depois das sete, e o jogo só começaria às nove.

Os Rouba-leite

“O Murder* é danado que dói, você vai rir demais dele. Pode ir lá, ele vai te contar tudo. Por que Murder? Sei lá, a gente se conhece há quase 40 anos e sempre foi assim”. A fama de José* não era nenhuma novidade para mim quando nos encontramos pela primeira vez. Mas só os amigos mais próximos o conheciam pelo misterioso apelido, que ninguém sabia ao certo de onde vinha ou quem seria o autor. Carlinho* é um deles, me conta exibindo o seletto grupo.

A amizade começou na casa de um tal de Negão*, onde eles se encontravam para trocar passarinhos, atividade comercial e também um *hobby* dos três pelos idos dos anos 1980. “Não tinha esse negócio de contrabando não, só mais tarde eles inventaram isso, mas a gente já tinha parado”, Carlinho esclarece, antevendo minha desconfiança. Nesses encontros, era de praxe rolar uma cervejinha e rodadas de baralho. Às vezes, até briga – dos bichos, claro: a famosa rinha. Igual de galo, só que com passarinho. “A gente apostava dinheiro mesmo, já fui até para o Rio de Janeiro por conta disso. Mas tinha vez que eles machucavam pra valer”.

Em comum, os dois tiveram mais do que as aves e a amizade parceira. Entre os namoros, junta-junta e casamentos de José, um deles foi com Márcia*, irmã de Carlinho, com quem teve dois filhos: Lucas* e Luan*. José “nunca foi fácil”, e a separação prematura do casal foi seguida pelo distanciamento por parte dele da vida dos filhos.

Carlinho balbucia um certo lamento quando pergunto se a amizade ficou abalada. “Até o telefone que ela tinha, que na época valia muito, ele quis dividir quando se separaram. Em compensação, ele não teve nada o que dar para ela ou os meninos”, relembra ele, que esteve mais presente na vida dos sobrinhos do que o próprio pai. Não demora muito para uma nova história da juventude dos dois surgir, e a euforia invade novamente o rosto de Carlinho, que me conta os casos rindo. “Em briga de marido e mulher... melhor não misturar as coisas. Imagina só se eu vou lá, brigo, e, depois, eles voltam. Ia ficar feio pra mim”.

Conheço, então, o famoso Murder. Quer dizer, José Geraldo Souza. Camisa social bem passada, gel no cabelo penteado e um sorriso certo compõem o figurino, que ele garante ser o mesmo

de todos os dias. Na loja de peças automotivas do filho mais velho, Lucas, cumpre a tarefa de vendedor, umas das muitas profissões que completam seu extenso currículo. Das rinhas, passou a atendente de banco, motorista de carga de porte médio e até facilitador do intercâmbio de pessoas para os EUA. “Até preso eu já fui”, conta, rindo. Por nada sério, ele e Carlinho repetem: pensão alimentícia. Nem de Lucas, nem de Luan, para os quais pagou muito pouco.

Culpa do destino ou mero acaso, a circunstância da prisão aconteceu quando menos se podia esperar: o próprio José tinha ido à delegacia em busca de amparo. Eram meados de 2010, e, na época, ele já trabalhava com Lucas. O hidrômetro da loja havia sido roubado, e a Copasa garantiu instalar outro apenas com a presença de um Boletim de Ocorrência (B.O.).

“Cheguei lá, o sargento estava com a minha identidade em mãos, conferindo no sistema. Aí, de repente, ele falou: ô, seu José, o senhor já teve algum problema com a polícia? Eu respondi que não. Então, ele me disse que tinha uma Prisão Preventiva em meu nome, tava lá no sistema uma algemazinha aberta, como quem diz ‘falta fechar e prender o cara’. Quando ele disse que eu tava preso, falei ‘ok, bacana’. Liguei pro Lucas e avisei”. Tudo por causa de um hidrômetro, José brinca, lembrando o período que prefere chamar de “colônia de férias forçada”, da qual retornou apenas um mês mais tarde.

A ação foi expedida em Governador Valadares, onde ele morou durante 26 anos e foi casado com Ana*. Viveram juntos durante bom tempo, ele diz ter ajudado a criar o filho dela e depois tiveram Beatriz*. Quando a menina completou quatro anos, os dois se separaram, e as brigas, que já eram ruins, tornaram-se piores.

Com pesar, me conta que foi, aos poucos, se afastando de Beatriz, por quem tinha um enorme carinho. Sempre que podia, levava-a à tiracolo por onde ia, do bar ao supermercado. Aos domingos, andar no trezinho da cidade era tarefa sagrada, que ele cumpria com gosto. Mas diz que a difícil relação com a ex-companheira falou mais alto e, em pouco tempo, da filha ele passou a guardar somente lembranças.

“Eu pensei: a Beatriz não vai deixar de ser minha filha nunca, então deixa ela ter consciência do que é a vida, que eu me aproximo de novo. Lembro de ficar de longe olhando ela brincar, sem deixar que me visse, pra não ter confusão. Eu ajudava como eu podia, mas, na época, eu tava passando por uma situação difícil e vim para BH. Nesse intervalo, a mãe dela entrou pleiteando pensão alimentícia em Governador Valadares, eu até cheguei a ir em algumas audiências, mas acabei perdendo o contato”.

COLÔNIA DE FÉRIAS

Primeira parada: delegacia. Passou a noite toda batendo papo com o escrivão e o carcereiro. Sem conseguir pregar os olhos, tampouco pagar o valor que devia, logo de manhã, junto com outros presos, foi levado para o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp) da Gameleira. Localizada na região Oeste de Belo Horizonte, a penitenciária conta com alas próprias para os pais devedores, separadas das dos demais internos.

“Nós não podíamos ficar junto com os outros detentos, eles não gostavam da gente e corríamos risco. O nosso apelido era ‘Ladrão de Leite’, olha a mentalidade dos caras. Já pensou pai de família misturado com bandido?”, me conta José, indignado. As ameaças constantes lembravam a pais como ele que, ali dentro, o débito com os(as) filhos(as) poderia sair bem mais caro.

A chegada já impôs seus rituais. De todos, José tem a troca de roupa como um dos mais marcantes. “Você tira a sua roupa e ganha a do sistema prisional, que são duas blusas, uma de manga curta e outra longa, e duas calças de moletom, uma curta e uma longa também, tudo com a sigla Suapi. Mais uma toalha, uma escova e pasta de dentes, um pente e sabonete. É tudo o que você passa a ter, igual de todo mundo. Aí, é levado para a jaula”. O primeiro encontro é com o “chefe da cela”, que realiza uma entrevista com o recém-chegado e apresenta as regras do local.

Os “chefes” eram designados por uma regra simples: quem tivesse a maior pena a cumprir –

que pode chegar a, no máximo, três meses para os casos de execução de pensão alimentícia. São eles os responsáveis pelo bom funcionamento do local e têm ligação direta com o diretor do presídio, o que garante certas regalias. Tudo deveria passar por eles e, na função, veem-se obrigados a cumprir certos papéis de pai cuja negligência os levou até ali.

- Como era a rotina lá dentro?
- A doutrina é um negócio fantástico, tem horário pra tudo. Oito da manhã tinha que estar de pé, a gente fazia uma oração e limpava a cela. Depois, tinha o revezamento da lavagem dos banheiros. Tudo precisava estar um brinco pra chegada do almoço. Depois de comer, tem que juntar todo o marmitex sem deixar cair um bago de arroz dentro da cela. As tardes, a gente passava conversando e jogando dama, baralho. Banho era obrigatório todo dia, aí do marmanjo que desobedecesse. O chuveiro era um tubo PVC que parece que a água fria vai furar seu corpo. Fria não, congelada. Lá, não tem esse negócio de água quente.
- E o relacionamento com os outros pais?
- Respeito acima de qualquer coisa um pelo outro, não pode dirigir palavra, não pode xingar. Acaba que a gente tem que fazer amizade de qualquer maneira. Um vai tentando se inteirar do problema do outro, quanto tempo você vai ficar, por que você veio parar aqui. Assim, o relacionamento vai crescendo no dia a dia da convivência. Nem todo pai era preparado para aquela situação, não. Uns entravam em desespero, choravam muito, depressão, a gente precisava ajudar, mostrar que eles não mereciam estar ali. A maioria contava que era apegado ao filho, mas a mãe tinha arrumado outra pessoa que a orientava a procurar aquele tipo de situação.
- E para você, como foi?
- De certa forma, eu até aprendi mais, porque a vida da gente é uma escola e eu procuro aprender todo dia. A pessoa precisa ter um autodomínio, uma cabeça muito boa, porque não é uma situação comum, a gente muda totalmente

- a forma de vida. Você é acostumado a ir e vir e, de uma hora pra outra, você tá preso, já imaginou? Ter um local restrito que não pode sair durante 30, até 90 dias, umas cabeça pira mesmo. Tinha que ir pro médico. Não adianta não, pode chorar lágrimas de sangue. A não ser que pague o valor, aí, em 24h, você é liberado pelo juiz de plantão a qualquer hora do dia ou da noite.
- Teve algum momento mais difícil?
 - Rebelião, com certeza, era o mais perigoso do sistema prisional. Quando isso acontecia, a polícia específica invadia o presídio e colocava todos os presos na área de sol nus, enquanto era feita a vistoria em todas as celas. Os policiais precisavam fazer um cordão humano em volta de onde a gente ficava, porque, como eles não gostavam da gente, corríamos risco. Eles podiam invadir nosso local. Comigo aconteceu duas vezes, era uma tensão muito grande, uns três dias pra controlar a situação. A gente ficava quietinho, tudo deitado, sem falar nada. Felizmente, eles nunca conseguiram invadir a área do pessoal de pensão alimentícia. Tem muito preso ali de alta periculosidade, é diferente misturar um pai de família com um marginal, né.
 - Você disse que foi um aprendizado, o que de mais importante você aprendeu lá?
 - A gente aprende a valorizar mais a vida, ela não é tão fácil como a gente pensa. Me tornei um ser humano melhor, porque lá dentro a gente é tratado como bicho. Com a gente até menos, mas eu via como os outros presos “normais” eram tratados lá. Não é brincadeira.

Cumpridos os 30 dias, de novo o ritual da troca de roupa. Dessa vez, vestir a calça jeans e a blusa social que usava no dia de sua prisão foram os primeiros indícios da liberdade. Na saída, quem o esperava era Lucas. “A gente se dá muito bem. Por ele ser meu filho mais velho, temos mais convívio, liberdade de conversar um com o outro”, José descreve a relação com o filho que, já há anos, é seu chefe. Mas garante que se dá bem com os três (quase) da mesma forma.

Passar uma borracha foi o que José fez com o episódio da prisão, sobre o qual jura nunca ter comentado nada, nem com a ex-esposa ou com Beatriz. Segundo ele, queria evitar chatear a filha, que, mais tarde, ao descobrir o ocorrido, sentiu-se culpada. Depois de mais de meia década afastados, faz quatro anos que José retomou a convivência com a menina. Junto aos avós maternos, que cuidam dela desde que a mãe foi para os EUA, ele organizou uma festinha para comemorar seus 15 anos. “A Beatriz conseguiu se apegar demais a mim, sempre telefona, tem carinho de filho mesmo, e eu fico muito grato”, conta sorrindo e garante dar a assistência no que pode, incluindo a pensão alimentícia, que nunca mais deixou de pagar.

Mas a reaproximação não foi tão simples. O porquê da ausência durante tanto tempo é motivo de constantes perguntas de Beatriz, que do pai sempre obtém a mesma resposta: “era preciso esperar você crescer e ter cabeça pra avaliar o que era certo ou errado”. Apesar do pouco contato da caçula com os mais velhos, José diz que todo mundo se dá muito bem. “Mesmo eu tendo sido um pai um pouco ausente, eles me obedecem, são muito atenciosos. Só tenho que agradecer muito a Deus. Não é porque são meus filhos não, mas eles são nota mil. Eu brinco que Deus escreve certo por linhas tortas. Como um pai relapso, como eu fui, foi ter filhos tão abençoados assim?”.

ÉDIPO NEM SEMPRE É REI

Dizem que as nossas escolhas amorosas são mais ou menos determinadas pela relação que estabelecemos com os nossos pais. Luan é quem me explica, sem precisar de complexas teorias: “quando eu casar, se a minha esposa tiver 10% do que a minha mãe é, eu vou ficar satisfeito”. Ele fala de Márcia, que, com sabedoria e paciência, criou dois filhos praticamente sozinha, não fosse a ajuda da avó e das tias. “Deus no Céu e minha mãe na Terra”, sintetiza o sentimento.

A opinião é compartilhada por mais gente, como José, o ex-marido, e Carlinho, um dos irmãos. “A mãe desses meninos é outra cabeça, ela sabia que eu não tinha condição de pagar pensão e foi muito compreensiva. É uma excelente mãe”, conta José. Já Carlinho relembra a saga da

irmã ao deixar os sobrinhos pequenos com a mãe para ir trabalhar todos os dias. “Eles viviam mais lá em casa com mãe do que na casa onde moravam. Foram os netos mais bajulados, por isso ficaram fortes assim”, conta o tio.

Diferentemente de Lucas, seu irmão mais velho, Luan pouco conviveu com o pai, de quem diz não guardar quase nenhuma lembrança ou sentimento. Na ocasião do divórcio, era ainda bebê, e José logo se mudou para Valadares. “O Lucas sempre ia me visitar, passava dias comigo. Já o Luan era pequeno demais, tinha que ir pra escola, então teve essa distância”, ele explica. E a distância geográfica do pai, se para um foi sinônimo de diversão durante as muitas visitas que fazia, para o outro se transformou em uma barreira ainda hoje difícil de ser contornada.

Também funcionário da loja de Lucas, Luan hoje passa a maior parte do dia ao lado do pai. Enquanto um atende os clientes, o outro anuncia as promoções da semana no site e nas páginas do Facebook, atende telefone e também faz o café. Já Lucas passa pouco tempo ali, pela necessidade de resolver pendências do negócio. Do desprezo e da raiva da juventude, em seus 20 e poucos anos, Luan diz ser boa a convivência com José. Apesar de um passado de ausência, parece ser possível compartilhar a vida no presente. Mas deixa claro: seu pai, “pai mesmo”, foi outro.

- Então o Lucas vai casar em breve?
- Vai sim, talvez ano que vem.
- E você acha que vai sentir muita falta dele?
- Como eu te disse, ele é quem mais cumpriu esse papel de pai pra mim, já que o meu pai ficou muito tempo afastado e sempre moramos eu, ele e minha mãe. Então, acho que vou sentir sim, demais. Pra te dar um exemplo: quando eu fiz 18 anos, o José arrumou um emprego pra mim numa loja de roupas. Ele me ligou e perguntou se eu queria, eu disse que ia pensar. Ele contou pro Lucas que, na mesma hora, me ligou e disse que eu não tinha escolha, que eu ia ter que aceitar sim.

- E o que você fez?
- Eu obedeci, né.

FOME DE QUÊ?

Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais. (Estatuto da Criança e do Adolescente, Art. 22)

Juridicamente conhecida como Alimentos, a pensão alimentícia sempre foi motivo de brigas e controvérsias, dentro e fora do Direito. Ela é destinada àqueles(as) que não podem prover sua própria subsistência e, por isso, recorrem aos(às) seus(uas) responsáveis legais. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, esse dever passou a ser estendido a qualquer filho(a), biológico(a) ou adotivo(a), havido(a) ou não do casamento.

A definição do valor da pensão é quase sempre história complicada, porque, na prática, a fórmula matemática aparentemente harmônica do chamado “binômio necessidade *versus* possibilidade” quase nunca leva a uma solução. O que se vê nas audiências é sempre um terceiro, seja o juiz, seja um mediador de conflitos, a intervir nos casos em que a disputa pelo dinheiro materializa as brigas, os ressentimentos, o desejo de retaliação e a culpabilização por relações que acabaram ou nem sequer tiveram tempo de começar. Quem paga sempre acha que é muito e confunde a obrigação para com os(as) filhos(as) com o sustento da mãe; quem recebe, normalmente avalia como pouco. Mesmo após as decisões judiciais ou os acordos boca a boca, o impasse pode continuar, e, quando a pensão não é paga e não há acordo, só resta recorrer à última opção: o pedido de prisão do devedor.

A famosa execução de alimentos foi regulamentada pela Lei 5.478, de 1968, popularmente conhecida como Lei de Alimentos. Seus artigos trouxeram medidas importantes que começaram a responder aos esforços pela maior responsabilização jurídica dos pais para com os(as)

seus(uas) filhos(as). Mas ainda deixou muitas brechas. Além de não ser obrigatória, a detenção não tinha seu regime determinado, se fechado ou semiaberto. E, apesar de o devedor poder ficar até 60 dias preso, não havia um prazo mínimo.

A prisão se manteve como a única medida coercitiva para os pais em débito no Código de Processo Civil de 1973 (Lei 5.869), que manteve alguns pontos da lei anterior, como a permanência da dívida mesmo com o cumprimento integral da pena. Os devedores passaram a ter até três dias para pagar ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, caso contrário, teriam prisão decretada, em regime fechado, no período de 30 a 90 dias. A Constituição de 1988 veio reforçar ainda mais esse modelo ao regulamentar a dívida de alimentos como a única passível de prisão civil (Art. 5º, inciso LXVII).

A última mudança veio com o Novo Código de Processo Civil (CPC) de 2015, cercado de divergências e polêmicas. Na Câmara dos Deputados, de um lado, a chamada “bancada masculina” defendia a flexibilização das medidas, que consistia no aumento do prazo para o pagamento da dívida de três para dez dias e na possibilidade de cumprimento da pena em regime semiaberto para os réus primários – os papais de primeira viagem na saga da execução de alimentos. Um dos seus principais representantes foi o senador e ex-jogador de futebol Romário de Souza Faria, na época da votação ainda deputado federal. Ele, que se viu preso duas vezes, em 2004 e 2009, pelo não pagamento de pensão, e que criou problemas para o reconhecimento de um dos seus seis filhos, garantia que a prisão era sempre arbitrária, denunciando “a falta de sensibilidade do juiz e das altas taxas de juros”. Sua principal demanda era a possibilidade de o pai trabalhar durante o dia para pagar a dívida e ir para a cadeia só à noite.

Quase como um guerra dos sexos, tais argumentos foram recebidos como retrocesso pela “bancada feminina”, que lutou não só pela manutenção das regras já existentes, como expandiu sua aplicação: além da prisão em regime fechado, penhora de bens, saque do Fundo de Garantia (FGTS), desconto direto em folha de pagamento correspondente a até 50% do salário líquido, ter o nome negativado nos órgãos de proteção ao crédito (SPC ou Serasa), bloqueio do

passaporte e suspensão do direito de dirigir (CNH) são medidas que têm como objetivo fazer com o que o devedor de alimentos arque com suas obrigações. E não é preciso mais esperar três meses de débito para dar início à ação. Já no primeiro, o pedido de execução pode ser solicitado em juízo, que só será efetivado na soma de três meses consecutivos.

Essa história divide opiniões não só na Câmara. A bandeira do semiaberto é defendida, também, pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam), entidade sem fins lucrativos reconhecida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), que, há duas décadas, atua com o objetivo de desenvolver e divulgar o conhecimento sobre o Direito de Famílias. Além da possibilidade de o pai continuar a exercer funções que o possibilitem pagar o que deve, a morosidade da tramitação das ações, que não teve grandes avanços no novo CPC, é um grande entrave, como avalia o advogado e presidente nacional da instituição, Rodrigo da Cunha Pereira.

Diante do emperramento da máquina judiciária, o advogado destaca o posicionamento da comunidade jurídica, que “parece ter se acostumado (...) a não se indignar que uma cobrança de pensão alimentícia seja feita pelas mesmas regras que se cobra um cheque ou um título executivo qualquer” (2016). Frente a essa realidade, Rodrigo da Cunha ainda lembra que a responsabilidade continua a recair sobre as mulheres, que acabam tendo que se desdobrar para fazer a sua parte e a do pai irresponsável.

Mas a posição oficial do Instituto não é unânime entre os(as) seus(uas) advogados(as). Ronner Botelho, responsável pela assessoria jurídica da instituição, defende que, no atual regime, apesar de a prisão nem sempre ser justa, é com ela que o dinheiro aparece. Como destaca, “a falta de recursos não é e nunca foi motivo para que o pai deixe de arcar com as suas obrigações. Se ele não tem condições de pagar, pode ingressar com uma revisional de alimentos para reduzir o valor estipulado”. Tudo para garantir que a principal interessada da história, a criança, seja beneficiada. Contudo, o advogado não deixa de reconhecer que há, também, uma negligência por parte do Estado, que não presta nenhum tipo de suporte ou incentivo para que o pai desempregado consiga arcar com as suas obrigações.

Tantas controvérsias podem acabar encobrindo a real situação de quem recorre à Justiça para resolver os conflitos do sustento dos(as) filhos(as). Oficialmente, as execuções, quando julgadas, levariam de três a quatro meses para acontecerem. O que se vê, no entanto, é que a maioria das pessoas – que, também em sua maioria, são as mães –, precisam encarar uma fila de anos, cujos casos podem nem sequer ser solucionados. Os motivos são muitos: a falta de compatibilidade entre o grande número de processos e poucos(as) juízes(as), dificuldade dos(as) oficiais de justiça para localizar os devedores, da polícia para efetivar as prisões e as muitas artimanhas criadas pelos pais para se esconderem.

Segundo o levantamento realizado pelo Ibdfam no primeiro bimestre de 2012, Minas Gerais era o terceiro estado brasileiro com maior número de prisões por falta de pagamento de pensão alimentícia (228), atrás apenas de São Paulo (499) e do Distrito Federal (234). Paraná, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Espírito Santo apresentaram resultados similares. Comparando com as regiões Norte e Nordeste, que contavam com o menor índice de prisão do país, os números assustam, já que estados como Amazonas e Maranhão não registraram nenhum preso. As explicações para a grande discrepância são diversas. Para o advogado e secretário do Ibdfam, Rolf Madaleno, além dos centros urbanos contarem com uma população mais numerosa, o principal fator está relacionado “ao rigor do Poder Judiciário nesses locais”. Mas esse rigor ainda passa longe de ser efetivo. De acordo com o levantamento que realizamos a partir dos dados fornecidos pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), pela Secretaria de Administração Prisional (Seap) e pelo Sistema Integrado de Informação Penitenciária (Infopen), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJ), o número de prisões executadas em Minas Gerais ainda é muito baixo se comparado à quantidade de mandados expedidos.

Em 2011, ano recorde em que 66% de todos os mandados de prisão do Estado corresponderam à falta de pagamento de pensão alimentícia (11.571 em um total de 17.542), apenas 36,5% foram cumpridos. Até 2016, houve uma queda ainda maior nessa relação: em 2012, apenas 30% (4.030) das prisões se concretizaram; 2013 contabilizou 24,5% (3.825); 2014 e 2015 apresentaram uma média de 25% (3.743 e 3.824, respectivamente); e, em 2016, os re-

sultados foram similares aos anos anteriores, com 27% (3.777). Apesar de pouco expressivo, 2017 tem indicado um aumento nesse quadro, já que, até abril desse ano, foram realizadas 1.387 prisões, correspondentes a 34,5% de todos os mandados expedidos.

O número de prisões realizadas por falta de pagamento de pensão em Minas não tem apresentado grandes variações: 2011 e 2012 tiveram uma média de 11 prisões por dia, contabilizando 10% do total de prisões no estado. No período de 2013 a 2016, mantiveram-se 10 execuções de prisão por dia, mas houve uma queda de 8% para 6% em relação à quantidade de prisões totais realizadas. E, no período de janeiro a abril de 2017, já foram calculadas 11 prisões por dia, que representam apenas 2% do total. Belo Horizonte é o município que apresenta maior número de mandados e prisões executadas por pensão no estado, contabilizando 10% do total. Na capital e sua região metropolitana, os pais são encaminhados para o Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Ceresp) da Gameleira.

Antes mesmo da obrigação de separação desses homens dos demais presos – os “marginais comuns”, como gostam de frisar – pelo novo Código de Processo Civil (CPC), a instituição já contava com uma ala inteira a eles destinada no intuito de protegê-los. As celas, apesar de comportarem mais gente do que deveriam, impedem o contato com os outros internos que, em geral, não têm muito apreço por aqueles que deixaram de cumprir com as obrigações familiares.

Mas as celas separadas não impedem que os pais vivenciem as complicações de um sistema prisional já saturado e caótico. Em janeiro de 2017, reportagens feitas pelo jornal *O Tempo* revelaram que, no Ceresp Gameleira, o número de presos chega a quase 150% a mais do que a sua capacidade – 26 pessoas são instaladas em celas que deveriam comportar apenas quatro. O problema não é novo: em 2015, a partir de denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), o Tribunal de Justiça do estado (TJMG) decretou o impedimento do Centro de receber mais presos, já que o número total de detentos (1.500) excedia em quase 300% a sua capacidade máxima (404). Atualmente, o número ainda continua alto (1.200).

Como alternativa, desde 2010, a Subsecretaria de Administração Prisional (Suapi) de Minas Gerais tem tentado executar o projeto pioneiro no Brasil de construir, na região metropolitana de Belo Horizonte, o Centro de Referência para Devedores de Alimentos, que contaria com cerca de 100 vagas. Uma estrutura segura e organizada, onde os pais poderiam trabalhar para quitar as dívidas livres de qualquer risco, é a promessa. A proposta, que já foi aprovada, ainda não tem previsão de sair do papel e tem encontrado uma chuva de críticas daqueles que, apesar de admitirem a necessidade de separação dos pais devedores da população carcerária comum, são contra a construção de uma estrutura própria, que garantiria a eles um tratamento diferenciado.

Em meio a essas divergências, Ronner Botelho destaca que as ações, mais do que uma forma de solucionar os problemas no presente, também têm um caráter de mudança social para as próximas gerações. “Seja na prisão por falta de pagamento dos alimentos ou na indenização que um pai tem que pagar ao(à) filho(a) pelo abandono afetivo, o mais importante é o caráter pedagógico para que os pais futuros tenham consciência para não repetir os mesmos erros, para que não ocorram esses abandonos e negligências, como é hoje”, explica.

Para a antropóloga e pesquisadora da UFMG Sabrina Finamori (2012), é preciso ir além do caráter meramente punitivo das relações de parentalidade. Ela destaca que, “embora seja compreensível que as autoridades busquem atribuir a responsabilidade paterna e sexual aos homens, investir apenas nesse tipo de política pode também deixar as mulheres em situação de vulnerabilidade e dependência”. As políticas públicas e de bem-estar social no Brasil, ao investirem apenas no cumprimento das leis, raramente promovem ações que favoreçam e fortaleçam a participação das mulheres no mercado de trabalho, a sua profissionalização e a garantia ao acesso à creche em horário integral, medidas que poderiam impactar a realidade de toda a população.

Direito a ter pai

Evitar ações judiciais e seus percalços não é objetivo exclusivo do CRP. O *Mutirão Direito a Ter Pai* é mais uma iniciativa que promove o reconhecimento de paternidade fora dos padrões convencionais da justiça comum. A ação é realizada uma vez por ano pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) com o apoio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) desde 2011. Começou na comarca de Uberlândia e, em 2016, chegou à sua sexta edição, marcando presença em um total de 41 comarcas mineiras.

Motivo de orgulho para as autoridades envolvidas, a iniciativa é enaltecida no noticiário com palavras de responsabilidade social e números expressivos: um total de 6.385 exames de DNA foram realizados gratuitamente pelo Mutirão desde a sua primeira edição até 2016, levando em conta todas as comarcas participantes.

Café, pipoca, algodão-doce, cerimônias de abertura e imprensa fazem do dia de coleta dos materiais genéticos um grande evento que movimenta o prédio da Defensoria. A ação prossegue com o retorno para a entrega dos resultados do exame de DNA, com a formalização do reconhecimento e uma possível realização de acordos consensuais para determinar pensão e visitas.

Em Belo Horizonte, um dos retornos estava agendado para fevereiro, quando filhos e filhas receberiam a resposta de exames complexos que mobilizam os dados genéticos de diferentes familiares para a reconstituição do perfil genético de supostos pais já falecidos.

MANHÃ DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

O prédio está cheio. Uma moça discute com a atendente responsável por liberar a catraca por onde muitos aspiram passar, e eu me apresento como estudante convidada pela Defensora Michelle Lopes para acompanhar as atividades do Mutirão. Aguardo enquanto pilhas e mais pilhas de papéis são despachadas de elevadores em suportes de rodinha.

Devidamente autorizada, passo pela catraca com alívio e subo poucas levaras de escada até chegar ao destino. Sou muito bem recebida e encontro o rosto familiar de um dos estagiários do CRP, que também participa dessa ação da Defensoria Pública. Ele está vestido com o ar formal de advogado que combina com as palavras difíceis que gosta de usar, como se eu também conversasse na língua do Direito. “Litígio” é seu vocábulo preferido.

Por fim, sou apresentada pela Defensora Michelle Lopes a um defensor de uma das doze Varas de Família da capital. Ela me introduz como “estagiária”, como se isso significasse pouco o suficiente para que eu pudesse acompanhar algumas audiências de conciliação. Sem impedimentos, me conduz até a sala onde algumas pessoas o aguardavam.

Ali, tudo começa com a apresentação do resultado, que vem lacrado em um envelope aberto com dificuldade na frente de todos. Depois, um termo de reconhecimento de paternidade é preenchido quando a filiação é positiva. Nesse momento, CPF, estado civil, cidade de nascimento e mudança de sobrenome se misturam a conversas espontâneas e pessoais que contrastam com o aspecto formal do procedimento, no qual sou inserida. O defensor quer papel e caneta emprestados e pede para que a “estagiária” chame os próximos.

Eles já esperavam há mais de uma hora pelo atendimento, que tinha horário marcado para cada caso. Mas o defensor cobra calma, nada mais justo que um pouco de reconhecimento e paciência. Mesmo assim, há tempo para um cafezinho. Eu o acompanho, quando, por pouco, meu copo de água não é regado a café, em um gesto desastrado de gentileza.

Enfim, é a vez do próximo atendimento. “Podem vir”, chamo o grupo que esperava, desconcertada. Não seria dessa vez, no entanto, que as duas crianças presentes conseguiriam completar suas certidões com o nome do pai já falecido. O resultado da análise dos exames de DNA até então realizados não foi conclusivo. Mais um familiar teria que participar das coletas para que o estudo das amostras chegasse a algum resultado. Naquele dia, a mãe do suposto pai falecido teria feito uma viagem em vão. Cerca de 117 km frustrados.

Depois da curta audiência, há tempo para perguntas.

— No caso dessa senhora com quem a gente estava conversando agora, ela tem as duas netas, e o filho é falecido. Resultado: ele (pausa), ele (pausa)... — discorre o defensor sem olhar para mim, enquanto digita freneticamente, interrompendo sua fala com frequência. Por fim, continua: — As crianças precisam comer e beber. Não é a realidade da vida?

— Aham.

— Então, a partir do momento que o pai não deixou benefício nenhum junto ao INSS, nem nada, nós podemos acionar os avós. Especificamente na Vara de Família em que estou há quase 10 anos, em contato com a juíza, nós fomos vendo que, com essa epidemia de crack que nós temos aí nas ruas, para esses drogados que estão aí, por exemplo, cadeia não vai mudar a situação. Eles não vão contribuir para manter a criança. Então, decretada a prisão daquele devedor, eu, como defensor – não são todos os defensores que fazem isso – aciono os avós desde que haja concordância da mãe (...).

— Aciona os avós independentemente de o pai ter falecido ou não?

— Independentemente de o pai ter falecido. Não é regra geral do Fórum não, mas nesta Vara, a juíza aceita este argumento de que, se decretou a prisão, está comprovado que o pai não tem condição de pagar a pensão. Uai, cadê o papel? Ô, gente! Ela levou o papelzinho que tava anotado os dados da Raquel*.

Com essas palavras, ele levanta de supetão e vai atrás do tal papel. Enquanto isso, um grupo de irmãos acabava de ganhar oficialmente mais uma integrante. “Coisa de novela”, resume Catarina*, a irmã recém-chegada, enquanto me despeço. “Só não vale falar mal da gente, hein?!”, o defensor dá o último alerta à jornalista-estagiária em nome da Defensoria.



Desde sempre Gouthier

— Alô, Tânia*?
— Oi, Maurício*!
— Tá sabendo que a família tá aumentando?
— Uai, cê vai ser avô?
— Não, menina, tá doida?!
— Uai, então a Ângela* tá grávida?
— É o Sr. Pedro*. É o pai! Seu pai! Apareceu uma menina aí!
— Nãaa! Não é possível um negócio desse! O papai nunca me falou nada!
Não, menino! Isso é conversa! Vou ligar pra Cida*.

— Ô, mana, e aí? Diz que surgiu uma, uma... filha do nosso pai...
— O quê?
— É!
— Não!
— Uai, mas o Maurício me ligou!
— Não, uai... me manda uma foto!
— Não, não conheço essa mulher não!
— Ah, mandei a foto errada. Pronto. É essa.
— Tânia, essa menina eu conheço! Mas não sei nada do pai não. Vou perguntar pra minha mãe.

Todo o alvoroço causado entre os irmãos por parte de pai tinha um nome e uma cara: Catarina Marques*. Agora, oficialmente, Catarina Marques Gouthier*. Mas o sobrenome importado já havia sido incorporado por sua assinatura há mais tempo em contextos informais, como nas redes sociais. Afinal, toda a sua história e convicção não precisavam do aval de um teste de DNA. Desde adolescente, a tal da moça que apareceu, aos 41 (anos) do segundo tempo para aumentar a família dos Gouthier, já falava: meu pai é o “Pedro Sapateiro”*. Dono de uma loja de sapatos na Paraopeba de cerca de 24.000 habitantes do interior de Minas, era assim que

todos se referiam a Pedro. Mas, para ela, o pai nem sempre teve nome. Muito menos apelido. A falta que a presença paterna fazia era justificada por sua mãe e sua avó com a mais breve das explicações: seu pai morreu. Mas o que poderia servir de consolo à ausência que nunca poderia ser contestada não confortava a menina. Motivo de suas lágrimas durante a infância, Catarina se incomodava, desde pequena, com o fato de “ser conhecida como a ‘não tem pai’”. Em sua vida, a rejeição começou no nascimento. Sua vinda não agradou a quase ninguém. Nem à mãe, que só queria se vingar do namorado. E a Catarina que acabou vingando na brincadeira não estava exatamente em seus planos. Pelo menos, essa é a versão que ela conta e em que acredita.

Filha da vingança, como ela mesma diz rindo, Catarina diz que sua mãe, Miriam*, era considerada pobre demais para os padrões do namorado, com quem se envolveu durante quatro apaixonados anos. A família dele, muito rica, nunca aceitou os “parâmetros” dela. “E minha mãe ficou com raiva, porque ele não a assumia e não enfrentava os pais dele”, explica Catarina. Foi aí que o sapateiro entrou na história. Os dois trabalhavam juntos. Miriam tinha 20 anos e ele, 51. A diferença de idade só não era maior do que a raiva que sentia pelo namorado. Foi por isso que resolveu se aventurar com quem veio a ser pai de Catarina. “Minha mãe tem ódio do meu pai!”, ela resume o caso dos dois, que ficou no passado.

Assim que engravidou, Miriam se mudou para a capital mineira com sua mãe, Olímpia*, e lá deu à luz no Hospital Odete Valadares. “Há muitos anos atrás, ele era conhecido como hospital das mães solteiras. Mas acho que era por isso... um hospital público. Às vezes, as pessoas com menos renda não oficializam as uniões, e acaba que fica sendo as ‘mães solteiras’. Mas... era assim que a minha mãe falava que era chamado na época”.

O motivo por que Miriam veio passar por tantas dificuldades na capital foi seu irmão, que não aceitou a gravidez e a colocou para correr da casa em que viviam. “Esse meu tio, até hoje ele olha pra mim meio assim e não me aceita como uma sobrinha. A gente vê que tem um tratamento diferente”. Dona Olímpia, por sua vez, “era apaixonada com ele”. Ela, que tinha a

mesma idade do pai de sua neta, mas era uma mulher divorciada, “muito à frente de seu tempo”, não foi capaz de peitar o filho. “Minha avó não desautorizou ele, que tava na posição de homem da casa. Mas ela saiu junto com a minha mãe e veio pra Belo Horizonte para apoiá-la”. Dali em diante, a avó ganharia o título daquela por quem Catarina guarda toda a sua gratidão. “Eu e a minha mãe, a gente nunca se deu muito bem, né, porque eu não fui criada por ela. A minha mãe fez outras opções na vida que não fui eu. Entendeu? Por algumas vezes, né”. Miriam se casou quando a filha completou um ano, ao que Olímpia reagiu voltando para Paraopeba com a neta nos braços. “Olha, o homem que não é pai dela não vai criá-la!”, a avó dizia decidida a tomar a iniciativa sozinha, deixando sempre claro para a menina que crescia: “seu pai faleceu”.

A versão dos fatos só mudou por causa da intervenção de uma professora, a esposa do tio que a expulsara de casa, que resolveu ser um pouco mais sensata do que ele: “olha, Dona Olímpia, a senhora tem que contar pra ela, que daqui a pouco ela vai ficar mocinha e corre o risco dela namorar o irmão, numa cidade tão pequena quanto Paraopeba, né? Imagina ela namorar um irmão por não saber a verdade?”.

Antes de “ficar mocinha”, Catarina descobriu, de longe, quem era o Pedro Sapateiro. “Ó, aquele ali é o seu pai, mas ele é um monstro! Ele fez muito mal pra sua mãe!”, Dona Olímpia contou apontando para ele. Assustada, a Catarina de oito anos saiu correndo em prantos. Mas o pai que “teve”, sem ele mesmo saber, durou “uma ou duas semanas”. “Foi muito rápido. Foi uma coisa acho que pra eu vê-lo mesmo, uma única vez”. Paraopeba inteira ficou sabendo de sua partida, já que ali os falecimentos e enterros são anunciados pelo alto-falante de um carro que perambula a notícia pela vizinhança.

O tão sugerido falecimento do pai passou, então, de mentira para verdade, tal qual tanto pregavam Miriam e Olímpia. Uma cirrose hepática o levou, tirando de Catarina a possibilidade de contornar sua história. Hoje, aos 41 anos, ela olha para trás e sua memória alcança até a adolescência, quando começou a dar nome aos autores da trama. Da infância, restam poucas lembranças. “De uma certa forma, eu sempre culpei a minha mãe, porque ela me negou a oportunidade

de ter um pai. Então, por mais que a minha avó fosse a figura que dava as ordens, que nunca aceitou que a minha mãe me aproximasse do meu pai, eu sempre achei que isso era culpa da minha mãe mesmo, pelas decisões que ela tomou. E isso sempre me incomodou muito. O fato de não ter um pai”. Além disso, não saber nada sobre o pai também a inquietava. “Minha mãe não teve uma história com o meu pai. Ela não se apaixonou por ele, não sabe nada da vida dele”. Mas Catarina imaginava que nele poderia estar a parcela de seu DNA que a tornava tão diferente dos irmãos maternos em seu gosto exigente e sofisticado.

Quando discorre sobre o tamanho do incômodo da ausência, também encontra, nos namorados mais velhos de sua adolescência, a carência de pai que sentia. Hoje, coisa superada, é o que ela conta rindo ao constatar que casou duas vezes com homens “um pouquinho mais novos”.

Mas a lista de perturbações não parou nos namoros. Quando tinha que apresentar algum documento, a falta do pai também vinha a calhar. “Me perguntava nome da mãe, aí perguntava o do pai, tá vendo que não tem nada lá escrito e fala ‘pai desconhecido?’. Isso sempre me incomodou muito, porque acaba sendo uma mentira, né. Não é um pai desconhecido”. Para ela, não. Mas o que ninguém sabe dizer ao certo é se Catarina era, para ele, uma filha desconhecida.

O OUTRO LADO DA MOEDA

- Você acha que seu pai não sabia da Catarina, então?
- Eu tenho certeza, porque, se ele soubesse, a Catarina não tinha sido criada pela avó dela não. *Mainum* tinha mesmo! Não tinha! Ele ia batalhar. Apesar que ele ia ter uma dificuldade, por causa que não tinha DNA, né? E... nossa senhora! Ele era doido com os filhos! TODOS! TODOS! Ele não media esforços por causa dos filhos. E ainda mais mulher? Não deixava não. Não deixava não. E ela parece muito com a minha tia.
- Mas ele já estava em um relacionamento. Será que isso foi um problema?
- Pode ter sido. Mas ele não era um homem medroso não. Mas não era mes-

mo! Por causa dum filho, ele... ele... não sei. Olha, eu não posso falar, porque ele já morreu. O ser humano, a gente também acha que conhece e, às vezes, não conhece. Né? Mas, pelo que eu tenho de experiência com o meu pai, ele teria enfrentado. Agora, a minha mãe, ela tinha muito ciúme. Pra ela, meia Paraopeba era filho dele. Se ela fosse viva, hoje, eu ia perguntar pra ela. Ela me falaria.

Apesar de ponderar, Tânia, que é a filha mais velha de Pedro, tende a acreditar que o pai realmente não sabia de Catarina. Ele, que dividia tudo com ela, fez algumas confidências no leito de sua morte, mas em nenhum momento mencionou ter mais uma filha vagando solta por aí. Por isso, à primeira vista, Tânia não acreditou nas alegações da moça que entrou em contato com a família dizendo ser mais uma Gouthier. “Eu falava: não! Tão querendo até manchar a memória do meu pai e tal. Fiquei meio resistente. Mas eu nunca tive o menor preconceito. Eu acho que TODO filho tem que ter um pai. E, se eu soubesse, eu teria batalhado por ela, mas nunca soube. Aí, a Cida pegou e começou a investigar e tal”.

Aos 60 anos, ela se emociona quando se recorda do pai, por quem guarda “as melhores lembranças”. Por isso, deixa claro desde o início da conversa: “sou suspeita para falar”. Entre os dois irmãos, foi eleita “xodó” do pai e costuma dizer que ele foi seu “melhor e único amigo pra valer”. Contava histórias, assistia à TV junto, ajudava nas tarefas da escola e sentava filho no colo para ensinar a comer jiló. “Então, eu não tenho nada a reclamar do meu pai. Era um pai enérgico, mas, ao mesmo tempo, ele era um pai extremamente amoroso, carinhoso, presente, sabe?”, ela me conta contrastando a paciência de Pedro com a de sua mãe, que era pouca.

Quando ele resolveu que sairia de casa, a esposa não aceitou a separação. “Casamento, pra mim, é pra toda vida!”, ela dizia em sua defesa, recusando-se a formalizar o divórcio. Mas, formalidades à parte, a realidade é que o casamento já não existia mais. Pedro foi morar com outra mulher e constituiu uma nova família, da qual vieram Cida, Miguel* e Heitor*.

No entanto, o trio não pôde ser registrado por Pedro, já que, juridicamente, ele ainda era casado. Situação que, naqueles tempos, colocou os filhos de sua segunda companheira no lugar de

todos aqueles que nasciam de um suposto adultério: o dos filhos que existiam sem existir para o Direito. Tal qual Cida, Miguel e Heitor, o tratamento constitucional dado à família ao longo da história negou a muitos outros filhos a presença paterna em seus registros.

FILHOS DA MÃE

No histórico das Constituições brasileiras, a atenção aos direitos da família e o reconhecimento de sua importância tardou a virar. Diante da negligência dada ao tema em nossa primeira Constituição (1824), as famílias do Brasil Imperial continuaram sendo, a despeito da proclamação da independência, regidas pelas leis portuguesas e por aquelas ditadas pela Igreja. Afinal, a religião católica era oficializada pela lei. Consequentemente, casamentos só poderiam ser concebidos oficialmente quando celebrados por suas autoridades.

Apenas em 1890 o casamento civil foi legitimado, balizando os conflitos advindos do fato de que o matrimônio dos adeptos a outras religiões nem sempre poderia ser reconhecido. Com a Constituição de 1891, a Igreja Católica perde, por fim, o domínio do casamento enquanto ato jurídico, e a República passa a reconhecer apenas o casamento civil. No entanto, não é dessa vez que a família constaria no elenco de direitos.

Foi em 1934, com a segunda constituição republicana do Brasil, que ao Estado foi incumbido o dever de prestar proteção especial às famílias. Mas a concepção de família vigente na lei limitava seus membros àqueles constituídos pelo “casamento indissolúvel”, que passava a ser, então, o único modo de se originar uma família. Ao menos aquela reconhecida juridicamente. Nesses tempos, a importância dada ao matrimônio legitimava ou não as relações sexuais e, por conseguinte, os(as) próprios(as) filhos(as), que passaram a ser classificados de acordo com sua origem a partir da vigência do Código Civil Brasileiro de 1916. Como mostram estudos sobre a filiação na história do Brasil, por mais de 80 anos, os(as) filhos(as) eram distinguidos(as) judicial e culturalmente entre aqueles(as) considerados “legítimos(as)” e os(as) apreciados(as) – ou depreciados(as) –, como “ilegítimos(as)”. A depender da classificação em que se enquadravam, poderiam existir ou não para o Direito.

“Legítimos(as)” eram os(as) filhos(as) advindos(as) do matrimônio, e “ilegítimos(as)” aqueles(as) cujo nascimento procedia de relações extramatrimoniais. Estes(as) últimos(as) eram, ainda, divididos(as) em outras duas categorias: os(as) “naturais”, nascidos(as) da união de duas pessoas que, apesar de não serem casadas, poderiam vir a ser, pois não encontravam interdições jurídicas para isso; e os(as) “espúrios(as)”, filhos(as) de pais impedidos de se casar. Tal impedimento poderia decorrer de duas condições. No caso dos(as) “ilegítimos(as) espúrios(as) adulterinos(as)”, devido ao fato de um dos pais (ou ambos) ser casado legalmente com uma terceira pessoa. E, no caso dos(as) “ilegítimos(as) espúrios(as) incestuosos(as)”, o impedimento se dava pela relação de parentesco entre os pais.

Quanto aos(às) filhos(as) adulterinos(as), era preciso, ainda, ressaltar quem era o “progenitor adúltero” da história. Isso porque, no registro dessas crianças, não poderia constar o nome do “transgressor”. Assim, os “adulterinos *a matre*” não seriam registrados pela mãe, e os “adulterinos *a patre*” teriam o espaço em branco deixado pelo pai nas certidões de nascimento. Existiam, também, os filhos adulterinos “*a matre e patre*”, que não poderiam ter o nome de nenhum dos genitores, assim como acontecia com os filhos incestuosos. Os ilegítimos “naturais”, por sua vez, poderiam ser reconhecidos voluntariamente ou pelo judiciário, equiparando-se, assim, aos filhos legítimos.

Cida, Miguel e Heitor, “filhos adulterinos *a patre*” da relação de Pedro com a segunda companheira, seriam assim classificados. Ainda que não houvesse mais, de fato, casamento entre ele e sua primeira esposa, a união permanecia no papel. Mas, para os filhos, a sina do espaço em branco no registro passava despercebida diante do pai que tinham. Por outro lado, aquilo doía em Pedro, que tentou o registro várias vezes. “Era um sonho do meu pai! Ele morreu com esse sentimento de não poder registrar os meninos”, conta Tânia.

Diferente de Pedro, muitos eram os pais que acabavam se aproveitando dessa história toda. Afinal, tantos princípios morais e esforços para preservar a família sacralizada contribuíram para o grande número de filhos(as) pelos(as) quais apenas as mulheres acabavam sendo responsabilizadas. Isso porque o Código Civil de 1916 proibia e punia a investigação de pater-

nidade para filhos(as) adulterinos(as) e incestuosos(as). Sendo assim, a maternidade estaria sempre acusada pela natureza, enquanto a paternidade poderia permanecer velada pela própria lei, o que acabava beneficiando esses homens, já que não precisariam arcar com o ônus da traição – nem em suas próprias famílias – e com os cuidados da criança concebida.

Enquanto isso, muitas famílias se desdobravam para tentar preservar a reputação da “mulher adúltera”, recorrendo aos avós que, muitas vezes, registravam a criança como filha deles. “Às vezes, quando os avós morrem é que a pessoa vai descobrir que não é filho daquele casal. Ele é neto. Ele é filho, digamos, da que foi criada como irmã mais velha”, explica Marco Antônio Leite, Juiz Titular da 11ª Vara de Família de Belo Horizonte.

Ao homem casado, por sua vez, era dado, também, o direito exclusivo de contestar a legitimidade dos filhos nascidos de sua esposa. Apesar de a lei considerar legítimos todos os filhos nascidos dentro de determinado intervalo de tempo definido em função da data de celebração do casamento, o marido poderia colocar em xeque a fidelidade de sua mulher solicitando, judicialmente, uma investigação do estado de filiação da criança. Para isso, ele deveria estar dentro do prazo estabelecido a partir da data de nascimento da criança. Assim, o filho não permaneceria em situação duvidosa relativa à sua paternidade por muito tempo.

O homem poderia, então, questionar a lealdade da mulher; no entanto, sua própria fidelidade nunca seria posta à prova. Dessa forma, o sexo fora do casamento representava uma proibição apenas às mulheres. A família patriarcal foi instituída pela própria lei, nomeando o marido como único chefe da sociedade conjugal, enquanto designava à mulher o dever de colaborar no exercício dos encargos familiares. Conforme as palavras do Código Civil vigente na época, “divergindo os genitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz para a solução da divergência”.

Em 1949, questões relativas à filiação começaram a mudar na medida em que uma nova lei passou a permitir o reconhecimento de filhos concebidos fora do casamento e a realização da investigação de paternidade. No entanto, tal investigação, que acontecia em segredo de

justiça, tinha o único propósito de incumbir ao pai a obrigação de prestar o sustento, mas não o dever de registrar o filho. Esses continuariam com o espaço em branco por muito tempo. Espaço cujo vazio era, ainda, justificado pela expressão “omitido na forma da lei”.

Além disso, o reconhecimento de filhos adulterinos não poderia ser realizado por genitores casados. Eles deveriam estar desquitados. O desquite era, na época, a única forma de dissolver a sociedade conjugal possível. Os ex-cônjuges poderiam até se separar, mas não se casariam novamente, a não ser que um dos dois viesse a falecer. Assim, o vínculo matrimonial estaria conservado a qualquer preço, tal qual pregavam os bons costumes da época, principalmente da Igreja, que continuava a exercer grande influência sobre a formulação e execução das leis.

Quando realizadas, as investigações de paternidade para prestação de alimentos colocavam, mais uma vez, a conduta sexual da mulher em questão. Com quem se relacionou na época da concepção da criança? Quantos homens foram? Na falta da prova genética, era preciso revirar a sexualidade da mãe e acionar testemunhas em busca de provas que não poderiam garantir, ao certo, quem seria o pai da criança em questão. “Via de regra, os homens utilizavam como técnica de defesa a exceção dos vários amantes, falando ‘não! Eu namorava com ela, mas ela andava com todo mundo. Era uma eugenia!’”, explica Marco Antônio Leite.

DE PAPEL PASSADO

Tamanha hipocrisia e discriminação se sustentavam, em última instância, pelas conotações dadas ao casamento e à família nas leis, que se baseavam na influência da Igreja e da Europa, como demonstram pesquisas sobre a evolução do tratamento constitucional dado às famílias no Brasil. A introdução do divórcio na legislação brasileira não veio tal qual o conhecemos hoje. Inicialmente, a possibilidade de dissolução da sociedade conjugal foi implantada diante de uma série de poréns.

O desquite só era autorizado mediante o consenso das duas partes envolvidas ou em ocorrência de alguma conduta considerada “culposa” por parte de um dos cônjuges, que deveria ser

comprovada. Além disso, só poderia ser requisitado judicialmente o desquite se o casamento já tivesse completado, pelo menos, dois anos. Antes disso, considerava-se que decisões poderiam ser tomadas precipitadamente.

De 1916 até 1977, o desquite regulou a dissolução dos casamentos, que não eram lá tão dissolúveis assim. Em 1977, o divórcio foi instituído nas normas jurídicas de nosso país e, a partir de então, o desquite deu vez à separação judicial, que compreendia uma fase pela qual os ex-cônjuges deveriam obrigatoriamente passar por três anos para, depois disso, poder obter o divórcio.

Apesar dos esforços ainda prestados para preservar o casamento, o divórcio foi um passo importante para o início de uma mudança que emergia em relação à concepção de família. Foi com a Constituição de 1988 que tudo começou a mudar. A partir dela, a proteção estatal dada à família se estendeu, também, àquelas não matrimonializadas, passando a abarcar as famílias monoparentais e também as formadas pela união estável.

É como se, aos poucos, o amor entre os membros passasse a ser considerado para conceber o que é ou não uma família. Mesmo assim, aquela originada pelo casamento continua a deter prestígios e privilégios. Por outro lado, entre outros avanços, os mecanismos para a obtenção do divórcio foram facilitados, as questões relativas à filiação ganharam um novo tratamento, e foi estabelecida a igualdade de deveres e direitos dos pais em relação à “sociedade conjugal”, tirando a exclusividade do exercício da chefia do homem e relegando-a também à mulher.

Com a Constituição Cidadã de 1988, a filiação antes considerada ilegítima saiu do limbo na medida em que foi determinada a equiparação dos(as) filhos(as) e foram rechaçadas as formas de discriminação e qualificações distintas antes existentes entre eles(as). Finalmente, todos poderiam ser registrados – independentemente das condições (des)amorosas vigentes entre os pais – e contemplados pelo Direito. Tudo isso porque a lei passou a ter a dignidade da pessoa humana como um de seus principais fundamentos, o que acabou ditando um limite para a atuação do Estado.

Essas mudanças também repercutiram de modo a afastar a preocupação dada apenas ao vínculo biológico. Assim, como pontua o juiz Marco Antônio Leite, a afetividade das relações começou a ser levada em conta, trazendo mudanças importantes ao tratamento dado à família. Como em relação à adoção, que, antigamente, poderia ser total ou parcial. Enquanto na primeira o(a) filho(a) adotivo tinha os mesmos direitos dos(as) biológicos(as), na segunda a ele era negado o direito sucessório, de herança.

Assim, a noção de maternidade e paternidade passou a ser atrelada, também, ao vínculo socioafetivo existente. É justamente por isso que, atualmente, existem fenômenos como o da multiparentalidade, que permite, em determinadas situações, a presença simultânea de um pai ou mãe biológicos com um pai ou mãe socioafetivos no registro civil. Segundo Marco Antônio Leite, “existem casos, por exemplo, de a pessoa ter dois pais, porque fizeram o exame de DNA e verificaram que o pai registral realmente não era o pai biológico. Então, o pai biológico assumiu e, os dois querendo, digamos assim, dedicar amor a esse filho”. Na ordem prática, o juiz ressalta, no entanto, que essas pessoas se deparam com várias dificuldades, já que o Estado não está completamente adaptado a essas situações.

Ao desvincular a paternidade da biologia, também não é mais tão fácil negar o estado de filiação como acontecia antigamente. Não basta mais provar que não há vínculo genético entre as partes envolvidas. É preciso comprovar a ausência de relação socioafetiva. O Juiz da 11ª Vara de Família da capital explica que “hoje, mesmo que você não seja o pai biológico, se construiu, durante um determinado tempo, um vínculo socioafetivo, você continua sendo o pai da criança, porque a referência que ela tem é aquele pai”. Para o Direito, pai não é só aquele que gera. A depender das circunstâncias, o resultado negativo de um teste de DNA pode não ser o suficiente para negar a paternidade, ao menos judicialmente.

ATÉ QUE A MORTE OS REÚNA

“Então, são três filhos do primeiro casamento – sendo que um faleceu –, mais três do segundo

e eu, que tô no meio. Sou mais nova do que a Cida. A Cida tem 43 anos, eu vou fazer 42. E mais uns outros aí que a gente não sabe, mas que a Tânia tem notícia de que parece que tem mais. Meu pai era bem... bem serelepe”, Catarina esboça, rindo, a nova composição familiar da qual já participa efetivamente.

Tudo começou com o tímido contato pelo Facebook. “Eu sempre fui muito receosa. Acho que, até os 40 anos, eu nunca procurei, porque eu tinha medo de ser rejeitada, aconteceu isso dentro da minha própria família. Eu fui rejeitada pelos meus tios”. Três meses depois do primeiro contato, Catarina obteve, por fim, um retorno. Questionamentos desconfiados e precavidos deram vez à recepção amigável dos irmãos que, encontro após encontro, foram caindo nos encantos de Catarina. Mas, para ela, que “queria ter uma certificação” de sua história, só o contato não bastava.

Tânia propôs, então, a realização do exame de DNA que Catarina tanto queria, mas não tinha coragem de pedir para os ainda supostos irmãos. E foi assim que a relação genética entre eles se confirmou. Cida e Maurício, da segunda união de Pedro, também aproveitaram os embalos e participaram dos procedimentos para incluir o nome do pai que faltava no registro.

“É engraçado, a minha irmã fala que eu vim pra unir mais a família”, Catarina conta referindo-se à Tânia, que simboliza o mais próximo que ela já conseguiu chegar de seu pai. Talvez por isso a irmã mais velha tenha conquistado a predileção da recém-chegada. Não que Catarina o diga, mas o modo como descreve a “coisa de outras vidas”, a afinidade que vingou entre ela e Tânia em sete intensos meses de relacionamento, deixa transparecer.

“A Cida tinha 10 anos quando o nosso pai faleceu. Então, a Tânia tem mais recordações. Ela sabe da essência do nosso pai, do que que ele gostava, a forma que ele vestia. Ela fala que ele era supervaidoso, ele vestia terno e gravata todos os dias. Ele ia pro Rio de Janeiro, que era o lugar que ele mais gostava de ir e ficava nos melhores hotéis. Então, são umas coisas que eu acabei me identificando. Por mais que eu não tive nenhum contato físico com o meu pai, eu tenho a impressão que eu o conheci”.

Nem só com amor a gente vence

“Você me ajuda?”, Sandra olhava para mim, tentando empurrar a cadeira de rodas do filho escada acima, já que o elevador estava enguiçado. Ao primeiro resmungo de Breno, a mim ininteligível, a mãe respondia: “Calma, dessa vez, você não cai”. Lá em cima, um último pedido: “Você pode colocar a mão no joelho dele? Ele tem medo de andar de ônibus, isso acalma. E ele gostou de você”. Nem mesmo a intensa jornada era capaz de tirar o sorriso do rosto de Sandra. “Tô acostumada, menina”, ela ria da minha surpresa.

Sandra sempre foi mulher de andança. Natural de Itaobim, norte de Minas, mudou-se para Belo Horizonte na década de 1990, em busca de um tratamento adequado para o filho mais velho, que nasceu com paralisia cerebral decorrente da rubéola contraída por ela na gravidez. Com a necessidade de se virar para dar conta das demandas dos dois filhos, a cidade grande logo ficou pequena. “Vou pra tudo quanto é lugar: shopping, desfile de carnaval, show, jogo e o que mais tiver. Empurrando a cadeira do Breno ladeira acima ou, às vezes, de ônibus, táxi, carona”. Apesar de sempre aparecer, o marido continuou morando na cidade onde nasceram. “Homem da roça, né”, ela conta.

Sua segunda casa é a sede da Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) em Belo Horizonte, onde Breno é aluno assíduo. Lá nos encontramos alguns dias depois, em meio a um turbilhão de outras mães que esperam seus(uas) filhos(as) participarem de aulas, atividades culturais e consultas médicas. No tempo em que passam juntas, essas mulheres bordam panos de prato, vendem queijo vindo da roça da família e se ajudam como podem.

Muitas ali permanecem parte do dia por falta de condições de ir para casa e voltar mais tarde, já que o passe livre, concedido por meio da Portaria BHTRANS DPR 080/2011 e do Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004 do Governo Federal, só dá direito à gratuidade à pessoa com deficiência e seu(ua) acompanhante. É o caso de Dalva*, que mora no lado oposto da cidade e traça uma longa caminhada para chegar à Apae, o que inclui, no mínimo, dois ônibus.

Dalva descobriu a deficiência da filha caçula ainda criança. O comportamento de Rayane*, que

parecia incomum a quem já tinha dois filhos, no diagnóstico médico encontrou explicação: autismo. Mais de 30 anos depois, hoje aos 65, ela relembra o momento com alegria e angústia. Ao saber da condição da menina, o marido se negou a registrá-la, abandonando a numerosa família. Sozinha, ela precisou largar o emprego em casa de família para se dedicar à filha, que necessitava de cuidados contínuos.

“Não é fácil”, Dalva repete incontáveis vezes. Nos primeiros cinco anos de vida de Rayane, ela buscou incansavelmente encontrar um tratamento “adequado” para a filha, conforme orientavam os médicos. Nada parecia ser suficiente para controlar o comportamento da menina, que a cada dia dava mais sinais de agressividade e repulsa ao mundo à sua volta. Nessas idas e vindas, ela carregava consigo a filha do meio e tinha que deixar para trás o mais velho, já quase um rapazinho. Eles moravam na Pedreira Prado Lopes, considerada uma das áreas mais violentas da cidade. Entre as suas principais recordações, estão os confrontos entre os donos do morro e a polícia, bem na porta de casa.

A preocupação com o filho, que passava a maior parte do tempo sozinho, e a necessidade de complementar a renda da casa, fizeram com que Dalva arranjasse o primeiro emprego para ele antes de completar 11 anos, em um supermercado do bairro. De manhã, o menino ia para a aula, e passava a tarde repondo mercadorias. Aos 14, já era balconista e tinha carteira assinada. Mas o árduo trabalho do jovem não era capaz de suprir tamanhas necessidades. Naquela época, pessoas com deficiência de baixa renda ainda não contavam com o direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), programa de transferência de renda instituído apenas em 1993, regido sob a Lei 8.742.

Na falta do açúcar para adoçar o chá de Rayane, um dos poucos pedidos da menina, era na xícara dos vizinhos que Dalva encontrava apoio. Às intensas dificuldades financeiras, somavam-se o preconceito e a humilhação constantes não só pela condição da filha, mas também pela sua, de mulher pobre, moradora de periferia e mãe solo. Do pai das crianças, nunca contou com ajuda de qualquer natureza.

A recusa por parte dos pais em registrar filhos(as) deficientes não é incomum. Muitos homens associam a condição da criança a algum tipo de incapacidade da mulher ou até mesmo sua. O autismo, hoje definido como um transtorno para o qual existe uma diversidade de tratamentos, por muito tempo foi tomado como uma doença causada pela falta de responsabilidade dos(as) genitores(as) para com os(as) seus(uas) filhos(as), inclusive cientificamente.

Olhar para o passado também enche Dalva de orgulho. Apesar de todas as dificuldades, conseguiu criar os filhos sozinha e dar uma vida digna à Rayane. “Todos casados, trabalham, têm a própria família, e agora minha filha do meio tá formando em Pedagogia. Quem disse que uma mãe solteira poderia fazer isso?”, conta ela. Com a aposentadoria, está terminando de pagar a casa própria, ajuda os filhos e consegue comprar o que chama de “caprichos” da Rayane: hidratante para a pele, xampu, condicionador e, às vezes, até batom. “Tudo do bom e do melhor, porque ela só gosta de coisa cara”. E não são poucas as exigências. O cabelo precisa ser penteado várias vezes ao dia, banho toda hora e nem pensar faltar às aulas da Apae, o único lugar que gosta de frequentar. Trajeto que faz de segunda a sexta e também em alguns sábados há mais de 25 anos.

É com pouco que Dalva diz ter aprendido a viver, e suas orações trazem uma preocupação modesta: na sua falta, que Rayane possa encontrar uma pessoa boa que a proteja. “O autista é muito agressivo, várias vezes apanhei dela. Em algumas situações, pensei que não ia suportar tanta agressão e pensava ‘meu Deus, minha filha não está sabendo o que ela está fazendo!’. Eu vou te dizer que não é fácil, mas a gente consegue, com amor a gente vence. Eu sou uma vencedora. Ela não me chama de mãe, me chama de minha vida. E é isso mesmo, eu sou a vida dela, e ela, a minha”.

*

Mas nem sempre só com amor é possível vencer. Em cada uma dessas histórias, em que as ausências são muitas e se fazem presentes das mais diversas formas, paira um desejo in-

cansável de mudança diante da violência, da pobreza, da discriminação e do desamparo. Em função de homens que se negam a ser pais ou mesmo o fazem só quando querem, mães como Dalva e Rosana*, que nem de longe são exceção, são impelidas ao amor e ao cuidado incondicionais sem nem mesmo terem tido quem fizesse isso por elas. O vínculo afetivo, muitas vezes, encobre os medos, as dificuldades e as frustrações do que é ser mulher, mãe e chefe da casa, bem como as responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com o pai, a sociedade e o poder público na promoção de um ambiente capaz de garantir condições igualitárias de inclusão e de participação social para pessoas com deficiência e suas cuidadoras.

Além das mães, os cuidados de pessoas com deficiência envolvem o protagonismo de uma rede composta majoritariamente por mulheres, que exercem funções ligadas à educação, saúde e assistência social. Luciene Carvalhais, gerente do programa *Autogestão, Autodefesa e Família* da Apae-BH, é uma delas. Diariamente, ela presencia a realidade de mulheres que são as principais, quando não as únicas, responsáveis pela assistência integral aos(às) filhos(as), a dinâmica familiar e a realização das tarefas domésticas. Atividades que sequer chegam a ser consideradas trabalho e que relegam a elas, além de invisibilidade e vulnerabilidade social, a classificação como “inativas” nas pesquisas e nos dados estatísticos.

Prova disso é que, quando um(a) filho(a) morre, essas mulheres se veem desamparadas, pois o benefício, muitas vezes o único sustento da família, é concedido apenas à pessoa com deficiência. Como destaca Luciene, “longe do mercado de trabalho, do qual abdicaram para cuidar dos filhos, e com níveis de escolaridade muito baixos, essas mulheres pobres, mães solteiras, provenientes das classes C e D e moradoras de periferia, precisam se contentar com serviços subalternos e insalubres para garantir uma vida minimamente digna”.

Rosana é uma delas e também está presente por causa da filha caçula, que tem síndrome de Down. Tímida, comigo conversa “só porque as outras mandaram”. Mas, quando digo que não precisa, ela insiste em participar “do trabalho da repórter”. Olhando fixamente para o chão,

me conta que três dos quatro filhos têm deficiência. A primeira morreu ainda pequena, a segunda é quem ajuda com os outros dois, quando pode, o terceiro tem autismo e, há 11 anos, vive no lar da instituição por causa do comportamento agressivo, e a mais nova, que a leva ali religiosamente todos os dias, é Ingrid*, com quem divide não só o quarto, mas também toda a vida, “igual carne e unha”.

A mulher me diz que quem sempre cuidou de todo o mundo foi ela e Deus, e o ex-marido, que quase nunca aparece, não faz mais falta. Elas sobrevivem com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) de Ingrid, de um salário mínimo. Para fechar as contas no fim do mês e pagar o aluguel, só com a constante ajuda de conhecidos(as) e vizinhos(as). Mas o maior dos desafios foi a necessidade de levar o filho para a Casa Lar da Apae, projeto desenvolvido pela instituição em parceria com a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (Sedese). Há duas décadas, essas moradias acolhem as pessoas com deficiência intelectual da extinta Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Febem) e também de famílias que não têm condições de garantir a assistência necessária. “A gente não vivia, até hoje eu morro de medo dele, é agressivo demais. Sempre que eu vou visitar ele aos fins de semana, meu coração fica arrebitado”, Rosana me conta e, pela primeira vez, seus olhos encaram os meus.

*

Mesmo sendo poucos, consigo avistar alguns pais. Eles evitam a “sala das mulheres”, Sandra me conta, preferindo ficar no pátio ou perambulando pela rua. Os que podem, como Antônio*, esperam em casa. Ele e a esposa são aposentados. Enquanto ela faz o almoço e arruma o que é necessário, ele leva e busca o filho Guilherme* todos os dias. Mas nem sempre foi assim. Quando ainda trabalhava fora, a esposa tinha que dar conta de tudo. “E ainda cuidar dos nossos outros dois filhos. Mas eu precisava sustentar todo mundo, não tinha outra opção. Hoje, é diferente”, ele me conta, preocupado em se justificar.

Super-herói(oína)

- Mãe, bateu uma pessoa na porta, e a gente perguntou quem era, mas ela não se identificou.
- E aí?
- Não, a gente não abriu.

Dona Arlinda* testava assim a obediência dos três filhos pequenos: batendo à porta de sua própria casa. A ordem era clara, não mexer com objetos cortantes e não deixar ninguém entrar, fosse estranho ou não. “E, aí, a gente ficava literalmente trancado em casa, até uns nove anos, porque, muitas vezes, não tinha a minha avó, que ficou um tempo olhando a gente”, explica Robson* lembrando sua infância enquanto irmão do meio, negro, inteligente e tímido demais para responder à chamada na escola. “Eu só não tomei bomba por frequência em sala de aula porque a professora me via lá”. O motivo ele atribui à ausência do pai em sua criação, que o conservou bastante acanhado e inseguro até mais ou menos seus 15 anos.

“Aí, tem também aqueles complexos que às vezes você não tem dinheiro pra comprar uma merenda, não passeia igual aos outros coleguinhas, não tem o brinquedo que o coleguinha tinha”. Mas sua mãe se esforçava para contornar o que podia sozinha. Vez ou outra, contava com vizinhos(as) que doavam roupas, mas o que compensava a maioria das faltas era mesmo a sua imaginação e o seu jeito sonhador. Ser inventiva era questão de sobrevivência, tipo de coisa que a vida lhe impôs, mas lembrada pelo filho como um dom, de tanta admiração que guarda pela mãe que “foi mãe e pai”. “Até manutenção de casa. Ela ficava lá mexendo com instalação hidráulica, consertava tubo, consertava ferro de passar roupa... então, ela foi muito a minha referência de iniciativa”.

Quando faltava dinheiro para comprar coisas para os filhos, Dona Arlinda pegava as calças jeans e sentava na máquina. “Aí, fazia as mochilas toda desengonçadas, mas fazia”, lembra Robson. Em casa, também cultivava uma horta que mobilizava todos os filhos, dois meninos e uma menina. Eles aprenderam a lavar roupa, fazer comida e limpar a casa cedo, já que a mãe deixava claro: “não sabia quanto tempo iria ficar aqui”. Ela não os deixaria como o pai o fez,

mas seus problemas de pressão não poderiam ser resolvidos tão facilmente, nem com toda a imaginação que tinha. Por isso, dava uma tarefa para cada um e, assim, ia preparando os filhos para o mundo, que, na verdade, já os assolava há muito tempo.

Um amigo do bairro tentou ajudar com uma correspondência. “Ô, Antônio*, visita seus filhos que eles estão passando fome”, escreveu. “Como é que uma mulher com filho de três, quatro e cinco anos ia trabalhar fora?”, Robson justifica a carta. Às vezes, a solução era levá-los junto. Quando menino, ele ajudava a mãe a fazer faxina “em casa de família” e, na adolescência, vieram os “bicos” nos arredores do bairro Lagoa, onde morou até os 38 anos. Foi balconista e trabalhou em um abatedouro de frango.

Aos 13 anos, quando começou a compartilhar as despesas de casa com a mãe, seu pai fez a primeira aparição, depois de nove anos de visitas intercaladas por sumiços de até um ano, a depender do interesse de Antônio. Até então, sua presença era breve e transitória. “Um *flash*”, nas palavras de Robson, que só havia convivido realmente com o pai até os quatro anos de idade, quando um divórcio acabou virando motivo para deixar os filhos à sorte da mãe. Mas, daquela vez, o retorno seria definitivo.

Então, os irmãos correram. “Não em direção a ele. A gente correu dele”. Foi assim que os três filhos reagiram ao dia em que o pai passava na rua casualmente quando parou de frente a eles, que voltavam da escola. Foram para casa com pressa para contar tudo para a mãe, afinal ver o pai era caso de notícia.

Dona Arlinda, por sua vez, tratou de arrumar os filhos. Apesar do desgosto que sentia pelo ex-marido, levou o trio esbelto e penteado até o ponto de ônibus sem titubear. Dali, eles iriam para a casa do pai, era dia de visita. Depois, veio a segunda, terceira, quarta, quinta, até que “eu ia trabalhar, e aí falava com ela: ‘ó, hoje eu não vou dormir em casa não, que eu vou pra casa do meu pai’”. Dona Arlinda não respondia nem que sim nem que não, e ele ia.

Mais tarde, suas idas ganharam novos motivos. “Eu dava aula pra ele lá, ficava um tempão ensinando aquelas matérias de 2º grau... ele morava sozinho, que nessa época já tinha separado da segunda esposa”. Nesses tempos, Robson se casou, separou, virou pai, e a profecia de Dona Arlinda se cumpriu: foi levada, aos 48 anos, por sua saúde. “Minha mãe não me viu passar na faculdade. Quando ela faleceu, eu tava fazendo o antigo 2º grau, ensino médio. Ela não viu nem a formatura”. Quem se apossou da conquista foi o pai.

“Eu não achava muito louvável ele ficar... eu chegava lá no meio da família dele e eu não tava lá pra falar que eu tava fazendo Engenharia. Meu foco não era querer aparecer e, no entanto, ele fazia isso. Era uma satisfação pra ele fazer isso, falar que tem um filho que tava fazendo Engenharia. Mas eu, intimamente, pensava assim: pra eu chegar aqui, ele não tinha contribuído com isso, né? Mas nunca falei isso pra ele”. Pelo mesmo motivo, os três irmãos decidiram: dispensariam, frente ao advogado, o pedido do pai relativo à guarda dos filhos. “Se foi ausente quando nós éramos crianças incapacitadas de trabalhar, por que, agora, a gente vai pra casa dele se tem um de 20, uma de 21? Não, nós vamos ficar aqui”. Robson conta que, desde o início, preferiu não carregar a “mágoa de sofrimento que tinha”. Mesmo assim, admite: nunca deu um abraço apertado no pai que não consegue chamar de pai.

A outra parte da história é que a mesma Engenharia sobre a qual todos se orgulhavam acabou sendo, também, fonte de culpa. Pelo menos é esse o motivo com que Robson justifica o fato de não ter participado efetivamente da criação de seu primeiro filho por cerca de quatro anos. Assim como se deu no passado que tanto lhe é familiar, ele cultivou intervalos flutuantes de tempo sem ver o pequeno.

“Nessa época, eu tava solteiro, não tava namorando, então eu procurava focar: trabalho e estudo. Então, quando eu conseguia emprego, eu ficava apertado pra estudar. O tempo que eu tinha, eu estudava e, quando sobrava um tempinho, eu conseguia encaixar essas visitas com ele”. A pressa por se formar logo e “melhorar de vida” foi o jeito encontrado por ele para preencher o vazio que a separação deixou. “E também a mãe dele foi muito prudente nesse

ponto, ela também não quis interferir nos meus estudos, porque, como ela também é de origem humilde e tudo, me via fazendo Engenharia... creio que ela pensava que, se era bom pra mim, era bom pro filho”.

- Mas você não teve medo de ser como o pai que você teve?
- Não, não, eu não tive porque, quando eu comecei a fazer Engenharia, teve uma época que eu tava muito apertado financeiramente, e aí eu passei um tempo desempregado e tal... e eu falava com ela que eu não tinha condição de pagar pensão e tal... e ela falava: ‘não, não tem problema não, você dá o que você puder’. Então eu achei bacana, porque ela nunca interferiu nessa questão de ir na Justiça pra poder... igual a minha mãe fez com o meu pai...
- Mas e afetivamente?
- Não, em termo de afeto, depois que passou aquela primeira fase da separação, eu não tive essa preocupação, porque ela não fomentou isso, e a gente tinha uma relação boa de tratar as coisas com filho. E ele também já tinha uma ligação comigo de falar “ah, meu pai e tal”.
- Vocês tinham uma relação de pai e filho então?
- É, de pai e filho. Nesse período da faculdade, eu via ele muito pouco, mas ia sempre. Às vezes, final de semana eu não podia trazê-lo, mas ia lá na porta da casa, via ele. Mas eu não tive a preocupação de ser taxado como o meu pai era, ausente. Até porque eu... eu, eu não quis ser ausente. Eu não quis ser ausente. E, aí, era mais fácil de administrar. As distâncias eram por fatores externos. Às vezes, a mãe não podia deixar ele vir, porque não podia deixar os irmãos sozinhos e, na outra época, quando cresceu mais, era porque ele tinha uma atividade na escola (...). Não era porque eu não queria, ou porque ele não queria.

Assim, o primeiro filho, que hoje tem 21 anos, rendeu-lhe um novo objetivo. Robson se propôs a não ter mais filhos, “por causa dessas coisas”. Mas, aí, veio a Helena*, do segundo casamento. “Foi bom, porque tudo o que eu não vivenciei com o meu filho, eu vivenciei com a minha filha assim... de estar presente desde o primeiro dia em que ela nasceu, até hoje”. A menina, de nove anos, brinca na praça enquanto conversamos. Ele está de olho todo aguado nela, depois de rememorar a dureza de sua infância, da vida e das conquistas. Mas o principal motivo por que chora, enquanto diz palavras sinceras de saudade e admiração ao soar da música erudita que vem da igreja ao lado, é uma pessoa.

“Hoje, o que eu carrego é a minha mãe, ela é mais viva internamente do que... as conquistas que eu quero e os sonhos são muito mais motivados pela presença dela do que de qualquer outra pessoa. É uma chama acesa que eu carrego. É uma coisa que... só vai morrer no dia que eu morrer também. Cadê minha menina? Helena!”, ele grita.

Quem espera sempre alcança

— Você tá gravando isso pra quê?
— É só pra ajudar a escrever depois, somos estudantes de Jornalismo e estamos fazendo um trabalho...
— Moça, eu cheguei aqui 3h30 da manhã. Sou o segundo, na verdade talvez o terceiro, aquele cara a gente não sabe se tá só dormindo ou guardando lugar.
— Diz que a fila dobra o quarteirão, né?
— Ontem tava pior.
— Você veio ontem também?
— Sim, trazer os primeiros documentos. Vim a semana toda, porque vai funcionar hoje e amanhã e, aí, só depois de 27 de abril. Tá escrito na porta.

COMUNICADO

Comunicamos que de 3 a 27 de abril não haverá atendimento para Iniciais de Sucessões ressalvados os casos de urgências e prazos judiciais em curso, a serem avaliados pela Coordenação de Atendimento.

— Cara, eu vim ontem aqui também, e não tinha visto isso na porta.
— Ninguém avisou vocês?
— Que nada, eu olhei o papel. Muita gente tem preguiça de ler, imagina só.
— Eu sou um dos que teve preguiça, mas tá pequeno demais.
— Ah, eu tô aqui a madrugada inteira, o que tiver pra ver eu vou ver. Se o mosquito pousou, eu tô vendo ele, tem nada pra fazer (risos).

PÃO DE QUEIJO QUENTINHO, OLHA O PÃO DE QUEIJO, QUEM QUER PÃO DE ...

— A senhora chegou cedo também?
— Demais, menina, eram umas 4h10. E vou ser chamada pra senha só às 7h. Eles pedem tanto documento, a gente vai e arruma, daqui a pouco vence os documento. E aqui não tem nem lugar pra sentar, eu não tô mais novinha.

— E vocês duas, estão juntas?
— Só aqui na fila (risos).
— E vocês vieram pra quê?
— O meu é divórcio.
— Eu vim pra resolver a pensão, tenho um casal de filhos.
— Primeira vez?
— Não, segunda.
— Já iniciou o processo?
— Ainda não, vim trazer os documentos hoje. Na verdade, eu já tinha trazido tudo, porque eu olhei o que precisava na internet. Mas faltou a guia das testemunhas, que só dá aqui. Hoje, em nome de Jesus, vai começar a entrar o processo.
— Trouxe tudo?
— Graças a Deus. Quero voltar aqui 4h da manhã mais não, nesse frio ainda, tá doido!
— No primeiro dia, você veio nesse horário também?
— Não, um pouquinho mais tarde, porque tava chovendo. E, com chuva, ninguém sai de casa, né?
— Mas você saiu.
— É, mas não tive escolha.
— E eles não informam quantas senhas são?
— Nada.
— Às vezes, nem 20, nem 10, é melhor você esperar o retorno. Acho que é de acordo com o ânimo deles, né. “Hoje eu tô animado a trabalhar, bora dar senha” (risos). Eu até pensei que seria online. Se eu pudesse dar uma sugestão, seria isso. Porque, hoje em dia, não existe mais isso de fila, gente. Olha pra você ver, a gente sai cedo de casa, às vezes, é um risco pegar ônibus, chegar aqui de madrugada, porque, se você não chegar cedo, nem adianta que não consegue.
— Mas é sempre assim?

— Claro, já te falei.
— Eu vou sempre e nunca deu nada, deixa de teimosia.
— Pode vim cá, moças, esse aqui vai poder falar com vocês.
— Eu vim do trabalho direto, só. Cheguei umas 4h20.
— E você veio pra quê?
— Eu? Vim ser preso (risos).
— Ah, é?
— A minha ex-mulher disse que eu devo ela, aí eu tô aqui pra conseguir um advogado.
— Você deve o quê?
— Pensão alimentícia. Ela fala que eu devo, eu falo que não. Todo mundo aqui é inocente até que prove o contrário.
— Por que ela te acusou, então?
— Devo, não nego. Pago quando puder (risos). É que a gente tem umas casas de aluguel, o dinheiro fica tudo com ela. Mas isso não é descontado da pensão. Aí, ela ainda quer que eu pague mais. Eu vou me defender agora do pobrema, porque eu tô com prisão preventiva já decretada.
— É a primeira vez que você vem?
— Eu tive aqui ontem, mas você não acredita, na hora de ser atendido, eu perdi a senha.
— Você perdeu sua senha?
— Perdi, e a menina não quis me atender não, sô.
— E que horas você tinha chegado?
— Seis horas, aí 11h da manhã me chamaram e eu vi que tinha perdido a senha. Voltei hoje, né.
— Você nunca pagou pensão?
— Não, sô, eu paguei a partir do momento que eu recebi a notificação que eu tinha que pagar.
— Você pagou, então, o valor estabelecido?

— Se foi estabelecido, eu não sei não, mas que eu paguei, eu paguei. É porque, na verdade, existem dois valores. Veja bem, a gente só dá vazão ou acredita naquilo que a gente quer acreditar. Existem dois valores, eu não sei qual que eu deveria de pagar, eu recebi duas notificações do Fórum com valores diferentes, é claro que eu tô pagando o menor, isso é lógico. Esse é o problema, ela fala que eu devo, eu falo que não devo.

— E você tem quantos filhos?

— Nó, tenho um monte, moça. São quatro.

— De mães diferentes?

— Não, sô, aí você tá querendo me ferrar, né (risos). Tudo com a mesma mulher.

— E você tem contato com seus filhos?

— Tenho, normal. Convivo com a minha ex-mulher normal. Assim, entre aspas, né, você entendeu (risos).

— Mas, na parte do dinheiro, são outros quinhentos.

— O cachorro é amigo do homem por quê? Te digo, porque não conhece o dinheiro.

— Você disse que está com prisão decretada?

— Já foram me prender.

— A polícia já foi atrás de você?

— Ih, já um monte de vez. Mas não me acharam.

— Você se escondeu?

— Menina, eu sou igualzinho o Mister M. Eu dirijo, vou pra minha casa, pro meu trabalho, tudo normal. Mas é o que eu digo, tem tanto vagabundo à solta fazendo besteira aí, né, e quem é trabalhador só se ferra.

— E quando você visita seus filhos?

— A gente só sai final de semana, mas não é todo final de semana não, porque menino sai caro, tá?

— E eles moram com a sua ex-esposa?

— É, uai, o filho é sempre da mulher.

— Ah é?

— Claro, porque...

— Não é não. É dos dois. Desculpa interromper aí, gente. Meu marido tá sempre presente, hoje mesmo, eu vim pra cá, e ele ficou com as crianças.

— A senhora acha que o homem tem a mesma capacidade de criação que a mulher?

— Tem sim, moço. Como eu disse, meu marido tem. É obrigado a isso.

— Não, sô, pode até ter, mas é que nós, homens...

— Hoje em dia, a mãe faz tudo, inclusive sair pra trabalhar, né? Por isso, meu marido tem que fazer a parte dele.

— Não, sô, tudo bem que a mãe tem que sair pra trabalhar, eu até concordo contigo, entendeu? Mas a capacidade da mãe é insubstituível. Homem não consegue não.

— Mas já nasce assim? Nasce sabendo?

— Num sei, isso aí é algo que a gente vai ter que historicamente perguntar pra Deus. Você pode ter certeza que, mesmo que o pai goste muito, que é o meu caso, ele não consegue fazer a mesma coisa. A mãe morre pelo filho, já o pai, sei não.

— O que você acha, moça?

— Como eu disse, é bem tranquilo, tenho dois filhos, e o meu marido participa de tudo, graças a Deus.

— E você acha que o pai também pode ser mãe?

— Pode, o lá de casa pode. Na minha falta, ele supre.

— Ah, não, sô! Mas ele não pode ser mãe, veja bem, a palavra “supre” não quer dizer substitui não.

— Mas ninguém substitui um pai também não, vejo lá com os meus meninos. Uma mãe não substitui um pai, mas ela supre a necessidade. Os dois não podem faltar na relação dos filhos.

— ELAS SÃO DA GLOBO?

— Hã?

- Aquela senhora tá perguntando se vocês são da Globo.
- Não, não somos (risos). Mas a gente pode...
- ENTÃO EU NÃO QUERO!
- Ah lá, ela só quer se for da Globo.

ALÔ? JÁ, JÁ TÔ AQUI. TÁ TUDO TRANQUILO, PREOCUPA NÃO. AHAM, PODE. NÃO, NÃO SEI QUE HORAS. TE GARANTO NÃO. TÁ BOM, TCHAU. OUTRO.

- Tava ouvindo aquela mulher falar ali, eu entendo demais o que ela quer dizer. Meu pai, quando separou da minha mãe, eu tinha um ano e sete meses. Eu reencontrei com ele com 21 anos, então eu sei o que é a falta de um pai.
- Nesse intervalo, você não teve nenhum contato com seu pai?
- Não, porque, o que acontece, como foi uma briga familiar entre eles, eu era muito novo, não tinha como eu ter autonomia sobre isso, mas a minha família proibiu ele de me ver. Ele nunca me procurou e eu também não. Era ele quem tinha mais facilidade de ir atrás de mim, e não foi. Quando nos encontramos, eu já estava até casado, com filho e tudo.
- E como foi ao longo do tempo?
- Essa minha infância e adolescência, você tá é doido, foi uma barra, só Deus mesmo. Deus e a mãe. Minha mãe supriu, mas não substituiu a falta do meu pai. Ela teve que ser dobrada pra exercer a função dela e a dele.
- E seu pai pagava pensão?
- Na minha época, a Justiça não era muito ferrenha com isso como é hoje, meu pai pagou só até os meus 12 anos de idade, depois, ele foi lá e parou por conta própria, e ficou por isso mesmo. E quando ele pagava, já era um valor muito irrisório, era o que ele queria. É muito complexo, porque é um estrago muito grande.
- E hoje, você tem filhos?
- Tenho três, graças a Deus já estão criados.

- E como foi pra você ser pai?
- Aí é o que eu tô te falando, tive que aprender o que era isso. Eu tive filho cedo, então, no início, foi bem barra pesada. Mas o que me faltou procurei dar pra eles, principalmente a presença, o afeto. Quando eu me separei da mãe, procurei ter uma boa convivência com ela exatamente pros meus filhos não passarem pelo que eu passei. Porque é muito duro, depois de adulto que você consegue ver, ficam muitos resquícios disso aí.
- Ah, mas olha só, a gente sabe que o homem tem mais autonomia com essas coisa, né?
- Aham, é uma autoridade diferente.
- Nem é só isso, é que eles não ligam tanto...
- O meu é da Vara de Família.
- E qual o caso?
- Pensão.
- Definir ou executar?
- Já tinha sido definido, só que nunca foi pago, aí eu tô vindo pra poder movimentar.
- E é a primeira vez?
- Aqui é. Porque eu tinha contratado uma advogada, mas ela parou de mexer com o processo. Aí, ontem, o Oficial de Justiça pediu pra eu vir, porque, se dentro de cinco dias eu não desse andamento, o caso seria arquivado.
- E como é a relação com o pai?
- Ele é um ótimo pai. Afetivamente, ele não é ausente na vida da minha filha. Mas, financeiramente, sim. Enquanto eu estava trabalhando, nunca me preocupei nem pedi nada. Mas, hoje, estou desempregada, então realmente preciso.
- E ele não dá nada?
- Ele dá presentes, uma roupa, um sapato de vez em quando, mas o que o juiz estipulou no dia da separação, ele não faz.
- E há quanto tempo você está nesse processo?

— Já vai fazer dois anos. Eu já estive no Fórum algumas vezes, e lá tava que sempre ia ser executado, mas nunca foi.

— E o senhor veio hoje pra quê?

— Todo mundo vem pra se defender de alguma coisa, né.

— E o senhor veio se defender de quê?

— Cancelar pensão.

— E por que o senhor quer cancelar?

— Meus filho já tá tudo mais velho, grande.

— E o senhor sempre pagou?

— Sempre, graças a Deus. Eu lá tenho cara de moleque?

— Menina, essa entrevista, qual o objetivo?

— Nós somos estudantes de Jornalismo e estamos formando. Nossa pesquisa é sobre paternidade, então a ideia era conversar com as pessoas que vieram resolver questão de pensão, visita, divórcio etc. Mas a gente tá passando pela fila pra conversar com todo mundo, saber como é.

— Hum.

— E pra que o senhor veio?

— É assunto pessoal, vim conseguir advogado do Estado, tá bom? É sigilo, por favor.

— Tá bem, brigada.

— Menina, tô te ouvindo falar aí, foi até engraçado que ontem eu pensei assim, você tá gravando, né? Eu pensei assim, podia ter jornalista, porque aqui é Defensoria Pública, né, pobre é um problema, porque se fosse rico, já tinha resolvido. A gente chega cedo, e pra conseguir é difícil, na minha área, são só 10 vagas, aí a gente vai conseguir consultar com a defensora sabe que horas? Só 13h30. Tem que chegar cedo, eu já até comprei um lanchinho ali pra mim poder ficar esperando. Mas tem dia que não tem dinheiro pro lanche, eu já cheguei aqui em jejum e fui almoçar só 16h.

— E qual o seu caso?

— Eu vim por causa do meu genro, pai dela.

— Ah, é seu pai?

— Ele é mau.

— Não fala assim do seu pai, menina.

— Por que ele é mau?

— Porque ele fez sacanagem com a minha mãe. Tomei ódio dele, tomei agora.

— Pára com isso, menina. Já te falei.

— Tomei sim, tomei sim, tomei sim.

— Você convive com ele?

— Mas não quero mais. Pra sempre.

— Quantos anos você tem?

— Doze.

— Então seu pai não tá pagando sua pensão?

— Não, só a alimentícia.

— Não, menina, ele não tá pagando a pensão alimentícia. E já faz muitos anos.

— Ele largou a gente quando eu era muito pequeninha. Aí, agora ele voltou porque viu que a gente tava crescendo e ficou com medo da gente nunca mais olhar pra cara dele, tipo odiar ele. Só meu irmão que gosta dele mesmo.

— Então seu irmão gosta?

— Só ele.

— Mentira, você também gosta do seu pai.

— Eu não gosto, agora que você me contou o que ele fez, eu tô detestando ele.

— Ela leu no papel aqui.

— Então você ficou com raiva do seu pai agora?

— É.

— E você não acha que vai passar não?

— Não, vai ficar 2017 todo.

— Então ano que vem passa?

— Não, nem ano que vem. Vai ser pra sempre.

QUESTÃO DE FORÇA DE VONTADE

Em Belo Horizonte, cerca de 450 a 500 pessoas passam pelo prédio da Defensoria Pública todos os dias. Na fila, é dada a largada ao vagaroso teste de resignação e paciência. A maioria está ali para reparar direitos na área da Família. Há quem diga que o principal motivo é divórcio. Outros(as), pensão alimentícia. Fato é que as duas ações muitas vezes caminham juntas e, na Defensoria em Belo Horizonte, não é preciso contar com a sorte para encontrar algumas delas. As pessoas estão ali para ter direito a ter direitos e são amparadas por uma promessa constitucional relegada à Defensoria Pública: a de prestar “assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.

SENHA: D029

“Grava isso aí que eu vou te contar: o pai desse meu menino tem 13 filhos. O meu é o décimo terceiro filho. No dia da audiência, ele falou com o juiz: eu tenho é 13 filho!”, conta Aline enquanto espera sua vez para o atendimento com a defensora. A resposta do juiz ao pai lhe é memorável e ela a reproduz com firmeza: “Não importa quantos filhos você tem. A gente vê a necessidade de cada criança, porque senão fica fácil, né? Vai arrumar cinco com uma, cinco com outra, três com outra, aí vai acabar arrumando 50 filhos e vai pagar R\$20 de pensão pra cada um?”.

Assim, a pensão de seu filho teria sido fixada: 80% de um salário mínimo, que foram devidamente pagos por dois meses. Passados outros dois sem o dinheiro, Aline retorna à Defensoria Pública, como de costume. Já são seis idas e vindas. Ela conhece todos os procedimentos da instituição e sabe explicá-los com destreza. “Na primeira vez, eu não consegui ser atendida, porque já tinha acabado a senha”, Aline narra e deixa uma lição que lhe rendeu outras quatro idas e longas esperas: “se tiver faltando um documento, eles já mandam você voltar outro dia. Tem que ter tudo! Até CPF das criança!”.

*

“Com certeza, se tivessem mais defensores, a gente poderia atender um número maior de pessoas cada vez mais e ter mais processos. O defensor tem um limite, até humano, de atendimento por dia. Por isso que a gente limita as senhas. Quando isso não era realizado, tinha defensor que já teve 43 atendimentos em um dia. Você não consegue raciocinar com esse tanto de atendimento pra fazer em uma tarde. Então, se a gente tivesse mais defensores, a gente não precisava limitar, né. Mas a gente tem vários projetos aí pela frente, que a gente vai reduzir o trabalho do defensor pra que ele ganhe qualidade e possa atender mais casos”, explica a Defensora Pública e Coordenadora Regional de Famílias e Sucessões da Capital de Minas Gerais, Michelle Lopes.

*

Comunicativa, Aline* justifica o pedido de execução de alimentos se referindo ao pai do seu filho:

- Ele tem condições! Ele é empresário! Ele tem um lava jato, uma lanchonete, uma loja e uma casa de shows baile funk.
- Leite, fralda, roupa, material escolar, sapato. Ela cita os itens lembrando que a pensão é para a criança, não para ela.
- Eu liguei pra ele, porque precisava de um remédio e falei “dá pelo menos a metade”. Ele falou assim que não ia dá. A minha raiva é essa. Por isso que eu vim.
- E você trabalha?
- Eu não tô trabalhando, porque eu tô fazendo um tratamento contra um câncer. E eu tava trabalhando numa casa de apoio a crianças com câncer, cê acredita?
- É mesmo?
- Tava. Criança com câncer e criança degenerativa, só que não era carteira assinada, não. Aí a mulher mandou 11 pessoas embora. Meu menino tem três anos e tem bronquite, vive mais no hospital do que em casa.
- É seu único filho?
- Não. Tenho mais uma, e é com outra pessoa, mas ele me paga direitinho.

Mas, de tanta raiva que eu passei vindo aqui, eu levei ele na Justiça também. Ele sempre deu direitinho, sabe? Só que, como nós dois paramos de conversar, eu falei: “já vou levar também, pra não passar mais raiva ainda vindo nesse lugar”. Mas ele ajudava até o meu menino mais novo, que não é filho dele.

Aline olha à sua volta e assegura:

— A maioria aqui é de pensão. Porque esses homem não quer pagar pensão, né! Então, tem que vim, trazer eles aqui mesmo, que aqui não tem conversa. Dá, ou vai preso. — Mas, logo em seguida, muda de ideia. — Não vai preso assim também não. Igual, esse aqui não me pagou tem dois meses, né? Aí, vai chegar a intimação pra ele e, aí, eles vão mandar ele me pagar. Aí, acho que, só se ele não me pagar agora, aí eles pegam ele lá aonde que ele tiver. Igual eu falei, mesmo com advogado particular, demora o mesmo tanto, só que não precisa da pessoa ficar vindo aqui na Defensoria de madrugada, né? Se ela quer saber como tá o andamento do processo dela, o advogado mesmo fala. Não precisa ficar vindo aqui pegar senha pra falar com a defensora de tarde, igual eu tô fazendo. A única coisa que facilita é isso, mas a demora do processo é a mesma, porque depende do juiz — ela esclarece com desenvoltura e observa repetidas vezes: — Até que aqui demora, mas resolve, sabe? Resolve. — Aline conta que esteve ali no dia anterior, saiu de casa às 4h20 da manhã. — E aí, minha filha, eu cheguei aqui não era nem 6h10, tá?! Acho que era 6h07, que eu olhei no celular — ela esclarece. — Cê não arruma filho não, heim, minha filha! Vai estudar! Eu fiz a prova do ENEM. Eu ia fazer era Publicidade. — Aí você desistiu? — Uai, já tinha filho, já trabalhava. Aí, acabou que eu nem fui ver o resultado. Cê acredita?

SENHA: D039

“Eu vim aqui pra execução de alimentos. O pai não tá pagando”. Cristiane Paula* veio de Betim e está de pé desde às 3h da manhã, desperta por uma forte ansiedade. Às 5h, pegou o ônibus e, às 6h30, chegou. Mesmo assim, não foi cedo o bastante, pois a fila já dobrava o quarteirão. “Quando chegou a minha vez, não tinha mais senha. Aí, eu precisava de uma declaração pra levar no serviço. O rapaz da secretaria não quis fornecer a declaração de que eu tinha vindo. Eu voltei na portaria, e me falaram: ‘calma, você tem a disponibilidade de ficar aí o dia inteiro?’”. Foi assim que conseguiu uma senha extra naquela manhã.

Cristiane foi atendida por volta das 15h30. Mas aquela não era a pior das experiências que teve ali. Na primeira vez que foi à Defensoria, em 2013, chegou ainda mais cedo: 4h da manhã. Mas não estava desacompanhada, a peleja começou com o menino de dois meses no colo. Depois de concluir os procedimentos iniciais da Defensoria, aguardou mais um ano e meio pela primeira audiência do processo de investigação de paternidade. Localizar o dito cujo não teria sido o problema. “Tinha endereço, tudo certinho”, garante ela. O motivo da demora é tão anônimo quanto o pai.

*

“Mais ou menos em quatro, cinco meses, vai ser realizada a primeira audiência, porque o processo é distribuído, aí ele passa pela Secretaria e, da Secretaria, ele vai pra juíza. A juíza dá o primeiro despacho, marcando essa audiência. Então, isso demora, a pauta do juiz já tá cheia. Aí, vai uns três, quatro meses pra frente. Mais ou menos isso. Não tem audiência imediata. E, aí, até o pai ser encontrado... às vezes não foi encontrado para aquela audiência, aí marca uma outra. Vai marcando até conseguir resolver a situação.” (Defensora Michelle Lopes)

*

Cristiane Paula já havia desistido do processo quando foi surpreendida por uma ligação. “Eles entraram em contato comigo falando que eu tinha uma audiência naquele dia marcada para às 14h30, em novembro passado. Eu nem sabia”. Hoje, ela completa três idas à Defensoria, três audiências no Fórum e três trocas de defensor em seu processo, enquanto seu filho vai completar quatro anos, sem qualquer sinal afetivo e financeiro do pai.

- Até agora, eu não recebi nada.
- E você já entrou com execução de alimentos outras vezes ou é a primeira?
- Já! Já entrei. Aí, faz acordo, acordo... O último acordo foi ano passado, e ele não cumpriu. Aí, eu tenho que vir na Defensoria de novo, pra informar que ele não pagou.
- Mas ele nunca foi preso?
- Não, porque sempre deram a oportunidade de negociar.

★

“Pensão ele tem que pagar. Senão, ele vai preso. Na Vara que eu trabalho, a juíza prende em audiência. Já sai algemado. Quando o pai é condenado a pagar uma quantia e não paga, a mãe vem, procura novamente a Defensoria, e a gente entra com um cumprimento de sentença, pra que ele pague aquele valor. Aí, se ele foi intimado pra comparecer naquela audiência e ele não pagou, não tem proposta de pagamento naquela audiência, tem condições, mas não quer pagar e não tem justificativa nenhuma pra ele não estar pagando, aí a juíza manda chamar um policial. Já decreta a prisão, e, de lá, ele já vai preso. Mas isso acontece na 10ª Vara de Família. O juiz não prende em audiência, normalmente.” (Defensora Michelle Lopes)

SENHA: D153

“A minha defensora me convocou pra vir aqui. Olha a convocação dela”. Mostrando o documento que tem em mãos, Jacqueline* explica que, naquele dia, estava na Defensoria para

atualizar o valor da pensão de seu filho. “Só que eu cheguei aqui e ela está de férias”, a mãe completa contrariada. Mas Jacqueline não está tão surpresa, aquilo já estava virando rotina.

- Aqui na Defensoria, você já veio outras vezes então?
- Várias! Milhões e milhões de vezes! E, na maioria das vezes que eu venho por conta própria pra procurar a defensora, ela está de férias, ou não é o dia que ela atende, ou ela não veio atender, ou eu não consigo senha. É sempre assim.
- E você acha que já veio aqui quantas vezes?
- Ah, nesses sete anos? Bem por baixo, umas 40 vezes, porque eu tô sempre procurando saber, tô sempre passando por dificuldade. Queria resolver isso da melhor maneira possível, mas, pela Justiça, não tá dando não! Não tá dando pra entrar em acordo pela Justiça, não! Talvez, com advogado particular, seria mais fácil. Mas eu não tenho condições.
- Mesmo assim, naquele dia ela resolveu apostar na sorte.
- Eu gostaria ao menos de saber a respeito do processo, porque, antigamente, a gente conseguia acessar pela internet. Hoje, a gente não pode mais, porque, por envolver menor, corre em segredo de justiça. Então, eu tenho que vir até aqui pra saber o andamento do processo, pra saber se o juiz já mandou executar.

A dívida do pai de seu filho, que já foi preso uma vez, passa dos R\$ 17 mil. Uma parte do valor foi quitado, e o restante deveria ser pago aos poucos, conforme o acordo firmado entre as partes.

- Mas ele nunca mais pagou — Jacqueline explica.
- Já cogitaram passar a pensão para os avós?
- Nunca cogitaram, por eu ter provas da condição financeira do pai. Ele tem condições de pagar, e não são poucas. Ele tem uma vida bem segura, bem estável e não paga porque não quer (pausa). Eu acho que eu perdi minha senha! Não é possível! E eu tô prestando atenção na tela!
- Agora eu estou com receio de te atrapalhar...

— Não, não. Eu tô de olho! Ele já fez depósito falso e falou que foi problema do banco. Ele me mostrou um documento com solicitação de microfilmagem do banco, porque ele falou que depositou o valor. Mas era mentira, não depositou, porque o banco provou que foi depósito de envelope vazio. Várias vezes ele fez isso.

Essa é a segunda vez que Jacqueline faz um pedido de execução de alimentos.

— Da primeira vez que o pai da minha filha foi preso, fui eu que levei a intimação, fui eu que chamei a polícia, fui eu que pedi pra prender ele, porque nem a Defensoria e nem o policial que vê na rua não executa pela ordem do juiz. Acostumada a fazer acontecer, ela já comunicou o segundo mandado de prisão à polícia. No entanto, nada foi feito.

— Eu acho até que a defensora mentiu pra mim, falando que ele já estava com um mandado de prisão, sendo que a polícia foi até ele, e ele não foi preso.

— E não tinha mandado?

— Não sei! Ele falou que não, porque... aí, ó! É a minha senha!

Em um piscar de olhos, Jacqueline retorna. Aparentemente, a convocação que a levou até ali naquele dia não poderia ter sido levada tão a sério assim.

“Vindo aqui pela manhã e conseguindo estar dentro do número de senhas — o que ela consegue se tiver força de vontade e vir aqui cedo —, ela vai conseguir ser atendida. Ela tando dentro dos parâmetros de atendimento, ela vai conseguir ser atendida. Agora, a tramitação, o andamento do processo, isso vai depender também da Vara em que cair aquele processo. (...) Na 10ª Vara, tudo anda muito rápido. A juíza com quem eu trabalho faz muitas audiências por dia. Então, a gente faz muito acordo, e o processo acaba ali. É uma Vara que tem pouco processo, porque a juíza tem uma forma de trabalho que permite. Ela consegue dar vazão. Mas tem Vara que tem cinco mil processos, o juiz gasta muito tempo pra dar um despacho. Então, o tempo que vai durar um processo não depende necessariamente do defensor. Depende mais do andamento do processo no Fórum.” (Defensora Michelle Lopes)

O CAMAROTE DA JUSTIÇA

Os esforços dessas pessoas para serem amparadas pelos serviços da Defensoria Pública são apenas um vulto dos problemas de acesso à Justiça no Brasil. Em 2004, o Ministério da Justiça, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), elaborou o *I Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil*, que demonstrou algumas das suas precariedades. Na pesquisa, a constatação de que apenas 28% das 2.680 comarcas do país são atendidas pela Defensoria Pública mostra que o Poder Judiciário é organizado de forma bastante heterogênea no país.

Informações mais recentes foram apresentadas pelo *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*, em 2013, uma pesquisa da Associação Nacional dos Defensores Públicos (ANADep) com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). A análise mostra que o acesso gratuito à Justiça continua estagnado: 72% dos locais com pelo menos um juiz atuante continuam sem a assistência de um defensor público, conforme os dados coletados entre 2012 e 2013. Um dos principais motivos para isso está na grande quantidade de cargos para defensor que ainda não foram ocupados — 8.489 postos, que correspondem a mais de 40% do total.

De 1988 até 1990, somente sete estados brasileiros possuíam Defensorias Públicas. A situação do Amapá é um exemplo dos problemas que ocorrem no setor. Os serviços da defensoria são prestados inconstitucionalmente por advogados nomeados pelo governador do estado. Desde 2013, o Ministério Público Federal cobra a realização de concursos públicos, mas, passados quase quatro anos, a pendência continua nas laudas dos noticiários.

Nesse cenário, também é crítico o fato de a implementação da Defensoria Pública em um estado não atender a todas as suas comarcas. Em apenas cinco deles (Roraima, Acre, Distrito Federal, Tocantins e Rio de Janeiro), a instituição está presente em mais de 90% das comarcas. Mesmo assim, tal presença é, muitas vezes, incipiente. No interior, justamente onde costuma haver maior necessidade de assistência jurídica gratuita, há casos em que um único defensor público deve atender o território de uma comarca sozinho. Nessa situação, ele deve atuar em

diferentes áreas e suportar uma grande carga de trabalho, sujeitando-se a condições inadequadas, que configuram um dos principais motivos para o desligamento dessa carreira jurídica.

O Ministério da Justiça recomenda que haja um defensor público para cada 10 mil ou, no limite, 15 mil pessoas, cuja condição socioeconômica possa ser contemplada pelos serviços da Defensoria. Porém, a relação de um defensor para cada 10 mil habitantes não é real para 95,4% das comarcas brasileiras. A relação real é de um cargo para cada 56.620 pessoas consideradas potenciais público-alvo. No total, há um déficit de 10.578 defensores públicos no país, sendo que São Paulo e Minas Gerais são os estados que mais contribuem para essa estatística. O quadro atual é fruto de um progresso no período de 2003 a 2013, quando houve considerável aumento no número de cargos de defensores ocupados a nível nacional. No entanto, os resultados da pesquisa mostram que ainda é preciso assegurar assistência jurídica gratuita a 72% dos locais que podem contar com a atuação de um juiz. Enquanto isso, o direito de acesso à Justiça continua sendo privilégio daqueles que podem pagar.

PRÓXIMO DA FILA, POR FAVOR

- E qual a expectativa?
- Eu não gosto muito de Justiça, não, nunca funciona.
- Já teve outras experiências?
- Já, e acho que não funciona.
- Mas você tá aqui.
- É, tem que tentar.
- Aqui, ó, ele disse que pagava pensão, mas a mãe não quer mais que ele pague pra não poder ver a menina.
- É isso mesmo?
- Ela faz isso pra me fazer voltar pra ela, entendeu?
- E pra você, como é que tá?

- Tô querendo ver a menina, dar um rolê com ela. Amanhã é aniversário dela.
- E você tá pagando a pensão?
- Não, ela não quer aceitar, tá fazendo chantagem.
- E você vai ceder?
- Não, cê é doida!
- Diz ele que veio pra pagar a pensão.
- E você tem muito vínculo com a menina?
- Nó, demais. Uma menina nota 10, vai fazer três ano amanhã.
- E você vai fazer o quê?
- Ou, eu vou lá e insistir. Nó, essa menina, você não imagina. É doido demais.

ATENÇÃO

É proibido fumar neste local. Ajude a manter a ordem.

- Moça, deixa eu te falar. Tenho um filho de 30 anos, nunca pedi pensão, porque é um desgaste danado. Tive filho com 16 anos. Erro meu também, não foi só do homi, não. Mas meu filho hoje tem tudo, não precisa de pensão. Não tem vício de nada.
- Então, ele nunca teve contato com o pai?
- Meu filho conheceu o pai com 16 anos, eu nunca deixei. Porque, quando engravidei, ele me colocou abaixo de zero. Ô minina, o que eu fiz dessa minha vida, só Deus sabe. Mulher que é guerreira vai lá e faz, não fica atrás de homem por causa de dinheiro não.
- Mas você não acha que elas procuram por que realmente precisam?
- Minha filha, o que você faz com R\$ 300,00? Vai fazer diferença de quê?
- Por isso que eu sempre digo, é difícil demais mexer com esse bicho que veste saia, cê tá é doido! Você pode dar de tudo pra muié, na primeira oportunidade ela vai te ferrar.
- Que isso, moço, pensa na sua mãe. Nem toda mulher é assim. Acabei de te

contar que eu...

— E o senhor?

— Meu filho construiu uma casa na minha laje e, olha só, agora ele quer um documento que prove que o que ele construiu é dele. Na minha laje.

— Aham.

— Tá entendendo como é que é? Ele construiu, é dele. Mas a laje é minha.

— E o senhor veio aqui reclamar?

— Vim ver como eu faço, ele tá querendo esse documento.

— E o senhor não tem prioridade?

— Só depois que passa na inspeção pra pegar a ficha. Não é ficha que chama, é senha, né?

— E como é que tá pro senhor esperar esse tempo todo em pé?

— Tá difícil, olha só minha perna. Eu fico assim, passo o peso pra uma, depois troco pra outra. Tem nem um banco. Eu ando com o Estatuto do Idoso aqui na minha bolsa, vou te mostrar. Olha aqui, tá escrito que eu tenho prioridade, mas aqui eles não dão. Mas eu vou chegar lá.

NÃO, A SENHORA TEM QUE FICAR NA FILA. ISSO, TODO MUNDO TEM QUE FICAR. AQUI NÓS ATENDEMOS UM MAR DE GENTE TODO DIA, NÃO DÁ PRA DAR PRIORIDADE PRA NINGUÉM. A SENHORA VAI TER QUE ESPERAR SUA VEZ.

— Ela entrou com uma ação.

— A mãe?

— É, pra receber mais.

— E vai dar pra pagar mais?

— Na crise, não dá, né. Vamos estar lutando pra manter o valor que tá.

— Quantos filhos?

— Um só.

— E como é a relação com ele?

— A mãe não deixa eu ver não.

— E você já pensou em ir na Justiça pra conseguir ver seu filho?

— Eu já tentei, mas o processo é bem burocrático, não é simples como a gente imagina, não. Na época, eu contratei um advogado, tinha um alvará pra eu ver a criança, mas, toda vez que eu ia, tinha que chamar a polícia, fazer uma ocorrência, ir no Fórum e avisar o juiz, era uma saga muito grande. Aí, eu acabei desistindo, era constrangimento pra própria criança a polícia ter que ir lá toda vez e me ajudar a pegar ele dentro de casa. Por causa disso, eu abandonei. A causa, não a criança.

— E por que ela não deixa pegar?

— Por causa de ciúmes, eu casei de novo e tive outro filho.

— E como é isso pra você?

— A gente sente, né, porque o filho acaba ficando distante. Ainda mais porque, teoricamente, é meu filho homem, né, e a gente fica querendo realizar as situações que a gente imaginou antes de ter o filho.

— Como o quê?

— Futebol, ir pro campo junto. Mas, como a Justiça é muito complexa, a gente acaba desistindo.

— Uma de vocês pode me ajudar? Vim entregar um documento pra reclamar meu IPTU. Dá uma olhada aqui pra ver se tá tudo certo.

— Nós não trabalhamos aqui não.

— É de 2012, mais de cinco anos.

— Dá uma olhada com o rapaz da recepção.

— Até hoje não me deram retorno disso, fico vindo aqui.

— Podia ter um cafezinho.

— Ali tem.

— Ah, mas tem que pagar. Aqui não é de graça? Do governo? O café também devia ser de graça. É direito meu.

— É a primeira vez que você vem?

— Sim, a primeira.

— E chegou cedo?

— Até que eu não cheguei muito cedo não, não vou mentir. Cheguei aqui umas seis e pouca. Mas foi por medo da gente vir sozinha, né, Lídia?

— E como tá a expectativa?

— Se vai demorar, eu não sei, o importante é nós conseguir. Mas acho que, pelo tempo que eu fiquei na fila, hoje mesmo eu já resolvo isso. Né, menina?

Nada Consta

Nós somos feitos de encontros e desencontros. Vim ao mundo pelo encontro de uma moça de São João Del-Rei e um rapaz de Barão de Cocais que, como tantos outros jovens, vêm do interior para trabalhar em Belo Horizonte. Convivendo como colegas na mesma empresa, namoraram, noivaram por anos. O casamento estava planejado para 1982, mas minha avó materna descobriu que fui gerada um ano antes, então correram pra aprontar a cerimônia na igreja em agosto, na mesma semana em que se casaram Diana Spencer e Príncipe Charles, como minha mãe achava graça em contar.

Nasci em 21 de janeiro. De memória da primeira infância, tempo que levou a convivência dos meus pais, tenho nenhuma. Consta que o primeiro bairro onde morei foi o Carlos Prates, e o segundo, Pampulha – que, imagino, ainda não era uma grande região composta por vários bairros. Consta, também, que meu avô paterno morreu em visita à nossa casa. Estava comigo no colo, quando se sentiu mal e pediu que minha mãe me segurasse pra que ele pudesse se sentar. Com dores no peito, foi levado ao hospital, mas de lá não saiu. Infarto. Não conheci meu avô paterno, minha avó já era viúva quando nasci. E com essa avó convivi pouco, mesmo estando mais próxima de mim nos primeiros três anos de vida, em Santa Luzia.

Meus pais se separaram quando eu tinha quatro anos. Consta que meu pai era irresponsável, preguiçoso e mulherengo. Um dia, minha mãe resolveu fazer sua mudança de Belo Horizonte para São João Del-Rei em um caminhão de carga de minério do vizinho, num ato impulsivo e nada planejado. Consta que chegamos, as duas, cobertas por pó mineral, com a mobília toda suja na caçamba. Não havia lugar nenhum onde a coubesse na casa da vovó, então foi doada pra quem a quisesse. Ali vivemos, minha mãe e eu, até os meus 10 anos. Com tio, tia e a avó mais linda do mundo.

Consta que, naquela época, ainda havia o costume de considerar indigna uma mulher separada. Consta que, com a minha mãe, não foi diferente. Tenho lembrança da minha mãe chorando, mas acho que por saudades do meu pai. Lembro também que eles se falavam com uma certa frequência por telefone, nos primeiros meses. Lembro vagamente das visitas dele, mais

vagamente ainda da frequência com que ele aparecia. Nos primeiros Natais, a lembrança mais forte é de ele me levar à banca de jornal do bairro e me comprar todas as revistas da Turma da Mônica e muitos pacotes de figurinhas, me empanturrar com sorvete e me levar de volta, exausta e feliz pela presença dele. E no meu aniversário de cinco anos ele também apareceu. Nem fiquei triste porque não me deu a asa-delta que pedi.

Deve ter sido no terceiro Natal em que ele foi me visitar. Tinha bigode e dentes muito grandes. Levou com ele a namorada. Denise. Desta vez, não fui levada para passear, fiquei só no hotel onde estavam hospedados. Ganhei uma boneca feia, cujo cabelo rosa crescia por obra de uma manivela que havia atrás do brinquedo. Depois da aparição dessa moça, não me lembro mais de ter visto meu pai em São João Del-Rei. Não para uma visita, pelo menos, porque sei que ele foi até lá algumas vezes para tratar do divórcio e de pensões alimentícias atrasadas. Mas acho que Denise nunca mais voltou.

Como as visitas não aconteciam mais, eu falava com ele por telefone. Numa das vezes, liguei pra contar que iria a Belo Horizonte para uma cirurgia de retirada de adenoide. Na verdade, eu vinha com frequência a BH, acompanhando minha mãe, que trabalhava àquela altura como vendedora de joias e mensalmente ia até o ourives pra buscar peças e catálogos novos. Ficávamos hospedadas na casa dos irmãos mais velhos dela, que também se mudaram para trabalhar, se casaram e tiveram filhos em Belo Horizonte. A parte boa era poder brincar com meus primos. A ruim era que as casas deles eram muito sujas para o que eu estava acostumada morando com a minha avó. Fui ficando assim, chatinha, mas nunca dei um pio a respeito da dificuldade que tinha ao usar o banheiro deles, porque a vovó ensinou que é falta de educação. Do processo pré e pós-operatório, lembro de uma rápida visita do meu pai na sala de espera de um laboratório. Ele me deu um beijo na testa e saiu com minha mãe, para que fossem discutir longe de mim. Provavelmente, por pensão alimentícia.

Dos anos seguintes, não tenho recordação do meu pai na minha vida. Talvez porque tenham sido difíceis, talvez porque ele não tenha aparecido mesmo. Em 1989 perdemos meu tio e mi-

nha avó, em um intervalo de quatro meses. Em 1990, a saúde da minha mãe ficou mais frágil. E, trabalhando de modo autônomo, não ter saúde é sinônimo de não conseguir fazer dinheiro. Em 1992, consta que meu pai foi preso por não pagar pensão alimentícia. Consta que só foi solto dois dias depois, quando os irmãos dele reuniram o montante que ele devia. Minha mãe me deu uma parte do dinheiro que recebeu, que devia ser hoje o equivalente a R\$ 500,00. Eu tinha 10 anos. Comprei tudo em vinil e fita K7 virgem.

Também em 1992, minha mãe resolveu morar junto com o namorado. Ele já estava presente há alguns anos. Me chamava de “monstrinha” porque, quando começaram a namorar, eu estava trocando os dentes da frente. Minha mãe nunca me pediu pra que eu o chamasse de pai, mas, como ele estava sempre ali, fosse pra me levar ao médico, fosse ao clube no fim de semana, então acho que foi espontâneo e natural que eu deixasse de escrever o nome do meu pai e pusesse o nome dele nas lembrancinhas comemorativas de Dia dos Pais que fazia na escola. Acho que eu já o chamava de pai antes que minha mãe resolvesse morar com ele.

Minha mãe sofreu um AVC hemorrágico em 1994, aos 39 anos. Já havia sido diagnosticada bipolar anos antes. Era uma figura forte. Aos meus olhos, era a Mulher-Maravilha. No inverno de São João Del-Rei, usava camiseta. Quando o vizinho eletricista tentou me molestar, ela o derrubou com dois socos no nariz. Tinha mania de limpeza. Passava enceradeira na nossa calçada de ardósia. Carregava o móvel mais pesado do mundo sozinha, apoiando-o nas costas. Pra mim, que assistia, e acho que pra ela também, era como se ela se sentisse responsável por carregar o mundo sozinha. E foi assim que ela lidou com o AVC: fazendo muita força pra carregar o próprio peso, o maior do mundo, sozinha, até ser capaz de fazer isso sem sacrifício de novo.

A lembrança seguinte que tenho do meu pai é dos meus 19 anos. Um salto bem grande no tempo que não sei justificar se é da minha memória falha ou do modelo falho de paternidade. Minha mãe já tinha se separado do meu padrasto, um ano antes. Eu estava na faculdade, trabalhava há três anos, morava em uma república – ainda em São João Del-Rei – e estava prestes a ir morar com a minha namorada. Não faço a menor ideia do que ele tinha ido fazer na cidade.

Minha mãe me avisou por telefone da presença dele, e eu os encontrei num café, depois do trabalho. Um encontro em que reinou a falta de jeito, minha, dele, da minha mãe. Levei um susto quando o vi, porque estava muito envelhecido. Não sabia como o chamava, então fiz esforço pra não precisar chamá-lo de nada. O tempo dele parecia ser curto, então não demorou muito pra ele dizer que minha mãe contou que eu era gay e que era fumante. Ele me disse que “estava feliz por eu estar feliz”, mas que fumar não fazia bem. Disse pra eu ir visitá-lo e conhecer meus irmãos, pegou meus telefones, me deu um beijo na testa e foi embora.

Nos falamos outras três vezes ao telefone depois dessa visita. Uma em 2004, pra me contar que iria se mudar para a Espanha – soube depois, e não por ele, que a mudança era por causa de uma namorada nova –, outra em 2010, três meses depois que minha mãe morreu, pra dizer que iria voltar e cuidar de mim, e a última, em 2011, pra pedir que eu o acolhesse, porque ele precisava de um lugar pra ficar e não estava bem. Ele já havia voltado para o Brasil dois meses antes de me ligar, sem a tal namorada. Fiquei muda, tentando processar o pedido que ele me fez, assim, seco, sem compartilhar nada da vida dele nem perguntar nada da minha. Numa explosão de raiva, tive coragem de perguntar como ele ousava me pedir algo daquele tipo sem ao menos fingir que estava interessado em saber de mim. Desabafei uma vida inteira de falta — que ele tentou compensar com meia dúzia de beijos na testa — em uma única frase, porque não fui capaz de dizer mais nada. Ele respondeu com um “eu entendo, me desculpe” e desligou. E nunca mais nos falamos.

Consta que ele morreu no dia 20 de setembro de 2012, de um câncer no fígado. Da causa da morte soube por um de meus irmãos. Descobriram meu telefone pra que eu assinasse um documento que permitia a eles resgatar uma quantia em dinheiro que meu pai deixou numa conta bancária. Consta que nenhum dos três filhos, com quem meu pai conviveu por mais tempo, quis recebê-lo quando voltou ao Brasil. Consta que ele viveu com irmãos e sobrinhos, desde que retornou até quando faleceu. Quando recebi a notícia de que ele morreu, chorei por cinco horas seguidas, em silêncio. Já era noite e não queria acordar ninguém. E ainda hoje, lembrando disso, fico triste por perceber que o choro não foi tanto por ele, mas por minha mãe.

Renata Valentim, 35 anos.



Não tenho pai, mas sou herdeiro

Conheci um homem que, quase aos 30 anos, casado e à espera de seu primeiro filho, procurou o suposto pai para fazer o exame de DNA e acabar com a dúvida que perdurou durante toda a sua vida. Bruno e Amilton: “bença, pai”, “Deus te abençoe”, “essas são as meninas que vão escrever sobre nossa história”. Amilton ri com seu jeito sério, Bruno brinca que daria uma novela. A casa é de Angélica, irmã de um, tia de outro, que ajudou na negociação do encontro decisivo que havia desatado o “disse me disse” que se alongou durante três décadas. “Como vai ser?”, pergunto, na expectativa de ver o arranjo da família recém-configurada para aquele momento. Primeiro um, depois o outro. “Melhor separados”, concordam.

Heitor, a terceira geração da família, com seus passos miúdos e dentes a apontar, era o único que transitava entre os dois livremente, sem as restrições e certas ressalvas que pareciam ainda envolver a relação há pouco construída de pai e filho. Talvez porque também fosse pequeno o suficiente para não entender como cada um contava, ao seu modo, como tudo aconteceu. Entre olhares e gestos inseguros, a recorrente “fulano já deve ter te contado isso” dava sinais da dúvida sobre a imagem que o outro fazia de si. No impasse, faço, neste texto, o diálogo que ainda não se concretizou.

PRESENTE

Como eu descobri e achei pai? A gente sempre morou próximo. Minha avó, mãe dele, mora na roça onde eu também vivi desde a infância. Eu sempre tive contato com o Wellington, sobrinho de pai, que era quem eu mais via. Aí, a partir da iniciativa da minha esposa, ele, mais uma outra prima e uma tia é que começaram com essa coisa de DNA... Lembro que essa prima mandou mensagem no Face se apresentando: “Eu sou Wilsa, deve tê uns 20 anos que a gente num se vê, mãe pediu pra você entrar em contato com tio Amilton, pra vocês resolverem a situação”. Eu falei: “tá, não tem problema não”. Eu tava até trabalhando, aí, eu falei assim: “ah, eu vou ligar pra ele, que, se não ligar agora, não ligo mais não”. Peguei o telefone:

— Seu Amilton? Boa tarde, tudo bem?

— Tudo bem. Quem tá falando?
— Ó, por aqui, seu suposto filho.

Ele riu, me tratou bem. Combinamos de nos encontrar no aniversário da filha do Wellington. *(Bruno, rindo)*

Foi há uns dois anos atrás. Nos encontramos no aniversário da minha sobrinha, conversamos, e ele me perguntou se eu queria fazer o exame. Vamos fazer, ué, mas eu quero saber se você está preparado se não for eu o pai, porque vai ficar muito sem graça, né. Mas, se for eu, você vai ser meu filho igual aos outros, sem problema. (Amilton)

Eu me apresentei pra ele, pros filhos, pra esposa. Ele foi tranquilo, não botou empecilho nem nada não. Só falei que eu não queria ir na casa dele. Eu achei que ia ser muito chato. Do nada, você tá lá, tranquilo, com a sua vida, sua mulher, seus filhos, bate um barbudo na sua porta e fala assim: “PAI!”. *(Bruno)*

Eu não fiquei muito empolgado porque eu tinha medo de não ser e, aí, ele ficar decepcionado. Se não fosse eu, de quem mais ele ia sair cobrando pra fazer o exame? (Amilton)

No final do ano mesmo, em novembro, a gente fez o exame. Quando a gente tava indo fazer, eu falei: “ê, seu Amilton, agora sai ‘seu Amilton’ ou sai ‘pai!’”. *(Bruno)*

A certeza dele fazia com que eu tivesse certeza também, parecia que tinha uma coisa que tava falando. O médico ficou impressionado que eu queria fazer mesmo, parecendo que eu tava sendo obrigado. Eu falei: “não, vou fazer porque eu quero fazer”. Recebemos o resultado, deu positivo, foi no dia do aniversário dele. (Amilton)

Ficou pronto dois dias depois do meu aniversário. No máximo 15 dias depois, ele descobriu que ia ser avô. Ganhou um filho e um neto. *(Bruno)*

VAI APONTAR PRA QUEM?

A história do Bruno foi a seguinte, são uns fatos que, às vezes, não dá nem pra falar. A gente morava na roça, e a mãe dele sempre foi meia doidinha, e, pra falar a realidade mesmo, lá não tinha mulher, e tinha ela, que muita gente usava. E quando a gente é novo, juízo também é pouco, então eu também usei. E, aí, o menino cresceu sem saber quem era o pai, falavam que era eu, e também que era outro. Ele foi criado junto com a minha mãe, com os meus irmãos que moravam lá na roça, meus sobrinhos. Eu nunca neguei que eu era pai dele, eu sempre falei que a mesma possibilidade que eu tinha de ser, tinha de não ser também. (Amilton)

A minha mãe é um caso à parte. Ela tem um pequeno problema neural, uma parte cinza no cérebro... hoje, eu não vou saber te falar o nome da doença que foi diagnosticada nela não. Então, como ela, digamos, tinha uma sexualidade aguçada, o pessoal aproveitava, né. E, nessas idas e vindas, eu não sei se foi azar ou sorte, engravidou. Como mãe tinha relação com outros homens da região... vai apontar pra quem? *(Bruno, já mais sério)*

Um dia, eu tava conversando com o Bruno e falei com ele: “uma coisa incrível, eu fui o único que usei uma vez só”. A gente tinha contato porque era vizinho, conversava com a família, mas contato amoroso, de relação, foi só uma vez. Quando ela ficou grávida, eu sempre via ela, mas era o mesmo impasse, porque ela tinha uns namorados que frequentavam a casa dela, permitido até por uma tia dela, e essas pessoas foram vistas tendo relação com ela não foi uma vez só. Mas não quer dizer que é a quantidade, né. (Amilton ri, ainda sério)

PEREGRINAÇÕES

Eu saí lá da roça quando ele era ainda pequeno, criancinha, então eu não vi ele mais. A mãe morava lá também, mas ela arrumou um companheiro e se mudou. (Amilton)

Até os meus 12 anos, quem me criou foi a irmã do meu avô por parte de mãe. Aí, essa tia minha veio a óbito, e eu fui morar com um irmão dela, lá próximo também, até os 17. Daí em diante, eu vim pra cidade e tô aqui desde então. Eu vim morar na casa de uma tia minha pra terminar o segundo grau e conseguir trabalho. Terminei, voltei pra roça, depois voltei pra cá de novo e tô aí até hoje. *(Bruno)*

A família dele conversava muito, ele inclusive foi muito maltratado, eu também já morei na casa dos outros e sei como é difícil. O que eu fico sem graça, até hoje, é de não ter educado, dado carinho de pai. Apesar de tudo, ele me respeita muito, não tenho nada a reclamar dele não. Mas eu sempre acho que tá faltando alguma coisa que eu não fiz, o ruim é isso. *(Amilton)*

Em época de escola, era complicado, as professoras passavam um aperto comigo, porque tinha que fazer carta pra pai, e eu ia fazer pra que pai? Crescer sem pai foi muito, muito complicado. Eu tive figura paterna, em termos, de um tio, irmão do meu avô. Ele me criou, eu tive ele como pai. Mas todos os coleguinhas tinham pai, só eu que não. Foi uma fase terrível. Pré-adolescência, adolescência, que a gente fica rebeldezinho sem causa... mas passou, passou. *(Bruno)*

O BOM FILHO A CASA PROCURA

Minha mãe, como não era muito normal, entre aspas, ela tinha um carinho por mim, mas não sei explicar pra vocês... Quando eu tava com 12 anos, ela arrumou um namorado, num sei se veio a calhar, mas a família é extremamente racista, e ele é negro. Negro mesmo. Como ele mesmo brinca, tem cor de brasa apagada. E o meu avô abominava negros. Ele gostou da minha mãe, minha mãe gostou dele. A família não aceitou, ele pegou ela e foi embora. E não deu notícias mais não. Eu fiquei sabendo que ela tinha saído da casa, mas pra onde ela foi, ninguém ficou sabendo. *(Bruno)*

Depois que nós nos conhecemos e ele veio me perguntar, eu falei: Bruno, acho que a primeira coisa que você tem que fazer é procurar a sua mãe, ela pode ser o que for, mas ela é a sua mãe, a gente tem que respeitar quem carregou a gente na barriga. *(Amilton)*

Na época, o pessoal tinha colocado um site aí que chamava *Nomes Brasil*, digitei o nome de mãe, e caiu o CPF dela lá. Foi com ele que eu descobri que o título estava ativo e onde ela votava, numa cidade no norte de Minas, chamada Lorena. Nessa história mirabolante, esse meu primo, Wellington, não sei se é ajuda divina, ele trabalha no shopping, e chegou um policial pra comprar uma TV com ele, e adivinha? Ele atuava perto da cidade da minha mãe. Aí, o Wellington falou assim: “se você tiver uns cinco minutinhos, vou te contar a história de um primo meu que tá procurando a mãe dele pra esses lados”. Uns 15 dias depois, o telefone toca. Era o policial:

— Ó, eu tô com uma senhora aqui que eu acho que deve ser a sua mãe.
— Bruno, meu fio! (ele conta, rindo)
— Sou eu mesmo, mãe! Como é que a senhora tá?
— Tudo bem! Tô joia... Tô com a polícia aqui em casa aqui. Tem três policiais aqui em casa!
— A senhora pode ficar tranquila! Não é pra prendê a senhora, não! É porque eu pedi pro pessoal te procurar pra saber se a senhora tava aí mesmo.
— Achei mãe, depois de 19 anos. Isso foi em maio, no final do mês a gente já foi lá, e esse ano a gente voltou, pra ela conhecer o neto. A casa da minha mãe tava igual romaria, de tanta gente querendo conhecer o filho que a Ereni tanto falava e ninguém acreditava! *(Bruno)*

HERANÇAS

Quando eu resolvi procurar pai, já tava beirando os 30, casado e pensando em ter um filho. Minha esposa ficava, “tem avô, vamo descobri o avô, né?”. Não podia ficar... entre intermédios e intermédios, tá aí, né... achamos! Não era difícil, eu sabia onde tava! Era mais medo, receio...”. *(Bruno)*

Um dia, chegou um rapaz no meu serviço me procurando e falou: “Amilton, conheci seu filho que trabalha na Rocar”. Eu falei: “não tenho filho que trabalha na Rocar, não”; ele falou: “tem sim, ele falou comigo que é seu filho, ele chama Bruno”. Aí, eu falei: “ah, rapaz, é o Bruno! Ele diz que é meu filho, mas a gente não tem certeza não”. Ele falou: “nossa, mas ele é gente boa demais”. Eu sei que ele é gente boa, mas, pra falar que ele é meu filho mesmo, nós vamos ter que fazer exame. (Amilton)

A vida inteira o pessoal falava que ele era o meu pai. Gênio, aparência física, modo de caminhar, até modo de agir também, tudo igual. Meu gênio é muito forte, e a família da minha mãe falava: “aquele lá é filho de Amilton mêmô, grosso igual ele!”. Eu cresci ouvindo as pessoas falando isso, que era meu pai, era meu pai. Mas, pô, ninguém tinha instrução de nada, criado no meio do mato. Ninguém pegou minha mãe e falou “vamo fazer o exame”, ninguém teve essa tenência de nada não. *(Bruno, mais sério)*

Eu achava ele parecido não comigo, porque a gente, criado na roça, não tem fotografia de criança. Agora que eu conheci ele depois de velho, eu acho ele parecido com o meu filho mais novo, o Clésio, mas, quando ele era pequeno, eu não achava que ele parecia comigo não. E a mãe dele era mulher de vários homens, então ficava “é filho de fulano, parece mais com cicrano...”. (Amilton)

Acho que, dos três filhos dele, eu sou o que mais parece. A ignorância é a mesma, o coração bom é o mesmo. Então, não tinha surpresa. Não tinha pra onde correr... era isso mesmo, nem cogitei a hipótese dele não ser meu pai. *(Bruno)*

CRESCEI E MULTIPLICAÍ-VOS

A gente nunca conversou a respeito disso, não. Acho que ele não tinha condição de assumir e, enfim... também, isso não me interessa. Não quis assumir, não quis mesmo, foi embora. Pelo fato da minha mãe ter os problemas que ela tem, pelo fato de outros homens manterem rela-

ção com ela. Acho que, na época, ele foi o azarado de ter engravidado. Ele não ia me procurar, ele não tava nem aí, pra ser sincero com vocês. *(Bruno)*

Na época que ele nasceu, até que não, mas, depois de grande, eu tive curiosidade de procurar ele, fazer o exame, até que ele me procurou. (Amilton)

Acho que não. Nunca mantive essa ilusão, porque foram se passando os anos, né. Foram mais de 29 anos, não foram 29 dias. Nunca me procurou, e eu nunca achei que ele fosse me procurar, não. (Bruno)

A mãe dele também não sabia quem era. Então, nunca tive problema, ninguém quis me obrigar a nada. (Amilton)

Apesar dos problemas que a minha mãe tem, ela sabia quem era meu pai. Ela só não falava, até porque ninguém deve ter perguntado pra ela mesmo. (Bruno)

Eu não vou negar pra vocês que eu gostei do resultado, porque é uma coisa engraçada, vocês são novas ainda e vão ser mães, a gente não tem como negar o filho, a natureza não deixa. Tem umas coisas que não tem como a gente explicar, não tem como sair fora. A partir do momento que fala “fulano é seu filho”, aí o amor de pai aflora, fala mais forte, aí a gente já passa a ver aquela pessoa como filho, e é bom a gente saber que tá perpetuando a raça. (Amilton)

SEGUINDO O SCRIPT

Toda a vida, eu fui muito enérgico com meus filhos, nunca aceitei coisas fora do foco. A gente que é pai tem o primeiro lema, que é: o filho tem que respeitar os pais, não só os pais, mas todas as pessoas. Então, eu até falei com ele, se eu for seu pai, a única coisa que você vai ter que fazer como filho é me respeitar, se você fizer alguma coisa errada,

eu vou chamar a sua atenção, se você fizer algo bom, eu vou te dar os parabéns. Eu acho que o pai começa por aí. Certo é certo, e errado é errado. Certo a gente pode fazer, errado, não. (Amilton)

Eu sempre quis ser um pai presente. Esse rapazinho aqui, eu crio ele desde os sete meses, sempre ficou comigo, porque a mãe trabalhava, eu não, e a gente não tinha condição de pagar babá. Procuro dar pro meu filho o que eu não tive, o que meu pai não me deu: carinho, afeto, estar presente. Uma coisinha supérflua, igual brinquedo, se a gente puder dar, a gente dá... mas eu quero criar ele da forma como eu não fui criado, com a presença paterna dentro de casa, que eu tive, mas, na verdade, meio que terceirizaram a paternidade pra mim. (Bruno, com Heitor no seu colo)

Hoje, nós temos um convívio muito bom. Ele frequenta minha casa, vai toda semana lá, já fui na casa dele também. A gente conversava muito por telefone, quase todos os dias. Quando ele vai pra roça, a gente sempre se encontra lá. Uma relação de pai e filho mesmo. Eu não sou muito de ficar procurando as pessoas, mas tudo bem, sem problema. A gente só fica, assim, com receio. Não de magoar, mas de decepcionar, ele falar: “pô, esse pai que eu procurei toda a vida?”. Hoje, é só isso aí que eu tenho receio. (Amilton)

*

Não, ainda não colocou o meu sobrenome no dele, mas tem que colocar. Isso daí é porque a gente ficou relaxado, porque já era pra ter colocado. Eu até cheguei a falar com ele quando a gente fez o exame, mas ele vai colocar sim. (Amilton)

Ah, não pus o nome de pai nos meus documentos ainda não. E nem vou pôr. Neeem... dá um trabalho danado! (Bruno)

Filha de Chibil, Chibilzinha é

Em 15 de janeiro de 2004, o *Diário de Cuiabá* noticiava o que parecia ser a resolução do caso que agitou um pequeno município a pouco mais de 100 km da capital mato-grossense. “POLÍCIA PRENDE SUSPEITO DO ASSALTO A VENDEDORA DE JÓIAS”. Comoção em toda a cidade e um prejuízo avaliado em quase R\$ 200 mil. O acusado, Luciano*, “mais conhecido como Chibil”, informou o policial.

Passados mais de 10 anos, quem narra o caso é Jussara*. Ao lado da amiga Larissa, ela relembra o dia em que descobriram o ocorrido em uma busca simples na internet pelo nome dele. O único vestígio que Jussara tem do pai, que nunca conheceu. “Por isso, a gente brinca que ela é Chibilzinha”, conta Larissa, enquanto Jussara explica que a investigação também tinha passado por sites de desaparecidos e pelo Facebook. A procura, primeira e única que realizou, se deu pela insistência das amigas. De sua parte, nunca houve nenhum tipo de interesse, ela garante – a não ser pelos irmãos, que imagina ter pela fama do pai.

“Como é que conta?”, Jussara questionava, a mim e a ela mesma. Caminhoneiro, Luciano viajava pelo Brasil todo. Além do assalto à joalheria, em seu currículo constam meia dúzia de processos e dívidas em bancos. Há também empresas na sua cidade natal, no interior de Cuiabá, em São Paulo, no Piauí e no Maranhão. Em Uberaba, contudo, ele deixou mais que um nome sujo. Foi do namoro com Ana Elisa* que Jussara nasceu.

De cara, ele não quis a gravidez. E as chantagens logo deram lugar às ameaças. “Ele falou que não queria o bebê, pediu pra minha mãe abortar. Depois, falou que ela tinha que escolher se era ele ou eu, e, se ela ficasse comigo, ele iria embora. Aí, ela falou ‘beleza, pode ir’. Mas ele prometeu que, se a gente procurasse por ele algum dia, mandaria nos matar”.

Com a ajuda da mãe, Ana Elisa criou a filha. Do ex-namorado, que sumiu antes mesmo de a criança nascer, nunca mais teve notícia. “Há pouco tempo, o pessoal do governo, daquele programa novo, *Pai Presente*, foi atrás da minha mãe para procurarem meu pai e me registrar. Ela ficou puta e muito triste, porque sofreu muito preconceito na época, até para me

registrar os caras foram ruins com ela. Uma das minhas melhores amigas, quando pequena, não podia brincar comigo porque a família proibia. Só porque eu era pobre e filha de mãe solteira. Acredita?”.

No silêncio e na indiferença da família sobre o pai, as palavras da avó eram as poucas que ecoavam para Jussara. “Não vai arrumar homem igual seu pai não, hein!”, aconselhava com a severidade de quem tinha na menina mais que uma neta.

— Minha avó é tipo meu pai. Mentira, ela é minha mãe e meu pai, e minha mãe é tipo minha irmã — diz Jussara.
— Ela foi criada muito mais pela avó dela do que pela própria mãe, acho que porque sua mãe saía pra trabalhar, né? — explica Larissa.
— Enquanto minha mãe trabalhava, minha avó me criava, aí, eu chamava minha avó de mamãe, e minha mãe ficava triste. Mas eu era pititinha, depois aprendi a chamar minha mãe de mãe e a avó de avó. Minha relação com minha mãe é diferente, a gente é tipo *brother*, sabe? — completa Jussara.

UMA PAIXÃO DE PAI PARA FILHA

A falta do nome do pai na certidão nunca foi problema para Jussara. Até o Dia dos Pais na escola virava festa, já que a mãe sempre fez questão de aparecer. “Ela ficava mais empolgada do que no Dia das Mães”, conta. O maior dos constrangimentos se deu por outro motivo: o futebol, uma das grandes paixões que fez de profissão. Constantes, as perguntas sobre a origem do gosto que parece excepcional causam desconforto.

— Na verdade, existe uma pergunta implícita aí, que é “ah, você gosta de futebol por causa do seu pai? — reflete Larissa.
— Nossa, eu fico muito puta, não por causa do meu pai, mas por causa dos outros, que ficam me enchendo o saco. Eles falam assim: “como você gosta de

futebol, então?”. Eu digo que é porque eu gosto. Também sou viciada em videogame, o primeiro que ganhei foi da minha mãe, quando eu tinha cinco anos. Aí, eles perguntam: “você aprendeu com quem? Com seu irmão?”. Não. “Com seu pai?”. Não. Eu tenho que ficar explicando. Dessa história toda, o que me deixa com raiva é isso — Jussara explica.

Viver com duas mulheres foi suficiente para Jussara aprender o bê-á-bá do futebol. A mãe, “torcedora doente”, tem o mascote tatuado no braço como homenagem ao time do coração. Já a avó, apesar de negar torcer para algum time, sabe de cor o nome de todos os jogadores e não perde nenhuma partida. “Ela até finge que tá passando mal dia de jogo pra não ir pro serviço”. Mas Jussara admite que a mãe e a avó passaram a gostar ainda mais por causa dela, que hoje trabalha com jornalismo esportivo. “Não coloca meu time aí não, se esse seu livro faz sucesso, acaba com a minha carreira. Não é pra você colocar, não esquece!”, ela me orienta.

— A história da Jussara vai ser parecida com a da Joelma, da banda Calypso. Depois que ela fez sucesso, o pai dela surgiu das cinzas e procurou por ela. Quando a Jussara estiver apresentando o Globo Esporte, o pai dela também vai surgir assim. Você conhece a história da Joelma? — me pergunta Larissa.

Em mais uma edição dominical do Programa do Gugu, aquela seria uma das centenas de vezes em que a cantora Joelma precisaria explicar o porquê do desentendimento com o pai, que tinha ido a público reclamar o seu abandono. “Aparece agora pra pedir dinheiro, claro. Ele nunca deu nada pra gente e ainda batia nela, em mim e nos meus irmãos. Batia mesmo, de espancar. A minha mãe acordava com a cara toda estourada e precisava trabalhar pra sustentar a gente. Tem 26 anos que eu não via ele, isso me revolta muito”, contou a artista, entre lágrimas, enquanto era transmitida para todo o Brasil.

— Eu acho até bom não ter pai, porque todas as experiências perto de mim com pai são horríveis. Uma amiga minha era espancada pelo pai, outra, o pai não

deixava fazer nada ou largava quando ela já tinha afinidade, o que é pior ainda. Então, eu dou graças a Deus que meu pai sumiu. Como eu não conheci ele, não tenho saudade. Talvez a Larissa, como foi criada com o pai dela, sinta mais falta. Né, Larissa?

É PARA SEMPRE, ENQUANTO DURAR

Das mancadas do pai, que não foram poucas, Larissa tem aquelas que guarda vivas na memória. E, mesmo com o passar dos anos, ainda sofre por cada uma. “É diferente da Jussara, porque ela nunca teve a presença do pai, não sabe o que é. Eu já tive e era superagarrada com ele. Dos meus irmãos, eu fui quem teve a relação mais forte com meu pai”, conta.

A mais marcante aconteceu em uma sexta-feira, quando se preparava para a viagem de Turmalina com destino a Uberaba, onde cursava o ensino médio. Uma das muitas que marcavam o fim de suas férias, e o abraço da mãe ficava mais apertado. Repetido incontáveis vezes, aquele seria um trajeto como qualquer outro, não fosse por um detalhe: era seu aniversário. Antes de embarcar, passou na loja do pai, onde os encontros entre eles aconteciam já há alguns anos. Com a timidez que lhe era usual naquela relação, baixinho, quase sem poder ser ouvida, lembrou-lhe da data.

— Seu aniversário? Então toma aqui R\$ 50,00 — disse o pai.

A resposta, lançada quase no modo automático aos ouvidos de Larissa, foi recebida com o sangue quente de quem, apesar de não mais se surpreender, conseguia ainda se chatear.

— Eu virei e falei: “Não, pai, brigada”. Dei tchau e fui embora, saí arrasada. Não era isso que eu queria, sabe? Depois desse dia, voltei umas duas ou três vezes em Turmalina e não fui na loja dele. Nem deve ter feito falta.

Terceira de quatro filhos, Larissa conta que foi a única planejada. Com os dois mais velhos já morando na cidade por causa dos estudos e um marido que mal aparecia em casa, a mãe precisava de companhia. Menos de um ano depois, nasceria o último. Apesar das proibições do marido, “que não colocava nada dentro de casa”, Lourdes precisava trabalhar para sustentá-los. No início, uma pequena horta ajudava no orçamento. Mais tarde, de faxineira passou a dona do próprio bar, que lhe garantiu independência financeira para cuidar dos filhos crescidos e se divorciar do marido.

“Sempre foi um relacionamento muito abusivo. Quando eu tinha uns cinco anos, meu pai chegou em casa bêbado, não lembro bem o motivo, e deu um murro na minha mãe. Com o olho roxo, ela prometeu denunciar e foi à delegacia. Mas acabou tirando a queixa por causa de pressão das minhas tias, que diziam que aquilo não ia pegar bem pra família. Até hoje, ele manda cartas ameaçando ela”, conta Larissa.

O primeiro ano de separação não foi nada fácil. À época com dez anos, ela se lembra das dificuldades financeiras e afetivas por que passaram ela, a mãe e os irmãos. Do pai, a principal recordação que tem é a ausência que, antes já latente, começou a tomar forma. Brigas por pensão e divisão de bens compunham o pacote do novo rearranjo familiar.

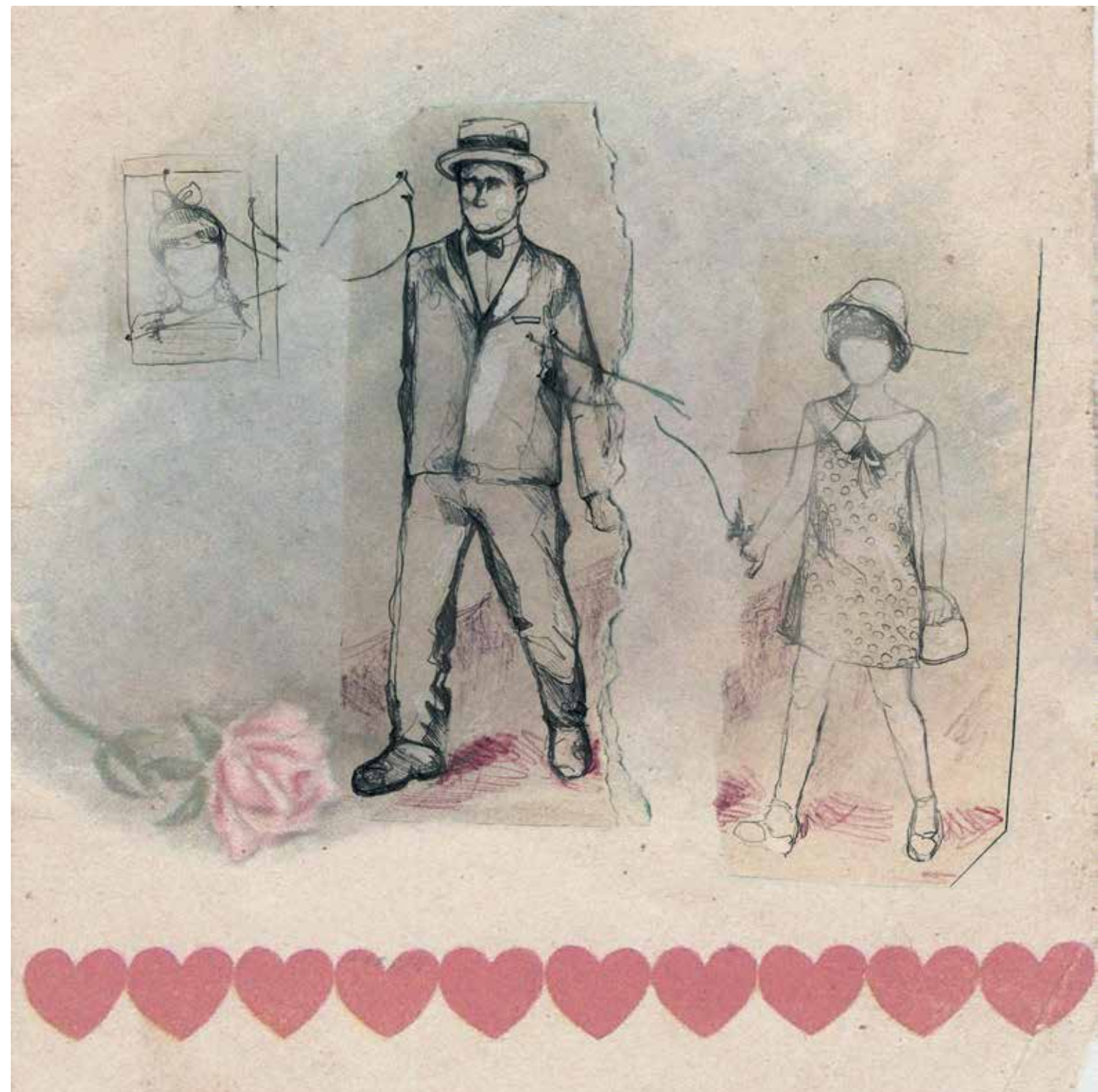
— Eu quase não via meu pai direito, achava que ele não tava ligando pra mim. Aquilo era o cúmulo do absurdo, porque antes eu via ele todo dia, né, aí eu comecei a sentir muito a falta dele — conta Larissa.
— Mas vocês visitavam ele, né? — indaga Jussara.
— Sim, minha mãe sempre fez questão. Ela obrigava eu e meu irmão a dormir na casa dele todo fim de semana pra não perdermos a ligação. Mas eu comecei a perceber que meu pai não importava, porque ele saía, ia pro bar beber, pro forró, deixava a gente sozinho. Eu comecei a cair na real e disse pra minha mãe: “Não vou mais me prestar a uma coisa dessas!” Claro que não foi nessas palavras, porque eu era nova, mas você entendeu. Eu não queria mais ir lá.

Duzentos e cinquenta era o valor da pensão que, apesar de baixa, nunca era paga. Antes de desistir de vez, a mãe, instigada pela filha mais velha, denunciou o ex-marido. Larissa sabia que aquilo era o certo, o pai precisava cumprir com as obrigações e a mãe passava por dificuldades para sustentar os quatro filhos. Mesmo assim, não pôde se conter. “Ele ficou preso só de um dia para o outro, as minhas tias, irmãs dele, foram lá e pagaram a dívida. Eu tinha me preparado, sabia que ia acontecer, mas chorei a noite toda”.

Ainda resta uma enorme briga judicial pela divisão dos bens, que vem se arrastando pelos últimos 12 anos. Na época, em comum tinham uma casa, em que o pai mora, o bar, administrado pela mãe, um carro e uma moto. Mesmo as duas propriedades tendo sido avaliadas aproximadamente no mesmo valor, o pai não aceitou a partilha. Segundo Larissa, pelo simples fato de nunca ter aceitado a separação. “Já que não houve acordo, a juíza determinou que vai tudo pra leilão. E a gente ficou muito puto com o meu pai, como ele, que não paga nada de pensão, quer tirar o bar da minha mãe, que sustenta a gente?”.

Pelo que chama de obrigação, Larissa ainda mantém contato com o pai, e só porque ela e os irmãos o procuram. À vista, parecem meros conhecidos, já que as conversas não ultrapassam a superficialidade de quem não tem mais uma vida em comum. Quando pergunto se ainda sofre e sente saudades, ela oscila em dizer que não.

- Vou porque me sinto obrigada. Penso que, se ele ou eu morrer amanhã, pelo menos eu fiz minha parte. Se ele não quer fazer a dele...
- Você já pensou o que vai fazer quando o seu pai morrer? — pergunta Jussara.
- Eu e minha irmã já até conversamos sobre isso, se sentiríamos falta dele. Apesar de ter sentimentos, por ele ser meu pai, a resposta foi não.



Há bares que vêm para o bem?

Tudo começou com o tal do “ficar”, conta Leonardo*. A jovem, que vinha do interior de Minas, logo ganhou o seu olhar. Depois, veio o carinho e a exclusividade. Com cinco ou seis meses de envolvimento, a moça, que agora seria mãe, quis se afastar. Contrariada, dizia que não queria ter a criança. Se tivesse, criaria sozinha. “E eu, com o meu papel de homem, eu falava assim: não, nós vamos criar essa criança! Nós vamos ter, eu vou te acompanhar. Vou fazer tudo que for necessário pra ter uma pessoa de bem nesse mundo, né, que é essa criança que ia vim”.

Leonardo seria pai aos 27 anos, quando sua condição financeira ainda não era capaz de lá tantas coisas. Por isso, foi na casa de Cecília*, mãe do rapaz, que a barriga de Raíssa* cresceu ao longo dos nove meses de espera regados a enxoval, mimos e caprichos. Leonardo associa toda a festa ao fato de ser “o primeiro homem” da família de sua mãe e de seu pai. O primeiro neto e o primeiro sobrinho, também.

Mas, quando Raíssa avisou que precisava ir ao hospital, foi o último. “Cê tá fazendo hora! Eu vou tomar meu banho!”, respondeu, emburrado demais para acreditar. O motivo por que perdeu o nascimento de sua filha tem uma explicação: queria desmontar os móveis da namorada de um jeito. Ela, de outro. Foi sua mãe quem prestigiou quando, às cinco horas da manhã, nasceu a menina. Leonardo recebeu a notícia por telefone, sozinho em casa. Luiza* era uma criança linda e saudável. “E o mais engraçado: minha mãe falou que ela era a minha cara!”, ele conta, rindo.

Passou na floricultura e escolheu “o buquê mais bonito que poderia comprar”, enfatizando que não poderia fazer economia com isso. Balanço a cabeça e sinto, na relevância que dá a esse gesto, uma preocupação em mostrar que não era um cara insensível. Mas, para a sua surpresa, não pôde entrar no hospital com as rosas. “Eu cheguei lá fazendo um *live*, né! Ela tava dormindo, com soro, deitada, recuperando e tal. Foi muito legal! Eu fiquei muito emocionado, chorei, abracei ela... aquela coisa de pai, né!”.

Até hoje, Leonardo tem as filmagens do momento, contendo o cisco de emoção ao recordar o

primeiro encontro com a filha recém-nascida. “Fazia um tempão que eu não lembrava disso”, ele justifica o olhar meio abalado e continua a história com a mesma riqueza de detalhes. Havia, ali, uma sede por falar interrompida, a todo momento, por sua cabeça, que ia de um lado para o outro, como se suspeitasse da chegada de alguém. Mas, ao som da música que tocava em seu bar e entre nove pausas para atender a demandas do trabalho, levamos a conversa adiante.

A essa altura, o bebê precisava de um lar. “A mãe morava numa casa que era bem simples, e minha casa dava um suporte pra ter uma criança, mas não era o que eu queria como homem”. Foi então que Leonardo começou a trabalhar duro para conseguir alugar um apartamento. Até porque, na casa de sua mãe, as coisas já não iam tão bem. Cecília tentou, mas não pôde impedir: o filho conseguiu um novo emprego e deixou o ninho materno para viver o que descreve como uma “família feliz”.

A vida de casal poderia começar da maneira como Leonardo desejava. “Nesse tempo todo, a criança foi desenvolvendo, e, aí, a gente vai tomando amor. E eu brincava com a mãe, porque eu tenho cabelo liso, e a criança tinha o cabelo encaracolado”. Mas a brincadeira não era levada tão a sério porque a pele “muito branquinha”, os cílios “muito bonitos” e o nariz “um pouco gordinho” de Luiza lembravam os seus. Mesmo assim, ele caçoava: “Ou, esse filho é meu mesmo?”, ao que a companheira revidava, “quer fazer exame de DNA?”. Sempre da boca pra fora, mas com uma certa dose de insegurança que começou a vingar conforme o casal se conhecia melhor. “Ela começou a contar os casos da vida dela, envolvimento com algumas pessoas aqui de Belo Horizonte enquanto ela morava em outro estado. E eu fiquei um pouco assustado pela franqueza dela e pelas pessoas que ela tinha relacionado. Sabe? E eu ficava: ‘sério? Cê tá falando sério mesmo?’ E não foram poucos!”. Convencido de que Deus teria colocado Raíssa ao seu lado, Leonardo tentou deixar o susto que sentiu para lá. Mesmo assim, ele completa como se não pudesse deixar de observar: “e ela foi muito franca. Não falou com um certo pesar. Eu acho que não deveria ter pesar não, mas eu sou muito moralista. Eu sou meio machista, sabe?”.

Aos poucos, o casal foi se afastando, e a presença de um amigo que os visitava começou a incomodar. “Eu percebi que ela ficava muito entusiasmada quando ele ia. E eu sou homem, né? A gente tem um sentido assim, de proteção”, Leonardo afirma e prossegue narrando uma história cujo desenrolar seu “sentido de homem”, como diz, já previa há algum tempo. “Tava logado na conta do meu *brother!*”, Leonardo descreve o tom da conversa que leu no Facebook: de “putaria” à “pornografia”. “Ele deixou o login lá pra eu ver. Eu entendi esse recado, porque, no início, ele tava relutante, mas eu vi que ela tava assediando ele mesmo, e eu conhecia ela, eu sabia... com todo respeito, ela foi muito fácil pra mim, né. Então, eu já vi que eu tava envolvendo com uma pessoa que... não era puritana, né. Eu já esperava uma certa conduta dela assim, mas não tão dentro do meu ciclo, né.” Se ficou magoado? Ficou “puto”, ele diz. “Eu tava sendo um homem de trabalhar, lutar pra não faltar nada dentro de casa, pra dar uma educação pra menina, e ela destruiu”.

Assim, o mesmo cara que Leonardo recebia em sua casa como amigo para tomar uma breja gelada se tornou um “pé-rapado”, “escroto”, “usuário de droga”, “maconheiro”, “marginalzinho”, “de alargador na orelha”, “*piercing* na cara”, “boné aba reta”, “andando a pé porque não tem dinheiro pra comprar um carro”. “Sacou?”. “Pegasse um bombadão aí rico. Eu ia ficar feliz, véio. Vai viver sua vida, sacou? Eu vou viver a minha vida e pagar pensão pra minha filha. Isso me machucou, ela me trocar por uma pessoa pior. Sabe?”.

Machucado, porém não triste, como faz questão de ressaltar, Leonardo foi descarregar seu ódio sobre Raíssa e me conta que chegou a ameaçá-la. Pergunto como, e ele responde tentando reproduzir um pouco da entonação do momento: “Ô, véio, é isso que cê quer? Eu podia te matar aqui, agora! Sua retardada, idiota!”. Apesar disso, garante: estava cego e não iria tirar a vida de ninguém. Mas nem sua mãe, que presenciava o conflito, acreditou. Disse que chamaria a polícia se ele não fosse embora.

“Alguém tinha que me controlar. Como eu era o homem da casa, não tinha ninguém que eu escutasse, sabe? Então, o que bota medo nas pessoas é autoridade, é hierarquia, alguém

sempre maior que você. Então, a única pessoa que podia me controlar era a porra do policial”. Mas a polícia apareceu só dois dias depois, quando Leonardo foi enquadrado pela Lei Maria da Penha por ameaça. “Ela tinha que eximir a culpa dela de ter sido infiel e me crucificar por alguma coisa, sabe? Eu não fui inteligente o suficiente pra entender a situação e sair com elegância, né. Eu não tiro a razão dela não, porque eu falei, né... falei merda. Ela tinha que se precaver”, Leonardo reflete e finaliza a cena do conflito dizendo que Raíssa pegou as coisas dela escoltada por policiais e foi embora.

Solteiro, diz que não se entregou. Pelo contrário, se viu mais feliz ainda, porque morava sozinho e podia levar quem quisesse “pra dentro de casa”, conta, com ares de adolescente. Mas logo revela que a solidão passou a incomodar e significar saudade da filha e de desejar “bom dia e tal” a alguém quando acordasse.

Luiza estava prestes a completar dois anos, e ele não a via há um mês. Culpa da mãe, é o que Leonardo sugere, inconformado. “Ela falava que tava com medo. Ela usou! Mulher é inteligente! Ela usou isso pra domar a minha raiva. Ela usou a criança”. Apesar de admitir que, neste mundo doido, não podemos duvidar de ninguém, ele continuava cético em relação ao medo todo que “supostamente” causou com sua ameaça.

Foi preciso muita mansidão e delicadeza para conseguir ver a menina completar o tão aguardado segundo ano de vida. A data não passou em branco. A partir de então, Raíssa e Leonardo passaram a se comunicar apenas por e-mail. Vez ou outra, se encontravam para que Luiza passasse um tempo com o pai. Natal também foi motivo de reunião na casa da avó da criança, quando uma recaída deu vez a um único e último beijo, já que “fui traído e tal, mas foda-se, né, véio!”.

PRESENTE DE GREGO

Em sua vida, tudo aconteceu muito rápido, Leonardo explica, enquanto me perco no tempo de suas histórias, que agora ganhavam uma nova personagem. “Uma menina”, ele se refere

a ela. Nove anos mais nova que ele, Jéssica* beirava os 20, era “muito bonita” e “tinha um corpão”, em suas palavras. Resistiu a todos os caras que “chegaram nela” em uma festa em que trabalhava, ele lembra o episódio como se aquele tivesse sido um pequeno indício de toda a fidelidade que procurava em uma mulher.

Além disso, um passado de identificação e empatia unia os recém-formados pombinhos. Da parte dela, um aborto espontâneo. Dele, mais um mês “privado” de ver sua pequena, já que Raíssa não respondia mais os e-mails e também não atendia às suas ligações. Leonardo garante, cheio de orgulho, que não deixava de cumprir com as obrigações financeiras de pai: depositava dinheiro para o que fosse necessário e comprava roupinhas. Mas quem entregava era sua mãe.

“Nesse sofrimento todo, essa menina que eu tava me relacionando, ela foi esperta. Porque ela veio pra cá, conheceu umas pessoas que só queriam momentos, queriam só satisfação na hora, queriam ficar, sem nenhum compromisso sério. Ela viu que eu era uma pessoa mais séria, de família”. Leonardo conta que Jéssica decidiu “por conta própria”, faz questão de frisar, parar de tomar anticoncepcional. Segundo ele, a moça queria surpreendê-lo. Fruto da comoção que sentia ao ver o sofrimento do namorado em relação à distância da filha, teve a intenção de dar a ele a possibilidade de ser pai novamente.

Leonardo conta que chorou muito. Se de tristeza ou de felicidade, não sabe dizer. “Tipo, eu já tava com problema com uma mulher, agora mais outra? Eu falei: essa menina é doida, mas, agora que ela tá grávida...”. A princípio, um ponto lhe preocupava: como conversaria com os pais de Jéssica? Família “rica”, “de policial” e “de grife italiana importada”. E, além disso, “uma família muito moralista e bem machista”. Já ouvi essa descrição antes, penso.

À notícia da gravidez, Cecília, sua mãe, reagiu cobrando casamento e deixando aquele sermão. Mas acabou cedendo ao pedido do filho, que queria voltar aos cuidados da casa materna para dar conta de encarar a nova fase da vida. Jéssica foi junto e, ali, os dois conviveram a trancos e

barrancos enquanto esperavam a chegada de Marina*. Em meio a isso, Leonardo tentava contactar Raíssa, mãe da primeira criança. “Literalmente, ela desapareceu!”, ele explica, dizendo que, apesar de ter sido orientado a fazer um boletim de ocorrência, estava ocupado demais com as vírgulas dos cálculos da gestão do grupo das seis empresas com o qual trabalhava.

De repente, notícias de Raíssa: uma mensagem contando que estava se relacionando com uma mulher que trabalhava como policial. Leonardo não insistiu mais nos contatos, tomando aquilo como uma ameaça e mais um motivo para direcionar suas energias à nova criança. Enquanto isso, em casa, as coisas entre ele e Jéssica já não iam muito bem. “Folgada demais”, “acordava tarde”, “gastava seu dinheiro com maquiagem”, “não comprava um pão”, ele enumera os motivos para o desentendimento, sempre se referindo a ela, que em muito o contrariou quando foi a um baile funk escondida. Ele já tinha negado permissão para essa ida, e, para evitar os próximo prejuízos, decidiu: “não ia sofrer mais por conta de mulher”. Terminou e deixou bem claro: só assumiria a filha, que ainda nem tinha nascido, depois de um exame de DNA.

“Aí, eu fui na casa dela conversar com o pai dela, que a mãe dela também era difícil de lidar. Fui com o pai, porque eu devo mais satisfação pro pai. Sentei como homem: “ó, seguinte, sua filha engravidou porque quis...”, ele reproduz o início da conversa com Marcos*, que cobrava casamento, mas Leonardo já havia deixado claro, não queria mais nada com a moça. Diante disso, o avô da criança foi categórico: sem casamento, sem contato com a filha. “Se você aparecer na minha porta fim de semana pra pagar de bom pai, eu vou te dar tiro!”, Marcos dizia. Diante da ameaça, o homem que tanto habita em Leonardo definhou, assentindo sem confrontos. “Eu passei por isso tudo e falei assim: já que eu tenho uma filha, que eu tenho amor pra caralho e o pai dela não deixa, minha única obrigação é pagar pensão, eu vou abrir mão de ter sentimento por essa criança. Eu decidi: eu vou ser frio”. Foi assim que abandonou Jéssica com sete meses de gravidez.

Quase aos nove meses, ela mandou uma mensagem: “sua filha tá pra nascer”. Então, Leonar-

do foi ver a criança – pelo Instagram. Chorou, mas não deu as caras e também não respondeu a mensagem alguma. Depois, uma irmã de Jéssica tentou contato, em vão. Outra, quando a criança já completava dois meses, ela conseguiu, com as palavras certas, tocar na ferida de Leonardo: “é incrível saber que você sofria tanto pela sua outra filha e não fez nem questão de conhecer essa de agora”, ele relembra a mensagem e conta que foi depois disso que resolveu aparecer. No entanto, o que uniu pai e filha pela primeira e última vez foi mesmo o exame de DNA. Os dois se encontraram no laboratório. A essa altura, Marina estava prestes a completar cinco meses.

O encontro me é relatado a começar pelo detalhe: ele cumprimentou os avós maternos da criança, que estavam presentes, mas não saudou a própria mãe de Marina, direcionando o olhar curioso para a criança. “Eu tava sentindo aquela coisa assim, velho, é uma energia diferente. Eu queria poder abraçar ela, beijar, falar que é minha filha, mas eu vou tá abrindo mão de muita coisa, porque minha vida já tava começando a tocar um outro caminho, sabe? Eu virei empresário nesse meio tempo, abri meu próprio negócio, comecei a me relacionar com a minha atual esposa...”.

CONSCIÊNCIA LIMPA, TRAVESSEIRO MACIO

Confirmada a filiação, Leonardo poderia, então, cumprir com o dever de pai. Pai provedor, somente o que seria. Pagaria a pensão, mas não pagaria para ver até onde poderia chegar a ameaça que tanto o assolava e sobre a qual apenas sua esposa atual sabe. “Eu nunca fiz queixa, porque eu não quero confusão com a família”. Já havia encontrado aquela com quem divide os planos de ter um filho homem – “mulher de novo não, porque dá dor de cabeça”.

O menino, cuja chegada aguarda o momento certo, virá com um propósito: “suprir toda essa ausência que eu tive, sabe? Esse baque, essa tapa que eu levei da vida”, Leonardo me explica, conferindo responsabilidade ao garoto que ainda não existe. Enquanto isso, sua filha mais velha arrisca os primeiros passos mundo afora. Mas ele resolveu esperar. Aconselhado pela

esposa e por “pessoas mais velhas com experiência”, “abriu mão de criar a criança”, convencido de que, um dia, Marina, que hoje está com dois anos, irá procurá-lo.

Na verdade, ele supõe que a própria mãe da criança possa aparecer com um pedido de rendição: “‘ô, Leo, desculpa, me perdoa, não sei o quê’. Ela errou. Eu não errei com ela. Eu não menti em momento nenhum pra ela. Eu tenho consciência limpa disso. Eu só fiz as coisas pra eu ter um sossego na vida, porque eu já fui muito perturbado”.

- Mas você não acha que a criança não tem nada a ver com isso?
- Ela não tem nada a ver, mas, se eu for buscar esse carinho, eu vou tá enfrentando o avô dela, que ameaçou a minha vida. Então, eu vou tá botando minha vida em risco. Mas o que os olhos não vê, o coração não sente, né? Se ela não me conheceu, ela tá tendo carinho dos avós. Ela tem dois avós, né... dois homens, né. A minha mãe tem contato com ela, o meu pai não conhece também, sabe? Porque eu tô indo mais pro lado do meu pai, que é um cara que, tipo assim, sempre foi trabalhador, e hoje a situação dele é legal, uma situação boa, porque ele trabalhou pra isso. Eu quero ter uma vida leve, uma alma leve, dormir com a cabeça em travesseiro bacana.

Outro motivo que o convence de que a alma está leve, livre e solta é o exemplo de sua própria irmã por parte de mãe. O pai a abandonou quando Cecília ainda estava grávida. “Minha irmã é feliz. Hoje, ela é mãe e, quando o pai biológico veio procurar, ela sofreu, porque ele queria recuperar o tempo perdido, e minha irmã nunca quis”. Nesse momento, é difícil entender de que forma Leonardo tiraria uma moral dessa história que lhe fosse favorável.

Para ele, no entanto, tudo é muito claro: “Minha irmã sempre estudou, sempre trabalhou, tem filho... se minha irmã é a mulher que ela é hoje, por que a minha filha biológica não pode ser? Entendeu? Então, ela não precisa de um pai. Ela precisa sim de um pai, mas não vai fazer tanta falta. Eu ia arrumar atraso de vida procurando criar a menina. E eu tive uma filha que foi tirada

de mim, romperam essa conexão comigo, então, eu já sofri pra caralho e vou sofrer de novo? Eu não queria sofrer. Eu queria focar em criar, construir minha vida de novo”.

Se algum dia Marina vier a sentir falta do pai que não está tendo, também não há, para Leonardo, tanto segredo assim: “O meu nome tá na certidão dela, ela vai botar meu nome na internet, vai sair meu telefone, vai sair meu endereço, ela vai ter minha rede social e vai falar assim: ‘oi, eu sou sua filha’. Eu vou falar assim: ‘oi, filha, tudo bom? Vamos sentar, vamos conversar, vamos no cinema, vamos no parque’. Eu vou fazer isso. Eu só não quero adiantar as coisas, porque eu vou tá atrapalhando o decorrer da minha vida, que tá indo bem”. Enquanto essa hora não chega, ele vai seguindo o exemplo de seu próprio pai: engenheiro, trabalhador, bem-sucedido. E, por causa de tudo isso, um pouco ausente.

Leonardo volta lá em sua infância e relembra a vez em que apertou um botão. “É aquela tecla que você aperta que redisca,”, ele explica. Com o telefone em mãos, o garoto queria ter ligado para sua avó, mas o último número discado direcionou a ligação para a residência da moça com quem seu pai tinha um caso extraconjugal. “Eu destruí minha família por causa de um redial. Eu fiquei com isso na cabeça, sacou? Por isso que eu não sou um cara filha da puta com as mulheres, porque eu senti, na pele, a consequência de destruir uma família. Por isso que, a partir do momento que envolveu criança na minha vida, eu fui muito correto, sabe? Eu fui buscar dar uma coisa que eu não tive”.

- Foi sua mãe que te criou, então?
- Foi minha mãe que me criou. Só que eu fiquei um pouco rebelde, né, porque mãe não segura filho. Aí, foi quando eu comecei a frequentar mais a rua, porque meu pai não deixava eu ir pra rua. Foi quando eu tive amiguinho na rua de jogar bola de futebol, brincar de esconde-esconde, andar de bicicleta e começar a fugir pra Praça do Papa de *bike* e voltar. Isso era aventura, sabe? De sair pra show de rock, que eu sempre gostei de rock. Eu era mimadinho, fui garoto criado em apartamento, sacou? Galera achou que eu ia ser até viado (ri, discretamente).

— Mas então, você falou que mãe não cria?

— Mãe cria, mãe não educa. Porque a educação que o homem tem é da rua ou do pai. O pai é porque vai mais pela figura paterna mesmo, da figura de hierarquia, que ele manda em você. A mãe, não. Você sempre responde mãe. É muito docinho... o aveludado da voz da mãe não entra no ouvido do filho. O ronco do pai, o grosso do pai, já entra e dá medo, estremece. Eu tive uma educação mais de rua, de aprender com o erro dos outros, de aprender com os meus amigos. Saber como tratar as pessoas, isso eu tive em casa, mas lidar com o mundo, eu não tive. Eu aprendi. Então, até os meus 28 anos, antes de ter esse filho, né, antes de ter essa menina, eu...

— Mas como é a relação com o seu pai?

— Hoje, o meu pai tem uma outra família, eu frequento a casa dele, frequento a casa da minha mãe. Aceitei e respeito a decisão deles de ter separado e de ter família. Minha mãe, desde o meu pai, não teve relação com ninguém. Então, ela se tornou uma pessoa mais fria, mais rancorosa. Minha situação com minha mãe hoje não é tão boa, sabe? Tanto é que eu trouxe esses desgostos pra ela, né. Essas complicações. Por isso, o meu foco de vida nunca foi construir uma família, nunca foi: ah, eu quero ter minha casa. Nunca pensei nisso, eu sempre gastava a grana comigo, ajudava em casa, sim, mas nunca pensei em comprar minha casa e ter minha independência. Não. Fazia as bagunças na rua e, por mim, por falta de pai, aquilo tava bom. E eu agi errado, porque só com minha atual esposa eu vejo que a gente tem que trabalhar pra conseguir um futuro não pra gente, mas pros nossos filhos. Isso eu aprendi.

GAROTA, EU VOU PRA CALIFÓRNIA

“Então, nós montamos uma empresa. Hoje, tá dando tudo certo. Graças a Deus! Com essa empresa, eu consegui adquirir bens, comprar um apartamento, um carro novo, ter minha independência de situações, sabe?”. Aos 32 anos, Leonardo é *sommelier* de cerveja, dono do

próprio negócio e orgulhoso de tudo o que foi capaz de conquistar. “O caminho quem faz é a gente”, ele me diz, como se sua própria história fosse um grande exemplo da frase de efeito: do garoto que não fez nenhum curso superior ao empresário bem-sucedido que é hoje. No entanto, de sua condição financeira atual, ninguém de sua família sabe, a não ser seu pai.

“As mães das minhas filhas não sabem. Elas acham que eu ainda sou um pé-rapado hoje, tipo um cara que vive assalariado, sabe? E eu não quis abrir isso pra ninguém, porque vai ser motivo de exploração, quando cê tá na pior, ninguém te procura, né? Quando cê tem uma situação melhor, acho que as pessoas se aproximam”. Desconfiado de tudo e de todos, teve que lidar, então, com a tentativa de aproximação da avó materna de Marina, sua segunda filha. Se o pai não ia até a filha, a filha iria até o pai.

— E aí, ela levou sua filha pra te ver?

— Não, ela queria trazer. Aí, eu, hum, não... porque ela achava que eu era funcionário do lugar e tal, tô trabalhando, pensando que eu tava recebendo salário, porque eu falei com o advogado que eu tava recebendo... que eu era *freelancer*. Pra quê? Pra ela não achar que eu tinha que dar milhões de pensão pra ela. Cê entendeu? A jogada foi a seguinte: na época, eu tava desempregado, né? Então, eu falei assim: não tenho condição de dar pensão, mas vou dar, porque é direito. Minha obrigação, eu tenho que me virar, eu tenho que engraxar sapato na rua.

Assim, Leonardo firmou um acordo com seu advogado, que lhe “ajudou nessa história”. Até hoje, consta na Justiça que é um pobre *freelancer*, como ele mesmo explica enquanto me pergunto se estaria, eu, sendo uma jornalista tão amável, com quem ele se sentiu tão à vontade para abrir o jogo, ou se ele vê mesmo tanta coerência nessa história toda. Por trás do tal acordo, está uma explicação que, para ele, é um tanto quanto justa: o fato de Jéssica ter recusado seu dinheiro no início, quando estava desempregado. “Se ocê não aceitar R\$ 1,00, pra que que cê vai aceitar R\$ 100 mil?”, ele reflete sobre o que chama de “a parte moralista da história”.

— Mas ela cobrava afeto?
— No início, ela começou a levar a criança pra participar com a minha família por parte de mãe, porque parte de pai ninguém tem contato, sabe?
— Ela ia na sua casa então?
— Ia na casa da minha avó. Porque, na casa da minha mãe, elas chegaram também a tretar, porque ela era muito preguiçosa, como eu tinha falado. (...) Acho que um dos motivos d’eu ter visto essa atitude dela, que não me motivou a ter uma família com ela, sabe? Nó, vou passar a vida inteira com uma preguiçosa, véio? Que vai querer que eu trabalhe pra ela ficar em casa na vida boa? Não vou bancar ninguém, não! Eu quero é que chegue alguém junto! Eu não quero trabalhar pra ter uma condiçãozinha mais ou menos. Eu quero ter uma condição boa, com alguém que cresça comigo, pra gente aposentar junto e tá curtindo férias, sacou? Na Califórnia, na Europa, sabe?
— Mas você nunca aparecia quando levavam a criança na casa da sua avó?
— Eu nunca tive contato. Nunca vi a criança depois do DNA.

PAI EM TRÊS TEMPOS

Em casa, Leonardo pode brincar de pai com a filha de sua atual esposa, para quem o casal deu “uma festa de princesa” quando completou 15 anos. “É como se ela fosse minha filha. Eu dou valores pra ela, eu instruo”, ele conta, envaidecido. “Eu tenho muito orgulho de tá criando uma filha que não é minha sabendo que eu tenho uma aí, no mundo, que não querem que eu cuide, sabe?”. E a primeira filha? Viu-a pela última vez em 2015, quando a menina tinha dois anos e três meses.

Hoje, com quatro anos, Luiza perdeu o título de filha que, na prática, já não possuía há um tempo. Em uma manhã de domingo, Leonardo acorda com uma mensagem de Raíssa, a mãe da criança, avisando que a menina não era sua filha. Nunca foi. “Eu pensei que tava sonhando”, ele me conta, tentando descrever o choque do momento. Um teste de DNA confessava

que o estranhamento em relação aos cabelos “de anjinho” da criança tinha lá seu fundamento. “Eu comecei a sentir falta de ar e não queria mostrar pra minha esposa que eu tava chorando, mas não tinha como. Eu transformei. Eu comecei a chorar pra dentro, que o meu corpo balançava assim, ó! Eu tive uma convulsão”.

Na mensagem, que ele me mostra enfatizando que guarda até hoje, Raíssa dizia que o nome de Leonardo seria tirado do registro de Luiza. “Eu aceitei, só que aí o juiz não aceitou, porque ela fez o exame no particular, e o juiz quer que o exame seja feito de novo, pra confirmar, porque ela pode tá mentindo”. O caso ainda está em processo na Justiça. Apesar de todo o baque do momento que descreve, Leonardo deixa escapar, ao fim da conversa, que vai ser melhor se a filha realmente não for sua. Aquela que diz ter sido o amor de sua vida. Mesmo assim, nunca teve coragem de jogar fora a caixinha em que guarda alguns pertences da pequena até hoje. “O filho te coloca num contato superior da vida. Cê tem uma coisa tão sensível que depende de você e qualquer coisa que cê fizer, cê tá tirando uma vida. Qualquer, é... qualquer... desatenção, sabe? Qualquer descuido. Você tem que dar o seu melhor, é o momento mais sublime, é cê ser um pai”.

Mas não há tempo para mais palavras bonitas. Tanto trabalho pela frente vai esvaziando a conversa que ele diz ter feito tão bem a si próprio. Nunca havia desabafado assim com ninguém, é o que me conta, grato, quando nos despedimos. Agora, há muito trabalho pela frente, a madrugada de agitos no bar o aguarda, e ele precisa receber os clientes com a simpatia de quem superou todos os problemas e a confiança que parece ter de sobra. “Muito obrigada”, digo oscilando entre a satisfação de jornalista pelo encontro que parecia render uma história tão singular e a perturbação de filha, irmã, amiga, pessoa que, às vezes, tem dificuldades para lidar com tantas contradições.

Choro, raiva e bom dia

Sempre que me lembro da minha infância, visualizo tudo em *contra-plongée*. O mundo dos adultos, de baixo pra cima. No meu universo à parte, não consigo recordar da figura do meu pai. Algumas vezes, me lembro de alguém que chegava com uma mala, alguns presentes e promessas: “se você parar de chupar o dedo, te levo no parque”. Demorei para parar, e ele nunca levou.

Minha mãe se desdobrava entre o trabalho doméstico, mais dois filhos de outro casamento e a sociedade empresarial com meu pai. Meu irmão mais velho me buscava na escola, a irmã passava as tardes como babá, vendo TV e contando tudo o que eu deveria saber sobre a vida de uma menina sete anos mais velha.

Tímida, nunca fiz muitos amigos na escolinha, mas era carente de atenção. Durante uma reunião no escritório, que ficava em casa – e surpresa: meu pai não estava presente –, não pensei duas vezes. O ato era brilhante. Começo buscando um saco de farinha, bebendo bastante água e olhando de soslaio ao que acontecia no fim do corredor. Zarpei, comecei a tirar a roupa no centro da sala, estouro o saco de farinha, faço xixi por cima. Minha mãe, desesperada, pede desculpas e diz que voltará em breve, enquanto meus irmãos correm para limpar aquela bagunça.

Com lágrimas nos olhos e vermelhidão nas bochechas, ela diz em um tom mais parecido com uma súplica do que com uma repreensão: “Não fala mais nada, espera só seu pai chegar”. *Grand finale?* Emendo com um “se ele voltar”. Não voltou. A honestidade infantil pode ser cruel, mas a realidade e o sentimento de ter “perdido mais um casamento” e 14 anos depois não ter arranjado qualquer emprego vem mais forte, embora disfarçada com detalhes, conflitos familiares e hábitos acumuladores.

Mudamos para uma casa a dois quartos de onde meu pai dizia que morava. Poucas visitas. O pai dos meus irmãos me leva pra escola, não tenho como agradecer sem olhar pra baixo e arrancar pelinhas de dedos que aprendiam a segurar um lápis. Meu irmão começa a trabalhar, minha irmã começa a ficar rebelde.

Com o lar esfacelado e o vazamento de responsabilidades, fomos para a casa de minha avó. Não há espaço para todos. Minha irmã se muda para o interior. Meu irmão só aparece em casa para dormir e comer o que era separado para “essa parte da família”. Potes separados, lembretes pífidos a quem mora de favor e, ainda assim, não usou a humilhação como motivação para ir embora.

Na primeira chance, fomos. Um apartamento pequeno, uma fachada que dava vergonha quando minhas amigas me traziam de carro, esse luxo. Ainda a dois quartos de onde meu pai morava. Vai te buscar na escola hoje, horas até o inspetor pedir o telefone de alguém para buscar. Fome, olhos colados no vidro entre o colégio e a rua, até aprender que não ia.

Nas poucas ocasiões, menções à nova madrasta e planos de negócio. Lugares chiques, restaurantes com sobremesa, pode escolher sem ver o preço. Queria estar bem, que tivesse orgulho de mim. Dizia que estava indo bem na escola, lendo livros e assistia ao Jornal Nacional.

Nas outras ocasiões de contato, um tímido “feliz Dia dos Pais”, que me fazia passar por maus bocados na escola, pedido da pensão, nunca dada, ou R\$ 20,00 para comprar itens de higiene. A raiva e a informação televisada cresciam, precisa pôr na Justiça. Você não quer que eu coloque seu pai na cadeia. Queria. Boa sorte para fazer isso enquanto ele vai com a nova família para Belo Horizonte. Evito, sem ligações, datas comemorativas ou aniversários.

Com os conflitos e o peso do sustento de duas mulheres vindo de dois empregos, meu irmão continua com sua vida em outro lugar. Sem renda e sem contato, voltamos para a casa da minha avó. Mais velha, penso em estudar e sair logo dali. Não vejo televisão, não vou ao cinema, nem tenho blusas o suficiente para ir para a escola particular, conquistada com sucessivas bolsas de estudos e ataques de pânico antes de qualquer prova.

Passo longe dos programas adolescentes e encontro refúgio nas horas em que poderia usar a internet. Um dia descrevi minha vida como a de uma personagem secundária, que enchia os espaços, sem nada a acrescentar. Pelo contrário, mais um gasto, um peso, um estorvo. A aver-

são era grande, mas a raiva também sobrou para a família da minha mãe e, principalmente, para ela. Por que deixava que isso acontecesse com a gente? Não escutava os soluços no beliche de baixo? Ou tinha medo de que o teto de estuque caísse sobre mim? Com duas pessoas a mais, era impossível reformar.

Engulo tudo. Choro no transporte entre a casa e o colégio. Começo a ficar doente com muita frequência. Virose, convulsões, pneumonia. As ligações de pedidos são mais frequentes, sua filha está doente, você não paga pensão nem plano de saúde. Você tem sorte de que ela é inteligente e não vai precisar mais de você.

Não precisei. Até pagar as inscrições para os vestibulares. R\$ 150,00. “Você vai passar? Porque se não passar, vai ter que trabalhar. Você acha que é muito espertinha com essas notas, não sabe nada da vida real”. Duas faculdades: USP e UFMG. Não passo na primeira, choro por três dias seguidos. Paro de comer. Sai o resultado da UFMG. Você vai morar em Belo Horizonte agora.

Chego ao meu quarto, um MacBook 13’ em minha cama. É pra mim? De presente. Em cima da minha cama, no meu quarto. Imediatamente, calculo as pensões que me deve. Uns 10 desses computadores, nunca o privilégio do meu próprio quarto. Agradeço e fecho a porta.

Logo no primeiro semestre de Publicidade e Propaganda, sou proibida de sair pelo resto do ano. Quebrei uma santa e tentei colar. Mentira, falta de confiança, não pode sair. Fins de semana, faxina intensa. Uma chegou a ir das 10h às 4h da manhã lavando paredes, cortinas e todo tipo de memorabilia de viagens de que nunca participei. Sem conversa, só trabalho.

Coleira afrouxa. Invento saídas, encontro amigos que dão um jeito de reaver minha autoestima, me ocupo de estágios e logo chego a um remunerado. Tempo fora de casa era tudo o que eu queria, mesmo que acordasse às 05h40 para voltar às 21h. Chego para lavar a louça, que a pia não pode ficar suja. Tiro o lixo. Arrumo a cama todos os dias. Coloco música alta no fone para ignorar a bebedeira e a música no quintal. Me dedico integralmente ao trabalho e aos estudos, fico sem dormir, ainda choro, tenho raiva e digo bom-dia. Na volta de uma viagem

para visitar minha mãe, sou quase estuprada. Não encontro consolo, B.O. ou abraço na volta. É isso que dá viajar de noite.

O tempo perdido no computador prova-se lucrativo. Posso fazer material para a empresa, e, novamente, ele não precisa pagar. Minha vingança pessoal, tão infantil quanto a época em que ele me deixou, é beber tudo o que encontrasse na adega. Sem querer, tomava o mesmo rumo que ele enquanto desmaiava no meu próprio quarto sem ninguém saber.

Divórcio. Um pouco de sossego. Casa mais quieta, horários flexíveis. Quem se importa? Só não acaba com a cerveja na geladeira. Invento amigas para viver um esboço de vida amorosa, que alguém me achasse bonita e digna de amor. Tenho sorte antes de a faculdade terminar, passo bastante tempo estudando “na casa da Bárbara”, do outro lado da cidade.

Ao voltar da real casa da Bárbara, depois de um encontro entre amigos pós-formatura, a porta não abre pra mim. Ligo, mando WhatsApp, toco o interfone. Está online, consigo ouvir o toque do lado de fora, não abre porque não quer. Em pânico, vou com vergonha para a casa do meu namorado depois da meia-noite. Que tipo de pessoa mal-ajustada não consegue entrar na própria casa? Ele me acolhe enquanto molho o travesseiro.

Duas tentativas de autoextermínio depois, o psiquiatra recomenda que eu tire minhas coisas da casa do meu pai e procure tratamento. Levo a maioria das coisas, pouco se pergunta sobre onde moro, com quem, se durmo, trabalho, de onde tiro sustento. Tentativas de reaproximação pouco genuínas, faço uma curadoria de assuntos tal como fazia aos 12 anos, mas agora peço a conta. Não quero que pague mais nada pra mim.

Recebo um áudio. “Amor da minha vida, faz essas alterações no material para o papai? Um beijo”. Chego em casa, faço. Não sei por quê. Não confio muito em homens, tenho medo de ter filhos, apesar de nutrir o sentimento de uma vingança torta de ter uma família estruturada, de alguém que queira ser pai. Deixo pra lá, tomo outro remédio de dor de cabeça e me pergunto como vou fechar o mês.

Lana Kantor, 22 anos

Marcação acirrada

(ATO I: SONHO DE UMA TARDE DE VERÃO)

18 DE FEVEREIRO DE 2017

- Assessoria de Comunicação Fórum Lafayette, bom dia.
- Alô, bom dia. Gostaria de marcar uma entrevista com a Juíza Cláudia Costa, da 10º Vara de Família. Quem nos indicou a procurá-la foi a Defensora Michelle Lopes. Estou desenvolvendo meu projeto de TCC sobre paternidade.
- Oi, claro. É só me enviar um e-mail. Vou te passar, anota aí. Envia aos cuidados de Marisa*, tá?

*Prezada Marisa, bom dia,
Conforme conversamos, sou aluna de Jornalismo e [...]*

22 DE FEVEREIRO DE 2017

- Assessoria de Comunicação Fórum Lafayette.
- Alô, boa tarde. Posso falar com a Marisa?
- É ela.
- É a estudante de Jornalismo, conversamos há alguns dias.
- Ah, menina. Desculpa, não esqueci de você não. Passei sua demanda pro Adriano*. Só aguardar ele te ligar, tá?
- Ah, tá bom. Brigada.

2 DE MARÇO DE 2017

*Adriano, boa tarde,
A Marisa me passou seu contato, tenho tentado falar com você sobre uma demanda...*

- Assesso...
- Oi, Marisa?
- Não, quem é?

- A Marisa ou o Adriano estão?
- Não.
- Sabe que horas posso encontrá-los?
- Vou deixar recado aqui, só aguardar. Me passa seu nome e número.

7 DE MARÇO DE 2017

- Ascom, boa tarde.
- Boa tarde, posso falar com o Adriano?
- Vou transferir
- [...]
- Alô?
- Oi, Adriano. É a estudante de Jornalismo, te enviei e-mail...
- Oi, ia te ligar hoje mesmo.
- Já tem um tempinho que estou tentando falar com você. E então, boas notícias?
- A juíza está analisando seu pedido.
- Ah, mas esse tempo todo?
- Quando tiver retorno, te aviso.
- Mas você acha que ela vai topa? Essa entrevista é muito importante, porque...

*Prezado Adriano, boa tarde,
Você já teve retorno da juíza?
Atenciosamente.*

12 DE MARÇO DE 2017

- Oi, boa tarde. O Adriano se encontra?
- Boa tarde. Não.
- E a Marisa?
- Também não.
- Ah, talvez você possa me ajudar. Sou estudante de Jornalismo, eu...

- Já tô sabendo da sua demanda, sou chefe da Assessoria.
- Que bom (murmuro um graças a Deus bem baixinho)! Vocês conseguiram marcar?
- Infelizmente, não. A juíza é muito ocupada.
- Mas ela não poderia ter dito desde o início?
- Olha, quero muito te ajudar. Vou tentar marcar com outro juiz, tudo bem?
- Claro, tem mais 11 de varas de família, né?
- Uhum. Já, já te ligo.

13 DE MARÇO DE 2017

- Oi, é a chefe da assessoria?
- Sim. É a estudante, né?
- Sim.
- Já marquei com o Doutor José Eustáquio, Juiz da 2º Vara. Anota aí dia e horário. Não pode atrasar.

(ATO II: SER OU NÃO SER)

Finalmente, entramos no Fórum. Nem mesmo o breve constrangimento no detector de metais da recepção poderia abalar nossa confiança. Àquela altura, já nos sentíamos *experts* em transitar pelas repartições e os órgãos públicos. A saga tinha chegado ao fim, e a tão aguardada entrevista com o juiz seria realizada.

Vamos caminhando entre as salas, com a segurança de quem achava que sabia o que estava fazendo. Atravessamos o longo corredor com suas portas e divisórias cheias de comunicados. “Não pode fumar”, “entre sem bater”, “para acompanhar as audiências é necessário permissão do juiz responsável, que pode ser obtida a partir do formulário disponível em...”. Logo à direita, batemos na porta da Ascom (Assessoria de Comunicação Fórum Lafayette, ao seu dispor), onde alguém nos levaria ao gabinete. Tudo pronto, prazer, essa é a Marisa, e você é a famosa estudante, igualmente.

Com olhar meio desconcertado e celular na mão, entra Marcelo*, estagiário de Direito, que dá o recado: o juiz teve um pequeno imprevisto. “Qual?”, uma de nós pergunta sem pensar. “De saúde”, é a resposta meio cética. Prontamente, sai um “vou ligar pra ele agora, pra remarcar”. Dali a dois dias, poderíamos voltar. Desculpa pra cá, desculpa pra lá, acompanhamos Marcelo até a sala. Sem o juiz, poderíamos nos contentar, por ora, com o seu assessor. “Mas vocês têm que voltar mesmo na quinta, hein? Não pode conversar com o assessor sem entrevistar o juiz”. Sem muita opção, concordamos.

No caminho, Marcelo nos conta sobre a rotina do local. Cada vara tem uma forma de organização própria, a ser determinada pelo juiz ou pela juíza responsável. Ali, funcionam 12, uma ao lado da outra, ocupando parte significativa do primeiro andar do prédio. E, ao que parece, há perfis bem diferenciados. “Os mais tranquilos permitem que estudantes participem das audiências, muitos nem chegam a pedir autorização dos envolvidos. Mas nem todos são assim, alguns nem sequer conversam com a imprensa”, explica o estagiário.

Sobre o funcionamento das audiências na vara em que atua, Marcelo nos fornece uma breve apresentação do ilustre entrevistado. “Ele trabalha há muito tempo aqui e tenta conscientizar as pessoas, pois são assuntos ligados à família, né?”. Claro, pensamos. Falar sobre a importância da participação dos pais na criação dos filhos, do respeito mútuo e da dignidade dos envolvidos. Logo ele sorri e, frente a nossa promessa de guardar segredo, conta: “Às vezes, ele cita Shakespeare, como forma de ensinamento, sabe”. Não, não sabemos. “É engraçado e estranho, mas ele gosta de fazer isso. Não vai falar isso pra ele não, hein!”.

Chegando à sala, nos deparamos com pilhas de processos, que o assessor garante estarem todos em dia – pelo menos, a parte que ali os concerne: pedidos de entrada, revisão e execução de pensão alimentícia, guarda dos filhos, direito de visita, etc. Nos acomodamos e começamos a descarregar dúvidas e confusões sobre a justiça que tanto insistíamos em cercar. Dispensadas as formalidades e o receio que a entrevista com o juiz poderia pressupor, a paciência e a receptividade da dupla estagiário e assessor nos saiu melhor do que imaginávamos.

(ATO III: O AMOR DE JULIETA E ROMEU)

Despedida, aperto de mãos e voltamos na quinta. Já familiarizada, chego e vou direto para a porta do gabinete do juiz. No relógio, ainda faltam cinco minutos, espero pacientemente. Três minutos, penso em bater. Marcelo sai. O sorriso amarelo, de novo, anunciava a tragédia, nem precisou dizer. Vou direto atrás de Marisa, com uma raiva meio sem jeito, sem saber se poderia, de fato, manifestá-la ali.

- De novo? — pergunta Marisa, com a sua calma de sempre.
- Sim, acho que ele se esqueceu da gente de novo — eu respondo, na ansiedade de sempre.
- Calma, vou arranjar outro para você. O que você faz mesmo, Direito? — questiona a assessora chefe.
- Não, Jornalismo — replico.
- Hum, isso vai dar romance, hein? — interrompe Marisa.
- Quê? — indago, mais confusa do que nunca.
- Você e Marcelo, esses desencontros podem dar algo mais aí, tipo novela ela me diz com olhar malicioso enquanto roça os dedos indicadores um no outro.
- Sobre o que é seu trabalho mesmo? — pergunta a assessora chefe ao telefone, parecendo estar no meio de uma negociação.
- Paternidade ausente, sou aluna de Comunicação da UFMG e...
- Pode, então? Ok, vou levá-la aí. Pode ir agora, ele tá te esperando. Décima Primeira Vara de Família. Deu sorte, um dos poucos que vêm pra cá de manhã, eles trabalham à tarde. E a outra menina? — ela pergunta.

Na euforia, me esqueço de dizer que já estava chegando. Sigo a assessora e, na correria pela tão aguardada entrevista, que acreditávamos ser uma das últimas etapas do trabalho – e, como se pode imaginar, não foi –, me pego intrigada: como era humanamente possível andar com classe, a tamanha velocidade, portando um salto agulha como aquele? O coração ia na

mão, a série de desencontros e mal-entendidos parecia ter abalado por completo a confiança de antes. “Essa é a porta, vamos entrar?”.

PATERNIDADE AUSENTE?

“Tá difícil... isso é muito amplo. Talvez vá até dificultar pra você fazer a conclusão do seu TCC. Acredito que você teria que focar mais em um tema, né? Essa questão da parentalidade é muito complexa”. Marco Antônio Leite, Juiz Titular da 11ª Vara de Família da capital, reagia à palavra “ausência”, que marcava as repetidas explicações acionadas por nós sobre o trabalho que estávamos produzindo.

O termo nos parecia simples o bastante para abarcar o universo de omissões que contorna a vida dos mais diversos tipos de pais – dos que sumiram e voltaram, dos que visitam e não cuidam, dos que pagam e só pagam, dos que abandonaram e não retornaram, dos desconhecidos e conhecidos. Daqueles que, de alguma forma, não compareceram. Foram e ainda são ausentes.

A palavra soava bastante adequada aos nossos ouvidos, mas o juiz preferia uma série de outros termos que dividiam caso a caso em suas próprias caixinhas, dando o ar judicial que deveria esperar da abordagem de duas jornalistas que vão até o Fórum entrevistar tal autoridade. “Paternidade irresponsável” e os mais variados tipos de “abandono”: “material”, “intelectual”, “afetivo” ou “moral” eram alguns dos termos que faltavam em nosso discreto vocabulário jurídico e que Marco Antônio Leite fez questão de elucidar ao longo da conversa, com sua gravata, suspensório, sotaque mineiro carregado e jeito despretensioso e receptivo de conversar.

PEDAGOGIA DO MAGISTRADO

— Ô, pai, cê me fez falta! Você não me ensinou a empinar uma pipa, você não me ensinou a jogar bola, você não foi na escola nas reuniões de pais — dizia um

jovem chorando copiosamente.
— Não, meu filho, você não entende! Foi sua mãe, sua mãe que me afastou de você! — respondia o pai, tentando afastar de si a culpa.
— Pai, cê devia ter brigado por mim, cê devia ter lutado. É nisso que você fez falta. Não é essa questão dos alimentos — dizia o filho, cedendo ao pedido do pai de exoneração de alimentos.

Reproduzindo o diálogo, Marco Antônio Leite ilustra um pouco as situações com as quais lida diariamente nos palcos dramáticos das audiências. Para essas horas, ele coleciona uma série de metáforas e as mais didáticas formas de abordagem que desenvolve com o objetivo de conscientizar. “Eu costumo brincar com aquela propaganda da Gelol que fala ‘não basta ser pai, tem que participar!’”. Não é isso? O pai tem que se dedicar realmente ao filho”.

É na tentativa de compensar os limites da lei que ele se desdobra lançando mão da Filosofia, da Psicologia e do conhecimento popular adaptado ao juridiquês. Nas mãos, um livro: *Pais, Filhos e Divórcio: Como ajudar o filho a superar a separação dos pais*; na pasta, uma imagem que, a depender do ângulo por onde se olha, pode ilustrar um cavalo ou um sapo; no computador, um vídeo viral de YouTube em que uma garotinha de seis anos deixa uma lição aos pais divorciados; e, no rosto, “dois ouvidinho funcionando” e “dois óinho” para dar atenção, como ele mesmo diz. “As pessoas têm que, muitas vezes, botar as mágoas pra fora, têm que ouvir, têm que chorar. Têm que sentir. Não basta ser aquela coisa formal, burocrata, que você não resolve. Resolvo o meu problema. Muitas vezes, eu dei a sentença, sou um juiz produtivo, mas aí cê pergunta assim: ‘doutor, mas e o conflito?’”. O conflito tá lá”. É como se fosse um hospital, eu falo assim, “se você tomar o remedinho, na hora certinha e tal, a saúde da família vai melhorar”.

Mas, quando sua prescrição não é levada tão a sério, só há uma solução: “Cirurgia de emergência! Eu falo com o promotor: leva lá pra dentro, que nós vamos operar. O que é operar? Cê vai fazer uma intervenção em nome do Estado, e toda intervenção cirúrgica, sabemos que tem risco, porque, por mais que eu procure agir com sinceridade e propósito, eu posso errar. Eu

sou humano. Não sou deus da verdade”.

Às vezes, para deixar o ensinamento do que não se deve fazer, ele recorre a alguns casos de família: da mãe que não convida o pai da filha para as festinhas infantis à puberdade da filha que, rebelde, vai morar com um ou com o outro conforme lhe é mais conveniente. “Ela não quer ninguém botando cabresto nela, e a forma que encontra de escapar é justamente essa: os pais não estão alinhados no processo pedagógico de educação dela, aí ela pode ir pra um lado e pro outro. Os dois não se comunicam mesmo. Aí, os pais ficam reféns desses filhos”.

Além dos ensinamentos que tenta deixar aos pais para que tirem suas alianças com respeito e dignidade, ele faz uma proposta modesta: mesas redondas. Assim, nas salas de audiência, todos poderiam se dispor em torno do problema, que estaria no meio, onde ele bate com firmeza usando a palma de sua mão. “Isso facilita, inclusive, separar as pessoas do problema”, o juiz justifica, dispensando as tradicionais mesas retangulares que separam autor e réu em lados opostos (à direita e esquerda, respectivamente).

Mas, enquanto as mesas continuam cheias de arestas, ele apela para mais uma metáfora. As varas de família passam, então, de hospital para uma glamurosa peça de teatro. “Vocês estão concorrendo ao Oscar aqui hoje!”, ele diz às partes com entusiasmo. O mais importante é deixar claro: são eles os protagonistas. O resto é tudo figurante: advogado, defensor, promotor, oficial de apoio e juiz contracenam fazendo “escadinha para o ator principal aparecer”, Marco Antônio frisa. Depois, ele passa a bola para o futebol. “O árbitro começou a aparecer demais em tudo, atrapalhou o espetáculo, porque os donos do espetáculo são os artistas da bola, são os jogadores. Não sou eu. Então, aqui é a mesma coisa”.

Mas as cenas nem sempre seguem o roteiro. “Quando briga, é igual cachorro mesmo. Sangra lá e morde daqui e morde dali e tal. E o filho, muitas vezes, é arrastado. Os processos, via de regra, se transformam em um palco de agressões mútuas, uma transferência de culpa”, que contrastam com o cenário ideal de todos os seus esforços. Por fim, ele não deixa passar des-

percebido: “Não sei se vocês viram, na mesa eu coloco essa mensagem do Papa Francisco em que ele fala que família é lugar de perdão, né. Ele fala, aqui, que sem perdão, a família se torna uma arena de conflitos e um reduto de mágoas”.

Não existe família perfeita! Não temos pais perfeitos, não somos perfeitos, não nos casamos com uma pessoa perfeita nem temos filhos perfeitos. Temos queixas uns dos outros. Decepcionamos uns aos outros. Por isso, não há casamento saudável nem família saudável sem o exercício do perdão. O perdão é vital para nossa saúde emocional e sobrevivência espiritual.

Sem perdão a família se torna uma arena de conflitos e um reduto de mágoas. Sem perdão a família adocece. O perdão é a assepsia da alma, a faxina da mente e a alforria do coração. Quem não perdoa não tem paz na alma nem comunhão com Deus. A mágoa é um veneno que intoxica e mata. Guardar mágoa no coração é um gesto autodestrutivo. É autofagia. Quem não perdoa adocece física, emocional e espiritualmente.

É por isso que a família precisa ser lugar de vida e não de morte; território de cura e não de adoecimento; palco de perdão e não de culpa. O perdão traz alegria onde a mágoa produziu tristeza; cura, onde a mágoa causou doença. (Papa Francisco)

IGUAL BICHO

— Mas o que eu falo é justamente isso, eu precisava, naturalmente, que vocês delimitassem, ou escolhessem um tema, porque eu tô achando que vocês vão ter dificuldade na realização do TCC seus de falar assim “ah, eu quero fazer um livro sobre pais ausentes”. *Mai* é muito, muito, muito abrangente isso.

— É porque, a princípio, a nossa ideia era mais abordar as histórias das pessoas, porque é jornalismo, né... então, a gente tá entrevistando as pessoas pra

conhecer as histórias delas: mães que criaram os filhos sozinhas, ou os próprios pais que não criaram os filhos, ou os filhos que não tiveram os pais...
— É, eu acredito que, do ponto de vista jornalístico, vocês talvez encontrem campo pra falar, por exemplo, desses pais e mães solitários. Pães! Ou mães que fizeram a figura do pai.
— Sim. Pães! (rimos)
— É, justamente! É pai e mãe mesmo. Porque, muitas vezes, acontece. E hoje, com essa questão da liberdade da mulher, tem muita mulher também que não se vincula. A noção de maternidade alterou muito, sabe? Tem muita mãe que deixa filho com pai e vai ganhar a vida por aí. Sai, quer trabalhar, quer dividir a responsabilidade.

Porém, para discorrer sobre as origens da divisão social atual de funções parentais, é “nos homens das cavernas” que busca embasamento histórico: em sociedades patriarcais, mulheres cuidavam da “grutinha” e homens saíam para caçar. “Por mais que a gente tenha ‘ah, a mulher é igual e não sei o quê’, *mai* vai *tê* um filho! Na hora de parir o bichinho, nove meses tá na sua barriga. Não é na barriga do homem, não. Na hora que você botou aquilo pra fora, eu falo: isso aqui é um pedaço da sua carne, é um pedacinho seu. Cê não vai esquecer o seu filho NUNCA. Isso aqui saiu das suas entranhas, mexeu, cê já no final, não consegue nem dormir, aquilo dá volta e tal, cê já começa a conversar. Agora, para o homem, a despeito do vínculo genético, né, da carga genética que você empresta, se você não criar um vínculo socioafetivo, daqui um pouquinho você não reconhece aquela pessoa como filho, e essa pessoa também não te conhece como pai. (...) Então, a criação do vínculo é fundamental. Agora, pra isso, as mulheres têm que colaborar, porque tem que ter pai. E não é pai só pra prover. Não é pai só pra pagar pensão não. É pai pra conviver, pra dividir tudo, pra participar da vida do filho e tal”. Por fim, é no curral onde a sua didática encontra material de análise. “Tem mãe, por exemplo, que não deixa ninguém chegar perto da cria! Igual, vai chegar perto de um bezerro logo que nasceu?! A vaca bota você pra correr *mai* é longe! Dá cabeçada, faz tudo! Pega *memo*! Então, isso é muito natural também. Muito natural”.

BRIGA DE MARIDO E MULHER, NINGUÉM METE A COLHER?

Sancionada em 2014, a Lei 13.058 determinou que o modelo de guarda compartilhada, instaurado em 2008, deveria ser priorizado pelo Estado em relação ao modelo unilateral nos casos em que não houver acordo entre os pais quanto à guarda dos filhos. Sendo assim, a guarda unilateral deve ser aplicada somente quando o magistrado avaliar que um dos genitores não apresenta condições adequadas para compartilhar a guarda ou quando um deles declarar que não a deseja. Resultado das lutas feministas e de outros movimentos progressistas, que lutam, há décadas, por uma divisão mais igualitária do trabalho e do cuidado.

Para Marco Antônio Leite, o maior problema do modelo unilateral é o fato de acabar contribuindo para o desgaste do vínculo socioafetivo daquele genitor que não detém a custódia física do filho. “Os filhos, via de regra – até pela nossa formação, sociedade machista, que via a mulher sempre como mãe – ficavam com as mães”, enquanto aos pais, restava, então, o chamado ‘direito de visita’”. “A tendência era que esse pai visse no filho apenas um fardo pra ele sustentar e não um estímulo pra ele melhorar a condição de vida dele, trocar afeto e crescer em todos os sentidos”, ele esclarece, sugerindo a substituição da palavra “visita” por “convivência”.

Nesse modelo, as responsabilidades atribuídas aos pais e às mães são desiguais na medida em que, além de deter a guarda física, a guardiã também é a única responsável pela vida da criança em relação ao exercício afetivo e de tomada de decisões. No regime compartilhado, a guarda física da criança também fica a cargo de um dos pais, no entanto, o modelo vem justamente para reequilibrar o exercício da responsabilidade parental, que passa a ser atribuído a ambos os pais. Assim, estabelece que a guarda jurídica da criança deve ser partilhada.

Na lei, a guarda compartilhada passa a ser regra a partir de 2014, mas, na prática, o modelo ainda aparece com timidez. No cenário nacional, é a unilateral que prevalece, como mostra o IBGE nas últimas *Estatísticas do Registro Civil de 2015*. De acordo com a pesquisa, a responsabilidade pela guarda é dividida por ambos os cônjuges em apenas 12,9% dos casos de divórcio envolvendo filhos menores no Brasil. Enquanto isso, o modelo de guarda unilateral recai

às mulheres em 78,8% das situações, restando aos homens a responsabilidade pela guarda unilateral dos filhos em apenas 5,2% dos casos. Em todos os estados, a maior proporção dos números é sempre atribuída às mulheres.

Com 12,9% da concessão da guarda aos homens, o Amapá é o estado onde, proporcionalmente, a guarda unilateral paterna mais aparece em relação às outras Unidades da Federação. O dado mais otimista da pesquisa pontua que, apesar de a guarda compartilhada ser ainda pouco expressiva, ela vem crescendo. Em 2014, quando o modelo passa a ser regra, correspondia a 7,5% dos casos. Em 2015, esse número cresceu 5,4 pontos percentuais.

Ainda que, na prática, permaneça a cultura da guarda materna, a guarda compartilhada tem o potencial de gerar maior aproximação dos filhos com ambos os pais ao desconstruir a ideia de exclusividade e propriedade que o modelo unilateral acaba relegando a apenas um deles. Também ajuda a combater a alienação parental, que, muitas vezes, abarca graves acusações envolvendo “aquelas mulheres que tentam afastar o pai a todo custo”, conforme exemplifica o juiz. “Fala que o pai tentou abusar da filha... a questão da falsa memória: implanta na memória do filho ou da filha que o pai é violentador, que o pai é abusador. Isso acontece”, ele explica.

“Então, a lei mudou, porque percebeu que esse modelo de guarda unilateral era pernicioso, prejudicial ao interesse dos filhos”, diz o juiz, *cover* de médico, ator coadjuvante e árbitro que, mesmo assim, admite a insuficiência da Justiça. “Ensinar amor, a gente não ensina. É lógico que toda lei tem uma carga por trás de moralidade, tem um caldo cultural ali que já vem... mas, por mais que, muitas vezes, você tente, em nome do Estado, recompor essa situação, restabelecer o equilíbrio, melhorar a relação dessa família, você não consegue se as pessoas não tiverem também um interesse de fazer”.

Calculado

Carlos Henrique Figueiredo* tem 53 anos e, na bagagem, três relacionamentos duradouros que lhe deram duas filhas e três enteados. A simpatia de Carlão, como é conhecido, não esconde a timidez e a insegurança do homem reservado que é. Curiosamente, o modo discreto não o impediu de compartilhar um pouco da sua história com duas jovens até então desconhecidas.

“Vou dar uma entrevista, elas são jornalistas. Mas não tem nada a ver com isso aqui”. Assim, ele foi abrindo caminho para entrarmos em seu ambiente de trabalho, marcando a importância de engenheiro chefe de uma empresa pública de Belo Horizonte. Uma enorme mesa de reuniões comporta-nos, os três, timidamente e, à nossa volta, pessoas enfileiradas em seus desktops se alternam entre os afazeres cotidianos e conversas banais. Em meio à agitação da sala, Carlão fala baixo e tem gestos contidos, como quem deseja falar e não ser ouvido. Ao menos, não por todos.

Aos 24 anos, casou-se pela primeira vez e teve duas filhas. “Muito cedo”, ele pontua, remetendo à sua imaturidade e também a da ex-esposa, que fizeram com que o sofrimento da separação, após sete anos de relacionamento, perdurasse por ainda mais dois. No processo, o marido que deixaria de ser foi se confundindo com o pai que deveria ficar. “A minha filha mais velha tinha cinco anos, e a mais nova, um. A primeira tem a referência de pai, mas a segunda não, me vê como um amigo. Tentei manter contato durante os primeiros anos, mas não deu certo. Ficamos 18 anos distantes, e, há mais ou menos um ano e meio, elas se reaproximaram de mim. A mais nova me achou no Facebook”.

- Você ficou esse tempo todo sem contato com suas filhas?
- Sem contato, só por telefone, algumas vezes. No início, eu até tentei, mas as meninas eram muito novas, não tinham compreensão das coisas, e a mãe dificultava que eu me encontrasse com elas (pausa para atender o celular).
- Como ela dificultava?
- Eu teria que ir, elas moravam no interior. Mas não podia ficar sozinho com as meninas, sempre tinha que ter alguém por perto, e elas não podiam passar ne-

nhum final de semana comigo. Ela falava “tenho medo que você roube elas de mim”, coisa que não tinha fundamento, eu não ia querer o mal para as minhas filhas. Com isso, eu fui afastando. E, pra não sofrer, me desliguei e mandei pensão até elas completarem a maioridade. O que realmente não ajudou, porque elas moram numa cidade do interior e não progrediram. Bem diferente do pai (risos). Mas, assim, a gente não pode falar nada porque você não participou da educação delas. Então, é o contexto.

— Você disse que tentou...

— Eu acho o seguinte, faltou a questão da maturidade da minha parte, e o meu segundo relacionamento não me apoiou nisso, não fazia nenhuma questão que eu fosse lá.

— Como seria esse apoio?

— De incentivo, porque o homem tem umas certas travas, às vezes ele desiste de algumas coisas para não sofrer e vai em frente, mas começa a perder muita coisa que é de valor sentimental.

Apesar da tão importante falta de incentivo, Carlão permaneceu durante 20 anos em união estável no seu segundo relacionamento. Além das dificuldades e frustrações para cumprir com o papel de pai após a separação, ele encontrou um novo desafio: ser padrasto.

Embora tenha convivido pouco com as filhas, para Carlão, não há dúvidas dos limites entre ser pai e homem da mãe. “Foi minha primeira experiência como padrasto, de um menino de 10 anos. Tinha umas coisas que eu ficava muito à parte, porque você não consegue realmente entrar na vida entre mãe e filho que não sejam pertencentes ao seu próprio relacionamento. Além disso, o pai dele era muito ausente, mas a relação entre filhos e pais verdadeiros é muito forte, mesmo que o pai seja ausente. Quando ele aparecia, era como se não tivesse acontecido nada, aí a mãe ficava pé da vida porque pensava assim ‘poxa, tô com você o tempo todo, e fulano vem aqui uma vez por mês e você fica feliz demais de encontrar com ele?’.

Tinha esse problema entre eles, e eu ficava longe”.

Em seu terceiro e atual relacionamento, passados quase três décadas do primeiro, Carlão se enxerga como um homem diferente. Com os dois enteados, de oito e 10 anos, ele define a relação como harmônica e tranquila. Do mais novo, ganhou um apelido especial, batizado em um almoço de domingo pela necessidade de diferenciá-lo do pai, que também é Carlos. “Figa”, brincadeira com o sobrenome Figueiredo, logo pegou e virou sensação entre a nova família, conta rindo.

Ao olhar para o jovem pai que foi, Carlão reflete sobre a sua trajetória, que define como solitária, marcada pela distância física da família e a ausência de recursos financeiros. O pai, já falecido, foi sempre a figura de ordem, “com ideias arcaicas e cujas demonstrações de afeto eram raras”, ele conta. “Até eu conseguir adquirir essa questão emocional foi complicado, demorou muito. Ao longo do tempo, dá para criar raízes, ter maturidade. Acho que agora eu estou conseguindo, né?”.

Mas admite que a sua atual companheira teve papel fundamental no reencontro com as filhas. “Ela me questionou, ‘você não vai ver suas filhas não?’”. Aí, fomos uma vez, depois uma segunda para o aniversário da menininha, filha mais velha da minha mais nova, e depois ela veio para cá com os dois filhos. A coisa ficou compartilhada, não ficou só de mim, mas do casal esse interesse em reaproximar”.

- Como foi esse reencontro?
- Parecia que eu estava frente a uma menina bonita, interessante, mas era aquela coisa diferente.
- Como uma completa estranha?
- Completa não, mas uma pessoa diferente. Você não tem aquela expectativa “tô encontrando a minha filha”. Não, tô encontrando uma pessoa que eu sei que é minha filha, mas é um ser humano que eu tenho que descobrir ainda

(pausa para conversar com um colega de trabalho).

— Te bateu algum tipo de medo, receio?

— Não, só ansiedade e expectativa mesmo de encontrar.

— E você acha que elas foram compreensivas?

— Sim, só que não justifica, né. Você compreende, mas não justifica. Mas, enfim, é administrável.

— E elas manifestaram isso?

— Não, mas, na minha percepção, é assim. Ainda mais quando se pergunta “por que você não nos procurou?”. Aquilo que eu te falei, pai é sempre pai, e filho é sempre filho. Você vai ter sempre aquela expectativa. Cortar aquilo tudo não tem como, esse vínculo. É uma via de mão dupla (pausa para conversar com outro colega, dessa vez mais longa).

— Você acha, então, que mesmo no tempo em que estive distante, você não cortou esse vínculo?

— Não.

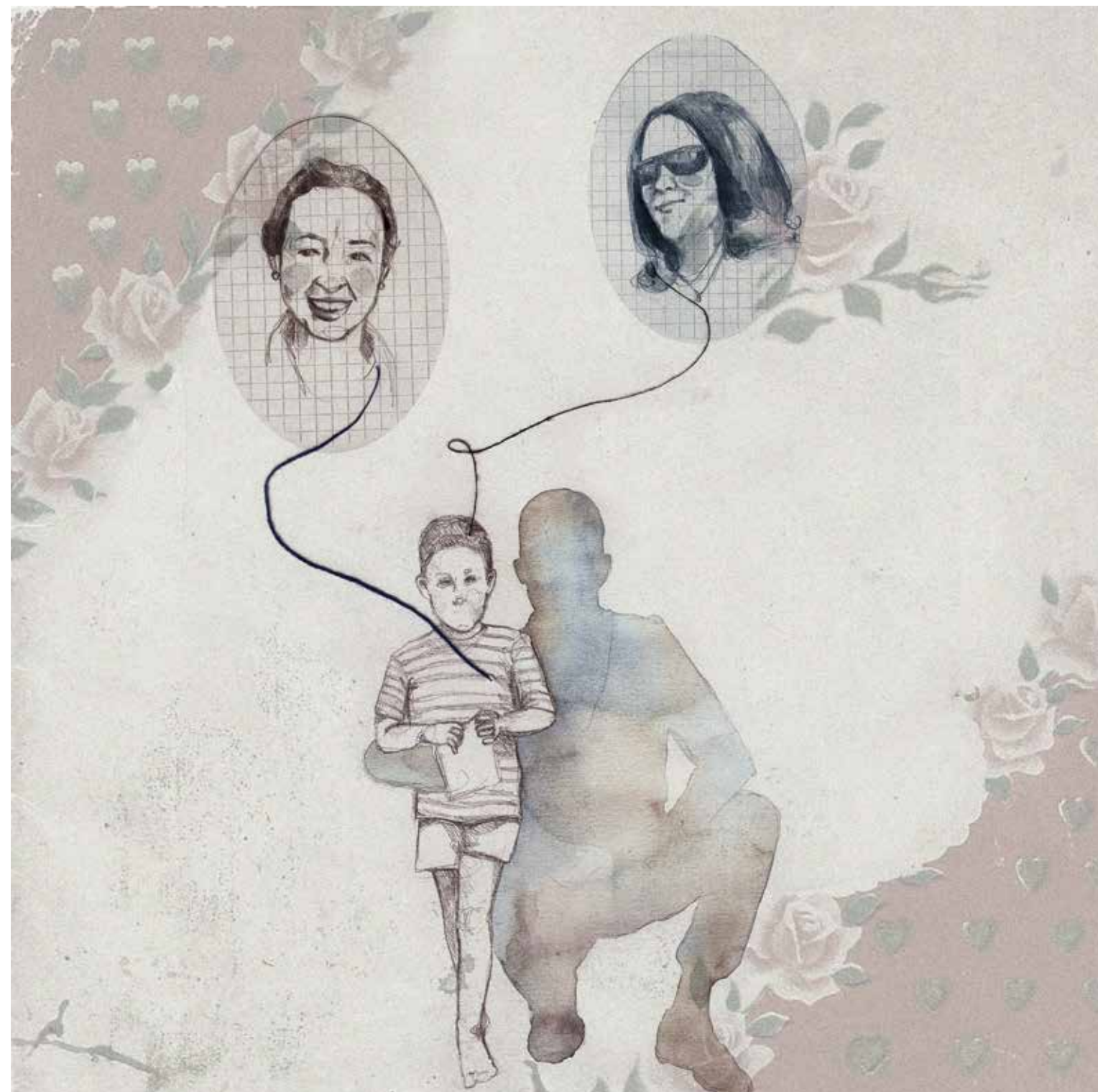
— E o que você sentia?

Na verdade, como um mecanismo de autodefesa, eu procurava não sentir. Era uma fuga. Aí, a partir da transição de 2015 para 2016, a coisa foi por outro caminho. Não vai querer chegar lá, levantar a bandeira de pai e exigir um tanto de coisa. Não, tem que ser amigo e saber acolher nas dificuldades, porque você não participou desse crescimento, e não há muito o que fazer porque cada ser é individual.

— Durante o tempo que vocês ficaram distantes, em algum momento você pensou nelas, em procurá-las?

— Não, porque, a partir do momento que eu tinha feito as tentativas, eu formatei a não pensar nisso mais, apenas depositar a pensão, porque não tive o apoio da segunda esposa. É uma desculpa minha também, porque tinha que partir de mim, mas, assim, tem que tirar essas travas para você começar a se abrir e enxergar o mundo de uma forma diferente.

Tentamos mais algumas perguntas, muitas das quais me pareciam prontas há anos, como se ali encontrasse uma figura que, mesmo não sendo a que eu almejava, pudesse responder sem seu nome. Mas o trabalho parecia esperar ansiosamente por Carlão. “Então, meninas, preciso ir. Se vocês quiserem, podem voltar na segunda”. Ele se levanta, se despede de nós e vai ao encontro dos demais colegas, que ali permaneceram durante toda a conversa. Apesar da pressa, ainda há tempo para o último café e um bate-papo em que somos novamente apresentadas, e rapidamente surgem outros potenciais entrevistados. É segunda-feira, há muito a fazer, e a sala continua agitada.



Sorte é pra quem tem

“Eles me chamam de Chico*”. Chico pra lá, Chico pra cá, desde as 6h da manhã. Chico buscava salgados na fábrica e ajudava a vendê-los. Aos sete anos, o comércio ambulante da família precisava dele. Os outros irmãos, já mais velhos, não nasceram com “estrela na testa” como Chico. “Se isso não for sorte, não quero ter azar!”, diziam a Chico. Não precisava mandar, era seu dever. Aos nove anos, na porta da igreja, de bala em bala, três dias na semana, até o anoitecer. O dinheiro, para Dona Lurdes*, a mãe. Do trocado que sobrava: material escolar comprado pelo próprio Chico.

Um dia estudava. Outro não. Outros dois, três não. Meses se passavam e os pais não percebiam, até a escola bater à porta. “Ficava mais na rua do que em qualquer coisa”, conta Chico. Cruzeiro e Bayern de Munique na final do Mundial Interclubes e o menino vendendo pipoca no estádio. “Nem se dando conta do que tava acontecendo ali”, conta o filho mais velho de Chico, que pouco sabe sobre a história de Chico.

Hoje, Chico é gente grande. Tem 50 anos, três filhos, uma esposa e memórias de um menino que “ganhava os melhores presentes a cada Natal”. Quando, aos 12 anos, falava “eu quero ir pro Rio de Janeiro”, tinha a bênção de Dona Lurdes e a companhia de amigos do bairro. Joaquim era o pai, mas “não participava muito desse lado não”. A volta, quando o menino bem entendia. Chico nasceu em 1966, morou no bairro Carlos Prates, em Belo Horizonte, e ali foi “criado normalmente”. Com permissão e incentivos para beber e fumar, “podia fazer tudo de errado qu’ocês imagina”. Em casa, até o papagaio xingava. E da boca da mãe, ouvia: “esse menino é bobo demais, ele não gosta de participar de nada!”. Entre uma e outra festa, a residência era sempre bem frequentada. “Ah! Esse aqui é tio, esse aqui é primo, esse aqui é amigo, não sei o quê”, é o que diziam sobre os tantos que por lá circulavam. Vez ou outra, apareciam “umas meninas”. Um dia, foi um senhor de Goiás, que falava sobre uma tal garota. “Ah, não! Não tô mexendo mais com isso não”, Dona Lurdes respondia.

Aos 12 anos, retraído e complexado, escondia um buraco na boca conversando com pouca gente. “Eles não me ensinaram a escovar dente. Eu não via ninguém escovando dente lá”. Deu

cárie nos da frente. A família conseguiu um tratamento de graça para o menino. Mesmo assim, Dona Lurdes mandou arrancar tudo. “Mas a senhora não vai querer tratar?” Foi o assunto da vizinhança. “Como é que Dona Lurdes fez isso?!” , falavam as más línguas, com dentes na boca. Enquanto Chico chorava de boca fechada, convencendo-se de que a mãe só queria o seu bem.

O pai não aparecia em seu registro e, em casa, quase não parava. Mas “sempre fazia as coisas pra me agradar”. Tinha fama de ser um cara bravo. Era forte e batia nos enteados, filhos de outro casamento de Dona Lurdes. Depois do primeiro palavrão a ele destinado, Chico fechou os olhos e esperou um dos fortes. Longos segundos passaram, suas pálpebras se movimentaram e os olhos viram: o homem másculo que Joaquim* era também chorava. “Aquilo ali me derrubou”. Nunca mais respondeu ao pai, e sentiu-se amado.

Chico crescia, ao passo que os presentes diminuía. E a casa da primeira namorada revelava outro jeito de ser família. Mas pai é pai, e mãe é mãe. Sempre foi um garoto obediente. Mesmo depois de descobrir que o seu pai não era pai e sua mãe não era mãe da forma como esperava. Foi em uma briga de rua. O vizinho que ele enfrentou com toda a sua força de 12 anos sabia, como toda a vizinhança, aquilo de que Chico desconfiava. E procurava, nos irmãos brancos, o tom mais parecido com o de sua pele negra. Um pouco de consolo encontrava no corpo forte e moreno do pai que, ainda sim, “era mais clarinho”. Naquele dia, descobriu: era filho adotivo. “Eu queria ser filho da senhora! Eu queria ser filho do senhor!”, insistia, debruçado aos pais, certo de que a descoberta o expulsaria de casa.

Dali em diante, o vínculo entre eles só se estreitou. Afinal, sua mãe biológica o havia abandonado na mais precária das situações. “Escondido em uma caixinha, com a boca machucada”. Mas o bebê Chico sobreviveu graças à intervenção dos caridosos pais adotivos que o teriam resgatado. Um grande e sacrificante favor faziam ao criá-lo. Afinal, seus pais biológicos já faleceram e ninguém mais o quisera. E Chico deveria saber disso, muito bem sabido. Foi assim que a malícia de Dona Lurdes conseguiu plantar a sementinha da gratidão no peito do menino. Enquanto isso, Joaquim era só silêncio.

PACTO DE SILÊNCIO

Nosso primeiro encontro com Chico se dá em uma sala de esgrima. Ele esperava o filho terminar sua aula. E, no final, o filho esperava-o terminar a conversa. Tanta coisa não cabia em uma sentada. Precisaríamos de três longos encontros e alguns contatos via Facebook. O terceiro encontro foi a pedido dele mesmo, que acabou fazendo da entrevista uma oportunidade para buscar mais retalhos perdidos de sua história. Foi preciso ligar os pontos e desconfiar das pessoas mais próximas que, na verdade, nunca estiveram dispostas a partilhar ou admitir o que já sabiam.

Tudo que descobriu, e que não é pouca coisa, teve que ser, mais uma vez, de Chico por Chico. As investigações começaram aos 23, 24 anos. De algumas coisas, sempre soube. Mas deu a elas o significado de alguém que, em toda a sua simplicidade e sensatez, pôde olhar para o passado “por fora”. Foi preciso tornar-se pai para ver que os seus não foram, foi preciso ter uma família para saber que a sua não era e foi preciso grisar os cabelos e o bigode para tentar quebrar os silêncios e os não ditos. De vendedor ambulante comprometido à “vítima de exploração do trabalho infantil”, do tratamento de realeza ao “filho de criação”, dos presentes de fim de ano à “prestação de contas”, do cuidado ao “interesse” e do lar à “casa de prostituição”. Dona Lurdes, sua mãe adotiva, aliciava jovens mulheres, em sua maioria menores de idade, para trabalharem para ela. Ao que fotos, documentos, cartas, boca a boca e lembranças compilados por ele indicam, foi de uma dessas “meninas” que ele nasceu. Chegou ao nome dela pressionando a mãe adotiva com uma mentirinha engenhosa. “Tem uma mulher ligando, ela quer conhecer o Chico”. O pavor de Dona Lurdes entregava: não havia caixinha escondida e nem Chico com a boca machucada. “Ela se chamava Emília*”, foi só o que conseguiu tirar daquela que alegava não saber mais nada.

Da perspectiva de encontro com a verdade que a mãe biológica poderia representar, veio o estorvo e a decepção. “Pessoa de caráter duvidoso”, ele resume. Chico tinha 33 anos quando Emília o visitou. Cheia de amarras e exageros, abraçou um dos supostos netos imediatamente. Mas foi o sobrinho de Carmen*, esposa de Chico, que recebeu o calor de seus braços. Falou

alto, discutiu, tumultuou, fingiu e, até hoje, diz que não gosta de falar sobre o passado. Mas, de Chico, pede “só” três coisas: “sinceridade, chamar de mãe e amor”. E algumas vezes, dinheiro.

Emília tem sua versão dos fatos. Mas, de tropeço em tropeço, rompe com suas próprias defesas. Contradiz-se e, no entanto, insiste: “Eu registrei você, seu nome é Arthur*, me tiraram de você!”. A “verdade” se mostra cada vez mais distante, mais absurda. Ao que parece, todos tinham alguma culpa no cartório. E foi lá que Chico conseguiu o documento de que precisava. Em sua certidão de nascimento, consta: “Emília Cardoso Versiani*” foi testemunha de que Dona Lurdes o registrou como mãe.

“Foi uma jogada e tanta da Dona Lurdes. A Emília não poderia voltar atrás, porque ela foi testemunha”, Chico conta enquanto nos mostra o papel amarelado. Junto a ele, cartas de amor trocadas de “Joaquim para Lurdes”, de “Lurdes para Joaquim” dos tempos em que ainda não moravam juntos. Os registros entregaram o relacionamento extraconjugal da parte dele. Ao que parece, é aí que o Chico entrou na história. “A Lurdes realmente podia gostar dele, e o único jeito, talvez, que ela achou pra convencer ele a deixar a casa onde morava com a esposa e dois filhos, era falar que tava grávida dele”.

Chico não tem total clareza de como ele teria sido usado para unir o par. Talvez Joaquim tenha sido conivente com a mentira. Talvez aquilo pudesse servir de justificativa para deixar sua família para trás. Talvez ele tenha caído nas peripécias de Lurdes. Talvez ele tenha descoberto a verdade depois. Talvez ele tenha consentido calado, como quase sempre. Talvez, talvez e talvez, mas uma coisa era certa: tudo havia sido muito bem arquitetado. Desde o princípio, quando o menino ganhou um nome: Joaquim Francisco de Salvo*.

Dona Lurdes não se deu ao trabalho de relegar a ele um sobrenome seu. Quis mostrar a todos, de todas as maneiras, que Joaquim era o pai. Dele, vinha o “Salvo” e até o primeiro nome. “Só faltou colocar o ‘Junior’”, constatamos rindo na presença de Chico. Entre o “Caldeira*” e o “Salvo” do pai, a escolha do segundo também foi estratégica. “Caldeira”, Lurdes

já tinha em seu sobrenome. Não daria o efeito pretendido.

Era preciso mostrar à antiga família de Joaquim que eles haviam ficado para trás na menor das sutilezas. Era a vez de Chico ganhar presentes e, o mais importante, deveria ser o único. E era preciso exhibi-los, especialmente na presença dos filhos biológicos de Joaquim, que faziam visitas e morreram acreditando que Chico era um irmão de sangue privilegiado. Do pai, ganhou até casa e outras mentiras. Mas, quando Joaquim quis deixar algo para Chico de verdade, a dona deu seus pulos. “Dê o que der, esse táxi vai ser do Chico. Eu vou deixar pra ele”, dizia o pai de criação. Mas uma procuração apareceu em seguida. O documento passava os direitos da placa do carro para Luiz Felipe*, filho mais novo de Lurdes. O mesmo Luiz Felipe também “esqueceu” o nome de Chico na certidão de óbito da mãe. Foi quando ele se conformou com o que relutava em acreditar: vivia uma encenação.

Dona Lurdes sempre teve Suzanne* como filha mais próxima. Com ela, dividia sua ganância, seus segredos, e há rumores de que o próprio marido. Mas disso pouco se sabe. O fato é que a mãe deixou todos os seus bens no nome de Suzanne. “Quando a Lurdes casou, eu era o único filho dela com o Joaquim. Então, ia ficar tudo pra mim. Se por acaso eu viesse a reivindicar, tentar falar ‘não! Ele é meu pai, todo mundo é testemunha’, eles já dificultaram ao máximo, porque, pra eu colocar o meu nome aqui, eu teria que procurar a Justiça... teria que ir lá, provar... isso aí ia dar um...”, Chico nos explica.

Com a certidão de óbito em mãos e o resto da papelada antiga, foi preciso traduzir a lógica perversa daqueles com quem por tanto tempo conviveu em dois ou três encontros para nos fazer entender com precisão. Mas a digestão de tudo aquilo não passava só pela relação de detalhes e pelo emaranhado de tempo que ia e voltava do presente para o passado e vice-versa. “Isabelle e Alice”, ele dizia, chamando-nos pelo nome com o jeito atencioso de conversar, e completava: “O ser humano é capaz de coisas que...”.

A MALDADE DAS PESSOAS BOAS

“Agora que eu tô conhecendo a maioria das pessoas da minha família biológica. Mas eu sinto que, da parte da minha mãe biológica, tem muito receio de falar a verdade também e até um certo medo”. Nem a morte de Joaquim e de Dona Lurdes foi o bastante para que Emília abrisse o jogo.

“Ela foi vítima. Eu falei com ela: ‘a senhora às vezes fica se culpando, mas a senhora não tinha informação pra discernir”. Emília saiu de sua casa aos 14 anos, dispensada pelo novo companheiro de sua mãe. Junto a ela, todos os irmãos. Cada um tomou seu rumo. O de Emília foi o mesmo das tantas outras tais “meninas” e teve destino final nas supostas ameaças ou artifícios de Dona Lurdes, que depois a mandou para longe.

Se foi beneficiada ao testemunhar a entrega de seu filho, Chico não pode confirmar. Analfabeta e sujeita aos destratos da vida desde jovem, teve o primeiro filho aos 16, o segundo aos 17 e Chico aos 18. Depois dele, vieram ainda outros três. Desses, criou um só. Dos “meninos de Emília”, toda a família biológica sabia, menos de Chico. Ao que tudo indica, ele mesmo era uma verdade oculta. A constatação ganhou mais sentido em nosso terceiro encontro, quando Chico nos chamou para relatar novos achados de sua história.

Com toda a “malandragem” que teve que desenvolver para sobreviver, como Chico descreve, Emília tentou impedir todas as suas tentativas de contato com as ditas “primas biológicas”. Alguma coisa havia de ser comprometedor demais nessa história toda, sua atitude acabava revelando. Mas Chico só queria investigar o que uma vez ouviu da boca da avó: “você é a cara do seu pai! Você é filho do compadre Aloísio*”. O tal militar que acabou se divorciando, em torno do qual corriam certos murmurinhos e na casa de quem Emília chegou a morar, enquanto sua sobrinha “emprestada”, filha da irmã de sua esposa.

A mais decisiva das constatações não era que prima era irmã ou que irmã era prima, ou que Aloísio era pai, ou que Emília teve um filho com o tio, mas que Chico estava “correndo atrás de vento”. “Isso não vai mudar nada. As pessoas vão continuar a mesma coisa”, ele agora dizia. “É uma busca que não vai trazer o que perdeu... porque eu acho que, quando a gente procura, a gente tá querendo aquele relacionamento que a gente não teve... de primo, prima, tio, tia. Isso não vai existir mais, porque o elo foi cortado, e não tem como chegar um cara lá de 50 anos e a família: ‘ó!’. Não vai acontecer isso. A gente fica, no meu caso, como se estivesse esmolando amizade, esmolando atenção, esmolando carinho, esmolando familiaridade e não... não tem necessidade disso. Aí, eu penso até quando? Até quando vale a pena?”.

Depois de tirar suas conclusões, contemplar a família que ele mesmo construiu e reviver histórias as quais ele já havia contado, nos despedimos. Ficamos com a sensação de que as palavras jamais poderiam conter todos os significados vividos e compartilhados, com a “certeza de que as pessoas são capazes” e com a ternura de seu abraço tímido e de pouco contato, que refletia o Chico que teve que aprender a dar e receber carinho na marra. Quando já era gente grande e ainda estranhava o cafuné nos cabelos que recebia da namorada.

Uma saída pela escuta

Alice Machado

Do meu pai, herdei uma infância marcada por memórias protagonizadas por ele. Herdei deslumbre por suas aventuras de menino crescido no interior, sempre narradas às vésperas da hora de dormir. Herdei cabanas construídas com muito esmero e lençol. Herdei rodadas de esconde-esconde pela casa, sempre levadas muito a sério pelos três – somos três os herdeiros de sua presença amorosa. E do carrinho de rolimã feito por suas mãos. E das inúmeras laranjas descascadas pelas mesmas mãos, que, com destreza, não feriam o gomo da fruta.

Também herdei algumas várias desavenças. Mas todas elas oportunizadas pela presença. Na presença, forjei os significados de paternidade em função da minha própria experiência. Até hoje, significados meio nebulosos, que, às vezes, se esquecem de que, por trás de “pai” e “mãe”, estão pessoas confusas, como eu mesma, e não funções. Mesmo assim, significados que sempre relatei a amor e amparo, em meio a outras tantas coisas que talvez não saiba nomear. Mas, para gravar as palavras neste livro, foi preciso dar nome aos encontros, às sensações e aos atores. Foi preciso percorrer um mundo que em nada, ou quase nada, se parecia com o meu, o “das maravilhas”.

Diante dessa diferença, revelei minha ingenuidade na surpresa expressa a cada pensão fechada em valores cujos números pareciam bancar apenas a obrigação de pagar algo. E também no desvelado desconhecimento que tinha dos processos jurídicos que essa história toda poderia envolver. A inocência como sintoma da filha que fui, e sou, de um pai presente e de uma família de ânimos acirrados, mas muito “bem estruturada”, como diriam.

À sombra desses estranhamentos, que, de maneira diferente, Isabelle também sentia comigo, recorrer à escuta foi a melhor saída para as vezes em que nem mesmo as perguntas sabíamos como elaborar ao certo. Mas encontramos potência nisso. “Você pode contar a sua história?”. Despretensioso, o pedido se transformava em ações, gestos e temporalidades ordenados em

palavras pela liberdade do próprio entrevistado. Havia significado na forma como as palavras se associavam, nas entonações, nos olhares e no que ganhou destaque ou ficou omissos. Perceber esses sentidos, um desafio que ficou mais fácil com o olhar delicado e sensível de um orientador que foi pai deste livro todo e, de certa maneira, eu diria que até de suas autoras.

Depois, o desafio de representar tudo isso sem contar com a evidência das miudezas, dos sons, das caras, dos cheiros e afetos que apenas a presença viva parecia alcançar. Em palavras, encontramos saída na possibilidade de narrar encontros – nossos com eles e elas, e deles e delas com a gente. Momentos inscritos em circunstâncias específicas, e não verdades absolutas sobre mães, filhos, filhas e pais (ou não). Antes de tudo, pessoas.

Com elas, me emocionei, me revoltei, me compadeci, me surpreendi, me diverti, me entristeci e também me transformei, porque me deixei afetar. Estar presente de forma silenciosa, pela maior parte do tempo, diante dessas pessoas me desestabilizou e levou a sensações de impotência perante os fatos, por vezes cruéis. Mas percebê-las desejosas em relação à partilha, como o foi na maioria dos casos, me fez encarar a escuta e a presença silenciosa como um gesto de gentileza e consideração poderoso, que não cura dores, mas pode ajudar a dissipá-las.

Centelhas

Isabelle Chagas

Caía uma chuvinha daquelas pirracentas quando uma menina – foi o que a minha miopia e a parca luz noturna me permitiram enxergar naquele momento – se achegou com timidez, no meio do bloco, perguntando se eu era a Isabelle, “a do livro”. O tal livro ainda não tinha sido publicado, e a sua circulação, restrita a alguns poucos amigos e professores. Ao som de É o Tchan!, fui desembolando a prosa por ali mesmo, mas ficou prometida para depois. “Te segui no Instagram, meu nome é Talita”.

Quase findo o carnaval, faço contato. Nem uma hora de conversa, marcamos um encontro naquele dia mesmo. Ela, que havia conhecido o livro por conta de uma matéria de jornal publicada no agosto passado, queria contar a sua história para mim – mas precisava ser pessoalmente. Àquela altura, já tinha me acostumado com a oferta de pessoas das mais variadas, que, sabendo do projeto “dos pais ausentes”, se animavam com a ideia de narrar para alguém o que, muitas vezes, nunca tiveram coragem de dizer em voz alta nem para si mesmas.

Espero em pé, meio perdida no Shopping Cidade, e novamente sou encontrada – dessa vez, por uma mulher. Ao perceber a dificuldade de reconhecê-la daquele dia, fico intrigada em como ela teria sido capaz de me avistar em meio a tanta gente, debaixo de chuva e de fantasia. Animada, Talita alerta que começaria do começo, um recuo de pouco mais de trinta anos. As temperaturas de graus elevados não me impedem de aceitar um café chique, e a cada gesto vou dando a atenção merecida – dosar os excessos de nossas afetações e interpretações, nalguns momentos, é um exercício para não perder o outro e seus mundos de vista. Havia me agarrado ao prometido, mais uma história de parecenças repleta de singularidades.

Seus pais trabalhavam juntos, da amizade um namoro e, não tardou, a sua gestação. Não se casaram nem se juntaram, mas o pai costumava frequentar a casa. Chegou mesmo a participar do primeiro aniversário, uma das últimas de suas aparições. O que sabe são pecinhas

rearranjadas nas memórias da mãe e do irmão mais velho, que com ele conviveu mais do que a própria filha. O sobrenome foi conquistado só na adolescência, quando convenceu a mãe a entrar na Justiça. Ainda que ínfimo, o dinheiro da pensão ajudaria a fechar as contas do mês com um pouco menos de sufoco. Mesmo com o pedido de exame de DNA negado pelo juiz, seu nome foi o terceiro a constar no contracheque do então servidor público. Voltou a buscar notícias do pai quase duas décadas mais tarde. A pensão alimentícia parou de cair e a suspeita constante reapareceu, “será que morreu?”, a levou para a internet à procura de pistas. Certo cheiro de familiaridade vai me apanhando. “Qual o nome do pai dessa menina?”, perguntava eu sem dizer, e a narrativa ia se desenrolando como quem a teria contado uma dezena de vezes. “O nome dele é Waldyr Barboza Chagas”.

Falar e ouvir o nome do meu pai foi um exercício que só me dispus a fazer, e com muita dificuldade, na feitura deste trabalho. Alice e eu o idealizamos sem muitas pretensões. “Contar histórias de mães, pais, filhos e quem mais estiver pelo caminho”, ingenuamente dizíamos ser esse o nosso objetivo, sem saber bem como ou de quem. A dimensão da ausência paterna na vida de tantos filhos e tantas filhas de maneiras tão peculiares foi o que surpreendeu. Até mesmo aqueles(as) que conviviam com seus pais, dentro ou fora de casa, sentiam-se contemplados pela categoria “ausente”. Na pele de jornalista, parecia mais fácil questionar, confrontar. Das entrevistas, fiz trocas de experiências em que não só ouvia, mas também contava e elaborava. Diante da situação comum entre nós, os(as) “entrevistados(as)” incontáveis vezes inverteram o jogo. Fazíamos-nos, a um só tempo, narradores(as) e personagens, objetos e investigadores(as), jornalistas e fontes. E em cada história fui, aos poucos, encontrando algo de meu, e, inevitavelmente, a elas me misturando.

Quando as pessoas, emocionadas, contavam que era a primeira vez que conseguiam falar sobre “isso”, esse “isso” tão negado e sublimado saía com certa dificuldade. Filhos, filhas

e pais tentavam criar relações de causa e efeito entre acontecimentos e narrativas em que eles(as) precisavam ser ou as estrelas principais de uma trama de superação ou figurantes de um roteiro que parecia não ter sido escrito para eles(as). Há uma cena que caminha comigo, bastante viva, de uma visita ao zoológico. Dentro do carro, na infinita fila que separava a minha empolgação infantil da selva artificial, sou surpreendida pela pergunta de minha tia, se eu não tinha “vontade de conhecê-lo”. Antes que eu pudesse elaborar uma desculpa rápida, das que costumava oferecer, imediatamente o tio entreviu. “Ele não vale nada”, encerrou o assunto. Ela ainda tentou, repreendendo o marido por “falar assim” na minha frente. Mas eu não tinha nada mesmo a dizer, me convencia.

O que havia era uma repetição. Da dificuldade de narrar a experiência de uma paternidade em ausência, reiteradamente negada, seja como pergunta, seja como tentativa de resposta. Uma ausência que, muitas vezes, foi e é mais presente do que se possa imaginar, refeita nos pequenos gestos cotidianos. Formulamos e vivemos paternidades e experiências paternas, criadas a partir do que vemos, sentimos, experienciamos, desejamos, fabulamos. Não se trata de relativizar nem justificar o abandono recorrente e aceitável da parte dos homens. Olhar as configurações familiares pelo que são, e não pelo que esperávamos que deveriam ser, é o que me parece, hoje, um caminho possível para que as subjetividades possam subverter moralismos, violências, culpas. E é essa uma das heranças que mais celebro do caminho que vem perdurando com o início deste trabalho, que já completa quase quatro anos.

Menos do que informar, aqui aparece um jornalismo centelha que faz querer falar para além dele mesmo, de aberturas. Como bem lembra Ângela, parece haver uma espécie de “vulnerabilidade semântica associada à figura do pai e ao exercício da paternidade”, e as narrativas sobre elas não poderiam ser diferentes, portanto, ao modo das ausências, tramas e movimentos jornalísticos que assumem seu lugar de desarrumação; chamá-las de comuns não só

aos que não tiveram pai em fisicalidade, mas à maioria das experiências.

Nas conversas com Chico, que se tornou um grande e querido amigo, costumamos nos atualizar sobre os últimos acontecimentos de nossas vidas. “Você não vai acreditar, encontrei uma irmã no carnaval!”, conto eu do lado de cá, enquanto ele me pede ajuda para desvendar novos caminhos do labirinto de laços biológicos e adotivos que o trouxeram a esse mundo. No livro, mais do que contar histórias bem-acabadas, inteiras e coerentes, constam impressões e pedaços de mundo possíveis que arranjamos e tecemos juntos. Bruno, primo de minha amiga, com quem me encontrei inúmeras vezes depois da entrevista, me fez, inúmeras vezes, querer reconstruir a narrativa sobre a sua história. A cada encontro, a relação com o pai parecia se afastar ainda mais daquela escrita. “Levei o livro para a psicóloga”, disse da última, resistindo à minha curiosidade por mais detalhes.

Talita estava decidida a não procurar nem querer saber nada do pai quando precisou ir em busca de uma resposta. Saber se ele, a quem vira uma única vez, estava vivo ou não, foi o que levou a nos encontrarmos. O uso do sobrenome dele, com o qual me identifico – ironia ou não –, facilitou o caminho. Ao se depararem com o livro na internet, “com esse título”, ela e a mãe tiveram a certeza de que, sim, só poderia ser mais uma filha. E por causa desse TCC, fizeram com que eu, que até aquele momento não existia em seus horizontes de vida, me tornasse parte deles.

Como se faz uma irmã, uma filha, um pai? Naquele dia chuvoso, no meio do bloco, ela, que há algum tempo tomava coragem para comigo falar, diz que “nós nos chamamos”. Juntas, passamos a montar quebra-cabeças que sabemos não ter o total de peças, cujas imagens por vezes permanecem turvas. Há a promessa de outros filhos e outras filhas, que podem ou não se tornarem irmãos e irmãs. Importa que é possível ser possível, e que as nossas histórias, como centelhas, mesmo e apesar de, também.

Ética, subjetividade e afetos na pesquisa em Comunicação:

Ângela Marques

Uma das primeiras dimensões da realização do trabalho de conclusão de curso de Isabelle e Alice que me chamou a atenção foi a concepção de paternidade que elas adotaram: a paternidade foi tomada não como uma experiência isolada, mas como construção comunicacional, cultural e moral coletiva, envolvendo as teias de vizinhança, de apoios familiares, de amizade, que vão sendo tecidas e retecidas, cotidianamente e arduamente pelas mulheres. Sob esse aspecto, a paternidade não se confundiria com a figura masculina, uma vez que a força, a interdição, a lei, o fundamento identitário trazido pelo “pai” são muitas vezes configurados em interações e relações urdidas por várias mulheres.

Assim, um segundo aspecto que se sobressaiu do trabalho por elas realizado foi o fato de existir uma vulnerabilidade semântica associada à figura do pai e ao exercício da paternidade. Expressões como “pai ausente ou desconhecido”, “desinteresse paterno”, “abandono pelo pai”, que denotam uma avaliação moral negativa e invisibilizadora da paternidade, foram por elas exploradas de modo a evidenciar a precariedade de um vocabulário próprio capaz de descrever a função social da paternidade que incide sobre as possibilidades dos homens de se pensarem e se narrarem enquanto tais. Isabelle e Alice revelam que a menor exigência social do cumprimento das funções paternas (se comparada às cobranças morais que recaem sobre a maternidade) tem que ser analisada em contexto, pois a territorialização de uma forma de parentalidade acarreta marcas interseccionais específicas e singulares, afetando as presenças ou ausências paternas.

O trabalho que realizaram se propõe a discutir o processo de tessitura de narrativas sobre paternidade a partir de diferentes textualidades e materialidades, como conversações cotidianas, objetos, cartas, depoimentos, processos judiciais e marcas depreendidas de espaços institucionalizados. Há na pesquisa uma importante contribuição ao campo da comunicação no que diz respeito à associação entre os relatos de histórias de vida e a autoetnografia para a elaboração de uma pesquisa em Comunicação Social.

paternidades ausentes e refeitas nas teias relacionais femininas

A história de vida de Isabelle faz com que a autoetnografia seja considerada como dimensão de pesquisa, uma vez que a trajetória individual da pesquisadora e sua própria vivência da paternidade ausente pode conferir-lhe o status, como afirmou Patricia Hill Collins, de uma “*outsider within*”, ou seja, a combinação de uma perspectiva “de dentro” com uma escuta atenta “de fora”. Isso lhe permitiu construir reflexões cujo rigor não se encontra na busca de uma objetividade isenta, mas de um horizonte que permite passagens entre o familiar e o inquietante, a proximidade e a distância, a preocupação e a indiferença.

Sob esse aspecto, a pesquisa científica é atravessada por um conjunto de questões ligadas à objetividade e ao rigor da produção de dados. Ao longo da realização do trabalho, Isabelle e Alice perceberam que a objetividade é um horizonte que mantemos diante de nós, mas que não se concretiza totalmente quando nos deixamos afetar pelas experiências dos sujeitos concretos. Ainda assim, uma pesquisa conduzida pelos afetos não pode ser apontada como isenta de seriedade e rigor ético. Mesmo quando somos arrebatados pelos afetos, há uma racionalidade que guia nossos passos: há um plano, um método, um planejamento. Mas o que é colocado em primeiro plano são gestos conjugados de expor-se, de arriscar-se, de redefinir reflexivamente cada passo da pesquisa a partir do que cada encontro promove no processo de construção da investigação e das investigadoras. Isso tudo sem perder de vista o âmbito relacional e intersubjetivo que demarca o estudo da Comunicação como ciência.

Como sabiamente aponta José Luiz Braga, de um lado, devemos tomar cuidado para que o enfoque comunicacional não se torne apenas pano de fundo de questões sociológicas ou antropológicas. Sabemos que processos de comunicação estão entrelaçados com processos sociais, políticos, educacionais, jurídicos, econômicos e afetivos. Mas, de outro lado, temos que buscar, no encontro e na conversa com os sujeitos pesquisados, as pistas que nos indicam os modos de comunicar das pessoas, ou seja, os modos como constroem suas narrativas,

suas temporalidades, como se expressam e convidam os outros a conhecerem seus mundos concretos e possíveis, mundos nos quais seus argumentos, suas demandas, suas queixas e seus sonhos fazem sentido. No caso de Isabelle e Alice, a comunicação em ação está marcadamente presente na produção de relatos de si: esses relatos não são fruto de uma reflexão de pessoas isoladas, mas são produções que consideram sua rede de relações e revelam como elas interagem socialmente, como planejam seu presente e seu futuro, como usam suas capacidades e habilidades para levar adiante projetos de vida que necessitam da valorização e aprovação dos outros de modo constante.

Na pesquisa, não há articulação fácil entre os conceitos teóricos e as narrativas produzidas pelos entrevistados. A vida de cada um deles é muito mais complexa do que qualquer teoria pode explicar. Na verdade, a função das teorias não é explicar o real, mas nos auxiliar a enfrentar suas resistências à nossa observação e tentativa de entendimento. Processos comunicativos e expressivos não podem ser “domados” pela teoria, por isso não conseguimos alcançar uma objetividade (tal como nas pesquisas de ciências exatas) e uma universalidade nos resultados.

A pesquisa de campo com pessoas envolve reconhecer as indefinições dos contextos e as confusões e contingências que marcam as suas vidas. Ela exige de nós uma disponibilidade para a escuta, um tempo para permitir que o outro elabore o que deseja dizer, enfim, uma outra configuração afetiva muito complexa e exigente. Ao mesmo tempo, a pesquisa em comunicação requer que busquemos descrever as situações de encontro com o outro, observar e escutar atentamente as perspectivas dos sujeitos, perceber os sentidos em jogo, as tensões e os enfrentamentos que marcam suas existências. Nosso material de análise não são só as frases colhidas nas entrevistas. Tais enunciados não são dados isolados de um contexto de experiência: são o produto de uma interação forte entre pesquisadora e pesquisada.

Isabelle e Alice perceberam que fazer pesquisa em Comunicação não se resume a associar os relatos coletados, recontar, reportar e, geralmente, associar a categorias teóricas já estudadas. Mesmo porque a teoria não consegue prever a densidade e os detalhes tão ricos da experiência das entrevistas. A pesquisa feita foi norteadas por questões subjetivas fortemente ligadas à identidade das investigadoras como filhas. Mais especificamente à experiência de Isabelle. O diálogo com as pessoas entrevistadas, algumas em situação muito semelhante à sua, mostrou que as pesquisas que envolvem o encontro com a alteridade demandam uma disposição para viver uma experiência pessoal e interpessoal única junto aos sujeitos pesquisados.

Sob esse aspecto, é preciso pensar em formas específicas de deixar o outro falar e de ser afetado por ele que não podem ser contidas nos modos tradicionais da representação do conhecimento e dos resultados de pesquisa. Assim, pode-se construir o sentido de forma partilhada, não hierarquizada. Desloca-se o pesquisado de um lugar de “objeto” de análise e constitui-se para ele um lugar de interlocutor, parceiro simétrico na construção da pesquisa.

Houve o cuidado para tratar a narrativa biográfica da pesquisadora de modo a não ser tomada de antemão como algo que legitimaria um lugar de fala científico. De um lado, o lugar de fala biográfico é também o lugar de onde emergem as preocupações de pesquisa. O estudo do grupo ou do espaço social ao qual se está vinculado deixa de ser visto como impossível para se tornar necessário: a proximidade do sujeito pesquisador com o tema pesquisado é a condição para tornar uma pesquisa possível. Mas, de outro, há o dilema de construir um lugar “fora” da experiência analisada, recobrando-o dos princípios éticos considerados adequados para que os dados sejam devidamente colhidos e representados no texto.

A pesquisa com sujeitos envolve afetos que nos transformam, que demandam um autoques-

tionamento constante. Há aqui também presente a questão do lugar de fala biográfico. Por Isabelle se reconhecer na experiência dos entrevistados, poderíamos pensar que ela teria uma suposta “autoridade” e legitimidade para fazer essa pesquisa e conversar com outras pessoas que também vivenciaram a ausência do pai. Mas é importante dizer que todos esses nomes não nos tornam necessariamente iguais e equivalentes em nossas escolhas, formas de pensar e modos de vida.

É claro que existiriam diferenças de abordagem consideráveis, mas não podemos afirmar que só filhos de pais ausentes podem ser protagonistas dessa narrativa – Alice tem outra experiência de paternidade, por exemplo –, como se houvesse uma regra que estipulasse que só aqueles que conhecem os códigos culturais de um grupo poderiam se relacionar com ele. Todo pesquisador tem dúvidas e angústias diante de sua pesquisa, por mais que ele se sinta à vontade ou próximo com o universo pesquisado.

Além disso, há diferentes momentos e níveis de comprometimento afetivo ao longo da pesquisa: e isso mostra que o distanciamento nunca desaparece, pois há sempre a sombra da desconfiança e dos estranhamentos entre pesquisadora e pesquisada. Por mais que pesquisadora e pesquisada tenham várias características de semelhança, não incorporamos totalmente o imaginário, as experiências e o ponto de vista que possuem. Não há uma identificação total com os pesquisados e isso nos ajuda a manter a distância, a fazer com que nossa visão de mundo não prevaleça sobre as demais. Pertencer a um grupo e com ele se identificar não é garantia de acesso privilegiado ao universo do outro. É claro que a identificação e a empatia geradas na pesquisa empírica podem auxiliar na construção de confiança, mas nem sempre confiar significa entregar ao outro dimensões não tematizadas de sua experiência.

Podemos, desse modo, fazer uma pesquisa guiada pelos afetos e que, ainda assim, seja rigo-

rosa e coerente. O rigor não se confunde com a objetividade, mas deriva de uma coerência interna da pesquisa: uma coerência entre o problema que nos guia, os conceitos mobilizados e a metodologia criada a partir desses elementos.

Isso fez com que, a todo momento, Isabelle e Alice se vissem desafiadas em seus pressupostos, com suas certezas sendo quebradas diante de uma dificuldade em decifrar e entender o modo como cada pessoa entrevistada lidava com os problemas de viver “sem pai”. As pessoas entrevistadas não se tornaram transparentes para Isabelle só porque compartilha com elas algumas características identitárias. Pelo contrário. Em nenhum momento Isabelle teve domínio sobre as experiências delas ou sobre o que diziam. Isso revela a “opacidade essencial do pesquisador frente aos sujeitos pesquisados e seus universos”. Fazer pesquisa em Comunicação, como salienta Jean-Luc Moriceau, não requer que saibamos “dominar” os universos de nossos pesquisados, mas requer a sabedoria para fazer recuar nossa ignorância.

Com esta pesquisa, Isabelle e Alice entenderam uma coisa muito importante e que Judith Butler chama de descodificação e desterritorialização constantes: a todo momento, nas entrevistas e nas conversas realizadas, o entendimento, os enquadramentos e as interpretações eram modificados. Muita coisa fazia eco ao que elas mesmas experimentaram e exprimentam em suas vidas, mas as entrevistas ajudaram as pesquisadoras a entender, a nomear, a pensar juntas acerca de coisas e eventos que nos marcam e nos fazem ser quem somos.

As entrevistas não são meros dados colhidos a serem analisados, mas, como comenta Moriceau, são o resultado de uma profunda elaboração e construção conjunta, de modo que procuraram construir a pesquisa, com o apoio central do orientador e da bibliografia lida, como lugar que abriga diferentes temporalidades e afetos no entrelaçamento da modelagem representativa do conhecimento e do encontro transformador com a alteridade. A visão do

pesquisador não pode prevalecer sobre a do pesquisado, porque ambos se configuram juntos, ao mesmo tempo, nas entrevistas. Um se expõe ao outro: um se apresenta diante do outro e deixa aberta uma passagem para que ambos interfiram na percepção um do outro.

As pesquisadoras apresentam também a habilidade e sensibilidade de quem se coloca no limiar, na fronteira entre ser “de dentro” e “de fora” da comunidade dos “pesquisados”, sobretudo no momento de elaborar perguntas e perceber inconsistências que dificilmente podem ser delimitadas por aqueles que estão “só dentro”, mergulhados, ou “só fora”, por demais distanciados. As passagens não apagam os limites entre uma posição e outra, mas multiplicam suas figuras, complicam-nas, tornam-nas mais espessas, complicadas, espantosas. O sujeito-pesquisador que se posta no limiar, que contempla atentamente os fluxos e as passagens entre os dois lados da fronteira, deve olhar as situações e ver vidas sem julgá-las moralmente, procurando sempre se relacionar de outro modo com aqueles que olha e que o olham de volta, permitindo que ambos sejam surpreendidos. Patricia Hill Collins afirma que quem se coloca no limiar deve aprender a confiar em suas próprias biografias pessoais e culturais como fontes significativas de conhecimento. Com isso, a realidade vivenciada é usada como fonte válida de conhecimento para criticar fatos e teorias comunicacionais e sociológicas, ao passo que o pensamento comunicacional e sociológico oferece novas formas de ver esta realidade vivenciada.

Por fim, Isabelle e Alice produziram uma escrita acadêmica que não apaga as vidas e as riquezas produzidas e registradas nos encontros com os sujeitos da pesquisa. O trabalho realizado atesta que elas consideram a própria maneira dos entrevistados de se expressarem e contarem a si mesmos, sem esconder os paradoxos ou contradições nas falas. Colocam em suspeita o que os entrevistados dizem, ressaltam contradições, inconsistências, incongruências, contestando as aparências e, assim, pensando contra aquilo que é oferecido como fato ou verdade incontestável. Elas têm ciência de que pesquisadora e pesquisadas são reciprocamente vul-

neráveis, na medida em que, no processo da investigação, são atravessadas por uma série de constrangimentos, forças e fluxos que não podem ser inteiramente controlados, seja pelo rigor do método, seja pela legitimidade de saberes constituídos. Ambos estão expostos, mas essa não é uma fragilidade a ser remediada e sim a fonte de potência de toda pesquisa que envolve o encontro com a alteridade. Não desconsideram que o pesquisador se encontra em uma posição de poder e autoridade diante dos sujeitos que observa e interpela, mas demonstra respeito pela alteridade na elaboração de uma escrita que articula dimensões subjetivas e intersubjetivas, marcando as potenciais igualdades e assimetrias nas tensões produtivas das “escrevivências”.

SOBRE AS AUTORAS

Alice Machado

Nasceu em Ouro Preto (MG), cresceu em Joinville (SC), morou em Jundiaí (SP), Boca Raton (FL) e, atualmente, vive em Belo Horizonte, onde estudou Comunicação Social na UFMG. No curso, conheceu Isabelle, dupla de muitos trabalhos e amiga das mais admiradas. Bailarina, faz parte do grupo de dança contemporânea Sala B.

Isabelle Chagas

Nasceu e vive em Belo Horizonte, mais especificamente em Venda Nova, lugar que tanto inspira aquilo que faz. É jornalista e, logo mais, mestre em Comunicação Social pela UFMG, onde continuou se dedicando aos estudos sobre a paternidade e as mais diversas territorialidades. Nos corredores da Fafich, encontrou Alice, com quem divide a vida e este livro. Também faz parte da *Jurema*, publicação independente lançada em 2019 pelo selo Leme da editora Impressões de Minas.

BENEFÍCIO ao idoso e à pessoa com deficiência. *Portal Brasil*. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2011/10/beneficio-ao-idoso-e-a-pessoa-comdeficiencia>. Acesso em: 15 nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 fev. 2020.

CAMPOS, André Gambier. *Sistema de Justiça no Brasil: problemas de equidade e efetividade*. Brasília: Ipea, 2008. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1328.pdf. Acesso em: 22 abr. 2017.

CENTRO de Reconhecimento de Paternidade – CRP. Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/centro-de-reconhecimento-de-paternidade.htm#.XkmpuopKjIU>. Acesso em: 15 dez. 2016.

DADOS estatísticos do IBGE sobre rendimento, família, gênero, população, educação e domicílio. [S.d]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,43,432220,432360,432345,431550,430690,430930&cat=128,-15,-16,55,-17,-18&ind=4704>. Acesso em: 23 maio 2016.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. São Paulo: Unesp, 2009.

FINAMORI, Sabrina Deise. *Os sentidos da paternidade: dos “pais desconhecidos” ao exame de DNA*. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/280378/1/Finamori_Sabrina_D.pdf. Acesso em: 4 jan. 2017.

FONSECA, Cláudia. A certeza que pariu a dúvida: a paternidade e DNA. *Revistas Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, mai./ago. 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200002>. Acesso em: 13 dez. 2016.

FONSECA, Cláudia. Deslocando o gene: o DNA entre outras tecnologias de identificação familiar. *Mana*, Rio de Janeiro v. 22, n. 1, abril/2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132016000100133. Acesso em: 4 jan. 2017.

GONTIJO, Segismundo. Filho Adulterino. *Juliana e Fernando Gontijo*. [S.d] Disponível em: <http://www.gontijo-familia.adv.br/filho-adulterino/>. Acesso em: 8 jan. 2017.

GUIMARÃES, Laura. *Mães cuidam, pais brincam: normas, valores e papéis na publicidade de homenagem*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>. Acesso em: 8 mar. 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212012563616217748.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). *Estatísticas de Gênero*. [S.d]. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0> . Acesso em: 12 de mar. de 2017.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia Estatística). *Estatísticas do registro civil 2015*. Rio de Janeiro, 2015. v. 42. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2015_v42.pdf. Acesso em: 20 maio 2017.

LEVANTAMENTO Nacional de Informações Penitenciárias. IFOPEN (Depen), 2014. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen_dez14.pdf. Acesso em: 8 maio 2017.

LEVANTAMENTO revela o número de presos por pensão alimentícia em diversas regiões brasileiras. *Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam)*, 15 jan. 2013. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/4942/novosite>. Acesso em: 29 abr. 2017.

LUCCHESI, Mafalda. *Filhos: evolução até a plena igualdade jurídica. Série Aperfeiçoamento de Magistrados - 10 Anos do Código Civil - Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos*, v. 1, 2013. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumel/10anosdocodigocivil_231.pdf. Acesso em: 9 jan. 2017.

MAPA do Encarceramento: os jovens do Brasil. *Juventude Viva*, Brasília, 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/01/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf. Acesso em: 7 maio 2017.

MATOS, Mariana Gouvêa; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Tornar-se Pais: Sobre a Expectativa de Jovens Adultos. *Revista Pensando Famílias*, v. 18, n. 1, jun. 2014.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Estudo diagnóstico: Defensoria Pública no Brasil*. Brasília, 2004. Disponível em: https://www.anadep.org.br/wtksite/downloads/Diag_defensoria.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

MOURA, Tatiana Whately. Mapa da Defensoria Pública no Brasil. Brasília: ANADEP, Ipea, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/images/downloads/mapa_defensoria_publica_no_brasil_19_03.pdf. Acesso em: 20 abr. 2017.

MUTIRÃO Carcerário: Raio-x do sistema penitenciário brasileiro. *Conselho Nacional de Justiça (CNJ)*. Disponível em: http://www.cnj.jus.br/images/pesquisasjudiciarias/Publicacoes/mutirao_carcerario.pdf. Acesso em: 7 maio 2017.

NASCIMENTO, Cesar Gabriel Pereira. O abandono afetivo e a responsabilização civil parental frente à violação do dever de cuidado. *Portal JusBrasil*, 2016. Disponível em: http://cgpn.jusbrasil.com.br/artigos/324482454/o-abandono-afetivoe-a-responsabilizacao-civil-paternal-frente-a-violacao-do-dever-de-cuidado?ref=topic_feed. Acesso em: 20 maio 2016.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Calvário da cobrança de pensão alimentícia vai além da morosidade. *Site Rodrigo da Cunha Pereira*. 9 out. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-out-09/calvario-cobranca-pensoesalimenticias-alem-morosidade>. Acesso em: 5 maio 2017.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico. *Revista Rumores*, n. 14, v. 7, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/viewFile/69434/72014>. Acesso em: 25 maio 2016.

SEIXAS, Lia. *Redefinindo os gêneros jornalísticos: Novos Critérios de classificação*. Beira: Lab-Com Books, 2009. Disponível em: www.livroslabcom.ubi.pt. Acesso em: 15 jun. 2017.

ZENI, Bruna Schlindwein. A evolução histórico-legal da filiação no Brasil. *Direito em Debate*, ano XVII, n. 31, jan-jun/2009. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/revista-direitoemdebate/article/viewFile/641/363>. Acesso em: 20 jan. 2017.

Agradecemos:

Às nossas famílias, pelo apoio e o carinho incondicionais.

Ao Elton, pelo jeito amigo e paciente de ensinar. Este livro, certamente, também é seu.

Às pessoas de dentro e às de fora deste livro, às que entraram e às que não puderam estar aqui. A todos(as) que, de alguma forma, dividiram conosco o seu tempo e as suas histórias e a nós os confiaram. Ao Álvaro, amigo querido que embarcou na empreitada de caminhar e se transformar junto conosco.

Às amigas, aos amigos e aos/às colegas de turma, que acreditaram e muito nos incentivaram, em especial ao Gui e ao Mateus, pelas leituras questionadoras; à Thamiris e ao João, presenças amigas nos momentos de aperto; e à Ju, pela revisão atenciosa.

À Paula, por desestabilizar aquilo que foi necessário.

À Flávia Péret, professora e amiga, centelha que nos fez arriscar a inscrevê-lo na Lei Municipal de Incentivo à Cultura. Também à Glau Nascimento, à Laura Cohen e às companheiras queridas do Estratégias Narrativas, com seus olhares e suas escutas atenciosas.

A todas as professoras e aos professores, às técnicas e aos técnicos-administrativos da FAFICH. Especialmente à Ângela Marques e ao Bruno Leal, que fizeram parte desse percurso de forma mais próxima e calorosa. À UFMG, que nos proporcionou um ensino público de qualidade, questionador e muito atento.

À Isabel, à Lila, ao Diogo e ao Lucas, que, com talento, nos ajudaram a fazer este trabalho sair no papel. E à Alcione, que tanto nos auxilia a navegar pelas burocracias do manejo dos recursos públicos.

À Política Municipal de Cultura e à Lei de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, por viabilizarem a impressão e a distribuição gratuita do livro.

À Cardiesel e à MGS, empresas que acreditaram neste projeto e nos ajudaram a lançá-lo ao mundo.

PATROCÍNIO



cardiesel



INCENTIVO



CULTURA



**PREFEITURA
BELO HORIZONTE**

GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA